



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE**

MICHELLE ARAUJO DE OLIVEIRA

**CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NOS DISCURSOS DO
PERIÓDICO A ESCOLA – REVISTA OFICIAL DE ENSINO DO PARÁ
(1900 A 1905)**

Belém/PA
2018



MICHELLE ARAUJO DE OLIVEIRA

**CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NOS DISCURSOS DO
PERIÓDICO A ESCOLA – REVISTA OFICIAL DE ENSINO DO PARÁ
(1900 A 1905)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof^a Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves

Belém/PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O48c Oliveira, Michelle Araujo de
CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NOS DISCURSOS DO PERIÓDICO A ESCOLA –
REVISTA OFICIAL DE ENSINO DO PARÁ (1900 A 1905) / Michelle Araujo de Oliveira. — 2018
128 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), Instituto de Ciências da
Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves
1. História da Infância. 2. Educação. 3. Revista A Escola. 4. Discursos. I. Alves, Laura Maria Silva
Araújo, *orient.* II. Título
-

CDD 370.98115



MICHELLE ARAUJO DE OLIVEIRA

**CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NOS DISCURSOS DO
PERIÓDICO A ESCOLA – REVISTA OFICIAL DE ENSINO DO PARÁ
(1900 A 1905)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof^ª Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves

Banca Examinadora:

Laura Maria Silva Araújo Alves (Orientadora)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Damião Bezerra Oliveira (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França (Membro Externo)
Universidade do Estado do Pará – UEPA

DEFESA E APROVAÇÃO EM 19/01/2018

Belém/PA
2018

Dedico esta dissertação à minha amada filha
Manuella Oliveira da Rocha que sofreu com minha
ausência na elaboração deste texto, esperando ora
pacientemente ora não pela atenção da mamãe.
Perdoe-me, mamãe te ama muito!

AGRADECIMENTOS

Talvez esta seja a página mais difícil de escrever após tantas pesquisas, noites acordadas e abdicação e ausência. Mas não posso deixar de agradecer àqueles que me ajudaram a traçar esse caminho:

A Deus, que, por meio de muitas orações, não me deixava desistir e me permitiu continuar meu caminho até a data da defesa.

À minha querida orientadora Prof. Dra. Laura Maria Silva Araujo Alves, que me fez adquirir conhecimentos valiosos nesta trajetória de curso além do apoio acadêmico e psicológico nas orientações feitas nestes 2 anos de caminhada. Além de pesquisadora, a senhora é humana e eu lhe admiro por isso. Obrigada pelas orientações, professora.

À minha querida mãe, Maria Rosilene, que sempre me apoiou na logística com Manuella e que, mesmo cansada, ainda tinha disposição de acompanhar o pique desta pequena. Obrigada, mamãe!

Ao papai da Manu, Joaleson Oliveira da Rocha, que me apoiou desde o processo seletivo até a escrita final deste texto, sempre cuidando de nossa filha e me permitindo ter tempo para concluir esta pesquisa. Sou muito grata a Deus por ter tido você nesse momento tão difícil e por suprir minha ausência com Manu! Obrigada!

Aos meus irmãos, Priscila, Rodrigo e Patrícia que acompanharam minha trajetória sempre me dando palavras de incentivo.

Ao meu grande amigo Welington da Costa Pinheiro, que foi o maior incentivador acadêmico da minha caminhada rumo ao título de mestre além de ter me ajudado no primeiro passo rumo à trajetória nos estudos em História da Infância. Em 2 anos, foram muitos conselhos, muitas dicas de pesquisa e

escrita. Te agradeço também por mais de 10 anos de amizade. Obrigada por tudo, meu “co-orientador”!

Aos meus amigos de Macapá e do coração: Karine, Marissélia, Eloane e Flávio pelas palavras de incentivo e pela torcida que sempre fizeram por mim, o apoio de vocês contou muito. Obrigada!

Aos meus amigos, Paulo e Carolina pelos conselhos e conversas de muita descontração e alegria.

Ao meu mano, Fábio, que sempre me deu uma palavra de oração que me ajudou a não sair da rota e desistir no meio do caminho. Obrigada!

Ao meu amigo Luiz Carlos Neves que, em meio tantas horas de boas conversas, me ajudou psicologicamente a não desistir, você foi muito importante. Obrigada!

Aos meus colegas do PPGED, Jacqueline, Elianne, Mateus, Cleuma, Francisco, Vitor, obrigada pela companhia e pelos momentos de descontração nesses dois anos de curso.

Aos meus colegas de trabalho da Universidade do Estado do Amapá – UEAP, do colegiado de Letras, que me deram suporte e compreenderam as minhas idas e vindas de Macapá-Belém durante o curso de Mestrado.

Quero agradecer também aos professores membros da banca: prof. César Castro, que fez muitas contribuições na qualificação além de algumas orientações durante o curso; prof. Socorro França que também contribuiu muito em minha qualificação e defesa; e ao prof. Damião Oliveira por ter aceitado o convite para minha defesa. Obrigada a todos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de investigação os discursos sobre infância e educação para a infância presentes nos textos da Revista “A Escola – Revista Oficial de Ensino” que foi publicada em Belém do Pará nos anos de 1900 a 1905. Seguindo nas linhas de pesquisa em História da Infância e em História da Educação na Primeira República, o trabalho tem como objetivo analisar, discursivamente, a concepção de criança e de educação para a infância presentes nestes discursos. Para tanto, foram selecionados textos de diferentes gêneros os quais apontam para discursos sobre infância e educação. Foi elaborado um inventário – apresentado no apêndice– que apresenta os anos de publicação desta revista além das seções e dos gêneros encontrados. Para uma melhor análise desses discursos, foram criadas quatro categorias cujas temáticas encontram-se presentes nas edições coletadas e em uma maior ocorrência: infância e papéis sociais; infância, patriotismo e formação cidadã; infância e família; e infância e escola. Foram selecionados, para fundamentação teórica sobre história da infância e da educação na primeira república – contexto no qual a revista está inserida –, teóricos como Ariès (1981), Rizzini (2011), Gondra (2000), Kuhlmann Jr. (2002), Saviani (2008) e para a fundamentação teórica acerca dos impressos educacionais, visto que esta pesquisa aborda o impresso “A Escola”, teóricos como Nóvoa (1997), Caspard (1981), Fernandes (2008), Chartier (2009) entre outros. Além disso, esta pesquisa fez uma análise do discurso a partir da perspectiva analítico-discursiva de Mikhail Bakhtin (1997;2002;2006) cujos resultados apontaram para uma concepção de infância e de educação para a infância em que estas eram vistas como o futuro cidadão moderno que necessita de investimentos dos setores educacionais e familiar.

Palavras-Chave: História da Infância; Educação; Revista A Escola; Discurso.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objeto de investigación los discursos sobre niño y educación para la niñez presentes en los textos del periódico "A Escola - Revista Oficial de Enseñanza" que fue publicada en Belém do Pará en los años 1900 a 1905. Siguiendo en las líneas de investigación en Historia de la niñez y en Historia de la Educación en la Primera República, el trabajo tiene como objetivo analizar, discursivamente, la concepción de niño y de educación para la niñez presentes en estos discursos. Para ello, se seleccionaron, para el análisis, textos de los géneros Texto de Opinión y Poema que apuntan a discursos sobre niñez y educación. Se elaboró un inventario - apéndice- que presenta los años de publicación de la revista, los géneros encontrados en las secciones y una descripción de estas. Para un mejor análisis de esos discursos, se crearon cuatro categorías cuyas temáticas se encuentran presentes en las ediciones recogidas y en una mayor ocurrencia: niñez y papeles sociales; la niñez, el patriotismo y la formación ciudadana; la niñez y la familia; y la niñez y la escuela. Fueran seleccionados para la fundamentación teórica sobre História de la niñez y de la educación en la Primera República – contexto en que se pasa esta investigación – teóricos como Ariès (1981), Rizzini (2011), Gondra (2000), Kuhlmann Jr. (1998; 2001; 2002), Saviani (2008), entre otros, y para la fundamentación teórica sobre los impresos educativos, teóricos como Nóvoa (1997), Caspard (1981), Fernandes (2008), Chartier (2009) entre otros. Además, esta investigación hizo un análisis del discurso a partir de la perspectiva analítico-discursiva de Mikhail Bakhtin (1997; 2002; 2006) cuyos resultados apuntarán para una concepción de niñez y de educación para la niñez en un momento en que ellas eran vistas como el futuro ciudadano de la sociedad moderna que necesitaba de cuidados.

Palabras Clave: História de la niñez; História de la Educación; Periódico A Escola; Pará Republicano.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Esquema dos gêneros discursivos encontrados nas edições da revista A Escola.....	23
FIGURA 2: Capa.....	79
FIGURA 3: Poema.....	84
FIGURA 4: Capa e Sumário.....	86
FIGURA 5: Sumário da edição n 58.....	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Temáticas.....	12
QUADRO 2: Textos selecionados da categoria 1 – Infância e Papéis Sociais.....	25
QUADRO 3: Textos selecionados da categoria 2 – Infância, patriotismo e formação cidadã.....	26
QUADRO 4: Textos selecionados da categoria 3 – Infância e Família.....	27
QUADRO 5: Textos selecionados da categoria 4 – Infância e Escola.....	28
QUADRO 6: Discursos para a infância.....	65
QUADRO 7: Infância e Formação Cidadã.....	67
QUADRO 8: Infância e Políticas Públicas.....	69
QUADRO 9: Infância e Escola.....	71

SUMÁRIO

SEÇÃO I: INTRODUÇÃO.....	12
SEÇÃO II: A DEFINIÇÃO DE INFÂNCIA NO BRASIL E NO PARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA	34
2.1. Concepções de infância ao longo da História da Infância.....	34
2.2. Olhares para a infância na História do Brasil: da evangelização ao futuro da nação	38
2.3. A Educação para a infância no Pará República.....	46
SEÇÃO III: : IMPRESSOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO.....	59
3.1 O Impresso Educacional como fonte.....	59
3.2. Pesquisa em História da Infância e da Educação com periódicos.....	65
3.3. O Impresso Educacional <i>A Escola</i> como fonte de dados: uma breve descrição da Revista Oficial de Ensino (1900 – 1905) de Belém do Pará	78
SEÇÃO IV: DISCURSOS PARA A INFÂNCIA E DE EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA NA REVISTA A ESCOLA.....	89
4.1. Discursos para a <i>Infância e Papéis Sociais</i> materializados nos textos “O ensino da costura e trabalhos domésticos nas escolas” (1904), “Bons Conselhos” (1905) e Allocução (1902)	89
4.2. Discursos para a <i>Infância, patriotismo e formação cidadã</i> materializados nos textos “A Pátria” (1904) e Uma Idea (1902)	98
4.3 Discursos para a Infância e Família materializados nos textos “Conselhos às mães” (1904) “Educação e Instrução”(1900) e Educação (1904)	102
4.4. . Discursos para a Infância e Escola materializados nos textos “A Escola Primária” (1900) e “A Escola” (1904)”	110
SEÇÃO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE.....	123

SEÇÃO I: INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se na linha de História da Infância e História da Educação ao analisar os discursos para a infância e para a educação da infância materializados na revista *A Escola – Revista Oficial de Ensino* – cuja publicação ocorreu entre os anos de 1900 a 1905 em Belém do Pará. O objetivo desta investigação é analisar, nesses discursos, a concepção de criança e de educação para a infância apresentada e difundida neste impresso educacional do Pará Republicano.

A trajetória de minha pesquisa se deu, inicialmente, a partir de minha escolha em ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará. Apesar de ter me graduado em Letras pela UFPA em 2010, optei por cursar o Mestrado na área da Educação, uma vez que esta escolha me permitiria uma visão mais ampla da Educação e do Ensino para as discussões que promovo no meu campo de atuação profissional. Diante disso, no ano de 2016, ingressei no PPGED como aluna de Mestrado.

Atualmente trabalho com formação de professores de língua portuguesa, futuros profissionais da educação, na disciplina de Estágio Supervisionado I e II – Ensino Fundamental II e Médio, a qual ministro na Universidade do Estado do Amapá. Ao ministrar esta disciplina, notei que eu necessitava me inserir em um programa de pós-graduação que me permitisse conhecer teorias acerca da educação e do ensino. Desta forma, a escolha pelo Mestrado em Educação na UFPA me pareceu bastante interessante para meu desenvolvimento profissional.

Já na vida pessoal, iniciei certo interesse em estudar a infância a partir de experiências como cuidados com crianças, filhos de meus irmãos e amigos. No entanto, ao me tornar mãe, esse interesse foi intensificado a partir dos cuidados e do zelo que tenho hoje com minha filha os quais me proporcionaram um olhar mais dedicado e interessado para a infância, principalmente no foco educacional.

Sendo assim, iniciei uma investigação no site do PPGED, no ano de 2015, a fim de conhecer o currículo dos professores do Programa. Ao visualizar o currículo de minha orientadora, prof. Laura Maria Silva Araujo Alves, notei que sua pesquisa se insere na linha de História da Infância e suas publicações, assim como as de alguns orientandos seus, tendem a analisar discursos com base na teoria da Análise do Discurso Bakhtiniana.

Desde minha graduação, faço pesquisas nesta linha de Análise do Discurso. Ao ler as publicações da professora e os trabalhos de seus orientandos, percebi que haveria a

possibilidade de eu conciliar a teoria de Mikhail Bakhtin com a linha de História da Infância – algo inédito até então para mim – na qual iniciei algumas leituras teóricas. Desta forma, fui fazendo leituras acerca deste campo de História da infância e, conseqüentemente, inseri-me também no campo da História da Educação ao ler trabalhos que tratavam das duas linhas; fato este que me motivou a pensar em um projeto de pesquisa na área de História da infância e da Educação.

Com a finalidade de encontrar um objeto de investigação nas linhas por mim escolhidas para o projeto de pesquisa, iniciei uma busca por materiais pedagógicos – revistas de ensino – na biblioteca pública Arthur Vianna (Centur), visto que sempre apresentei interesse em estudar e analisar discursivamente periódicos – interesse esse que iniciou em minha graduação e se prolongou em meus estudos na UEAP –; em meio a esta busca, deparei-me com a revista *A Escola*. Ao fazer a leitura de alguns volumes, notei um número considerável de textos cujos discursos eram voltados para a visão de criança e de educação para a infância do período Pará republicano. Sendo assim, notei também que era possível analisar estes discursos – à luz da teoria bakhtiniana – presentes nos diferentes textos de diferentes gêneros.

Ao ler o primeiro texto da primeira edição de 1900 da revista, o qual apresentava que um dos principais propósitos era “o aperfeiçoamento do mestre, para que elle saiba nos dar discípulos perfeitos” e que (PINTO, 1900, p. 6) “A infância discente fará parte dos seus leitores” (idem); vi ali um material muito rico acerca da educação pensada para a infância em Belém neste período.

Partindo-se desta perspectiva, foi feita a escolha da revista *A Escola* como fonte de dados desta investigação, sendo escolhidos os discursos presentes nos textos desta fonte como objeto de investigação a fim de encontrar a concepção de infância e de educação para a infância presentes nestes discursos. Neste contexto, o trabalho com um documento histórico de cunho escolar e pedagógico apresenta-se como uma rica fonte de dados para a pesquisa nas linhas de História da Infância e da Educação, uma vez que, em sua configuração, aponta textos escritos e voltados pelos e para os agentes da educação escolar à época – professores, gestores da educação pública, governo, sociedade e, claro, a criança –, dado este que me norteou a encontrar elementos e discursos os quais auxiliaram na definição da concepção alcançada.

Tal fonte mostrou-se de grande relevância para investigação, já que o viés analítico terá como cerne, como mencionado acima, a Análise do Discurso Bakhtiniana sobre a qual se debruça essa pesquisa. A revista *A Escola* traz textos de diversos gêneros em sua composição.

Desde sua primeira edição em 03 de maio de 1900 até sua última em 31 de março de 1905, a revista apresenta um legado textual de grande importância para a História da Infância e da Educação da Primeira República além de apresentar uma infinidade de discursos que trazem à tona um perfil histórico do Pará do início do século XX. Neste contexto, a história da infância, tanto no viés profissional e acadêmico quanto pessoal, começou a ser vista por mim como um excelente campo de pesquisa. Já a história da educação se tornou um interesse conjunto à história da infância.

O período republicano surgiu como interesse de pesquisa a partir da descoberta da Revista *A Escola*. Ao notar que esta poderia ser uma excelente fonte de dados, iniciei leituras acerca da história do Pará do início do século XX e notei que muitos foram os discursos que pregavam uma melhoria na educação para a infância neste recorte temporal em que o sentimento de progresso no Brasil e, conseqüentemente, no Pará estava intensificado. Portanto, este é um período histórico brasileiro e paraense muito fértil para pesquisas nas linhas de História da Infância e da Educação.

Diante de tamanho interesse, após estas leituras em busca de informações acerca da infância nos período citado, deparei-me com alguns fatores históricos que apontam o início de alguns cuidados e preocupações com a infância no Brasil nos séculos XIX e XX. Este dado histórico me instigou a buscar mais informações acerca da história da infância, associada à história da Educação e minha vontade em conhecer a origem histórica da infância e da educação me levou a pensar e a ratificar minha escolha para a elaboração do Projeto de Pesquisa que originou esta dissertação.

Uma dessas leituras que deu grande impulso para o iniciar de pesquisas na intenção de investigar a História da Infância foi a obra intitulada “A História da Infância e da Família”, de Phillip Ariès (1914-1984). Tal obra contribuiu para promover um novo olhar sobre a evolução histórica da noção de infância a partir de sua investigação em pinturas, diários de famílias, testamentos, igrejas e túmulos, tendo como referência o contexto europeu da França do século ?? e constatando que a ideia de família, infância, escola não existia da mesma forma e com a mesma finalidade, assumindo sentidos e significados específicos de acordo com dada época.

No contexto brasileiro, o estudo de Ariès começou a repercutir a partir da década de 1970, motivando a realização de muitas pesquisas na tentativa de se compreender a História da Infância e sua relação com o contexto social, cultural, político, econômico e educacional desde o Império até a República.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA (PPGED/UFPA), no ano de 2016, pude iniciar um contato mais aprofundado das leituras acerca da linha de pesquisa de História da Infância, principalmente por meio da disciplina de História da Infância na Amazônia, ministrada pela minha orientadora professora Dr. Laura Maria Araújo Alves. A seleção de leituras e as discussões promovidas nesta disciplina me ajudaram a definir meus objetivos e a selecionar meu referencial teórico para esta pesquisa.

Além disso, as orientações que se sucederam durante o primeiro ano do curso de Mestrado me permitiram definir ainda mais a relevância deste trabalho, tendo em vista que a linha de pesquisa de História da Infância está cada vez mais em ascensão na Universidade Federal do Pará em especial no PPGED/UFPA por meio das anuais publicações de teses e dissertações nesse campo de estudos.

O grupo de Pesquisa ECOS – Estudos de Constituição do Sujeito, Cultura e Educação – tem feito um trabalho laborioso nas pesquisas, produções acadêmicas e eventos, levando a linha de pesquisa História da Infância a ganhar proporções bastante evidentes. Um exemplo disso foi a realização do III Seminário de História da Infância, no ano de 2016, sob a coordenação geral da professora Dra. Laura Maria Araújo Alves, o qual contou com a presença de um número significativo de participantes. Este feito aponta como a linha de História da Infância contribui para o PPGED/UFPA.

Outro exemplo que solidifica a relevância de estudos nessa linha é a participação do grupo ECOS em eventos fora do Estado do Pará, como convidados. Anualmente, o grupo participa do Encontro Maranhense de História da Educação, realizado na Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís/MA, sob a coordenação do professor Dr. Cesar Augusto Castro. Além deste, no ano de 2016, no Encontro Amapaense de História da Educação, realizado em Macapá/AP, na Universidade do Estado do Amapá, o Grupo novamente representou a linha de pesquisa em História da Infância, atravessando fronteiras estaduais e levando pesquisas paraenses a outros estados.

Diante desses dados, é notório que pesquisas na área de História da Infância contribuem significativamente para as produções no PPGED/UFPA e para o conhecimento científico. Por conseguinte, minha escolha em elaborar minha dissertação nesta linha se dá também pela grande atuação do grupo ECOS, do qual atualmente também faço parte, na pesquisa acadêmica.

Levando-se em consideração o grande número de pesquisas na área de História da Infância e da Educação na Primeira República, foi realizado um estado da arte cujo objetivo

era apresentar um panorama de produções nesta linha de pesquisa na primeira república, apontando a relevância destas para a produção acadêmica.

Com base em pesquisa realizada nos bancos de dissertações e teses do “Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia” – BDTD/IBICT e da CAPES, no período de março a junho de 2016, foram selecionadas 21 publicações, dos anos de 2004 a 2016, dentre teses e dissertações. Para esse levantamento, foram utilizados os seguintes descritores: “Infância e República”, cujo diretório gerou 17 resultados, “Infância do século XX”, com a geração de 4 resultados e “Discursos, periódicos e Infância”, que gerou 980 resultados. A seleção priorizou publicações em História da Infância e da Educação, preferencialmente na Primeira República do Brasil, e que tiveram periódicos como fonte de dados.

Após a leitura de algumas teses e dissertações que apresentavam os parâmetros acima estabelecidos, foi identificada uma recorrência em temáticas para a Infância cuja fonte de dados seriam os periódicos da Primeira República. Dentre tais temáticas, foram alocadas as publicações em 4 (quatro) eixos temáticos para uma melhor visualização e descrição: Discursos para a Infância; Infância e Formação cidadão; Infância e Políticas Públicas e, por fim, Infância e Escola. A seguir, apresentar-se-ão as referências das publicações, em quadros, com suas respectivas descrições.

Deste total, foram selecionadas 12 dissertações e 7 teses cujo critério de seleção foi a produção que abordava a História da Infância e da Educação na primeira república, preferencialmente voltada aos discursos em torno da criança desse período concretizados (ou não) em periódicos da época. Diante destes resultados, pôde-se notar que

- Há uma constância de publicações sobre História da Infância na Primeira República;
- A região Norte, representada primeiramente pela Universidade Federal do Pará, é a 2ª (segunda) maior em número de publicações nesta área, 5 publicações, perdendo apenas para o Sudeste que possui 8 publicações.
- As instituições públicas apresentam um maior número de publicações na área de história da infância e da educação em relação às instituições privadas;
- Notou-se que as publicações foram feitas em 2 (duas) áreas de conhecimento – Educação e História, sendo 9 produções na área da Educação e 7 na área de História, além de 3 produções em outras áreas;

➤ Algumas dissertações e teses apresentam como critério de análise a Análise do Discurso Bakhtiniana. Entretanto, em nenhuma se tem uma tentativa de identificar a concepção de infância dentro de um impresso educacional;

As dissertações e teses mapeadas foram divididas em 4 (quatro) temáticas distintas, as quais podem ser visualizadas no quadro 1:

Quadro 1: Temáticas

TEMÁTICA	NÚMERO
DISCURSOS PARA INFÂNCIA	3
INFÂNCIA E FORMAÇÃO CIDADÃ	3
INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	3
INFÂNCIA E ESCOLA	10

Fonte: Bancos de Dados de Dissertações e Teses – IBICT E CAPES

Por meio deste quadro de temáticas, é possível notar que há uma forte tendência a associar a história da infância à escola (10) no período republicano. Ou seja, vêm ocorrendo bastantes produções com essa temática, dado este que identifica uma preocupação em apontar o desenvolvimento escolar das crianças do período republicano. No entanto, ainda existem algumas abordagens que podem ser consideradas relevantes para se ter como foco de pesquisa.

Este dado vai ao encontro dos resultados de minha pesquisa, visto que a fonte de dados escolhida – a Revista *A Escola* – é um periódico que se encontra dentro do âmbito escolar na qual foi identificada a concepção de infância e de educação para a infância. Esta pesquisa apontou que a criança era vista como o futuro da nação e a educação para a infância era moldada pensada e idealizada no período republicano e como esta concepção se materializa nos discursos da Revista, tidos como objeto.

Partindo-se das produções acadêmicas analisadas, é importante citar algumas conclusões: as produções focam na História da Infância e da Educação na Primeira República. No entanto, poucas delas, tais como: Costa (2015), Pinheiro (2013) e Magalhães (2005) utilizam-se de periódicos da época os quais podem apresentar a concretização de discursos em torno da Criança; observou-se que a maioria dos trabalhos se atém à pesquisa documental: Moura (2012), Pinheiro (2013), Gonçalves (2011) etc.. Em apenas Duarte (2015), a base de

pesquisa documental foi um livro escolar de leitura; nota-se, ainda, que a maioria dos trabalhos em História da Infância se atinham à educação da época, uma vez que o país vivia um intenso processo de modernização; o que reitera a importância da vinculação entre as duas linhas, dado este objetivado nesta pesquisa.

Como método de Análise, somente Costa (2011) apresenta a análise de conteúdo de Laurence Bardin, além de ter Pierre Bordieu e Roger Chartier como referências. Outras produções – tais como Pinheiro (2013), Duarte (2015) e Moraes (2011) baseiam-se na Análise do Discurso de Mikhail Bakhtin; além disso, algumas produções de análise do discurso – Pimenta (2013), Costa (2015) – apresentam Michel Foucault como base teórica.;

Diante disso, este estado da arte pode apontar para uma necessidade nos estudos em História da Infância e da Educação para a infância e reitera a necessidade na manutenção dessas pesquisas. Pesquisadores na área apontam como as pesquisas para a infância devem ser incentivadas na Amazônia, o que tem sido considerado um grande desafio por parte de muitos pesquisadores que veem a região Norte como uma área de grande projeção para as pesquisas em História da Infância na Amazônia:

Entendemos que a infância (in)visível na região norte, para os pesquisadores da academia, ainda não ocupa a cena numa totalidade histórica que é devida. Acreditamos que o compromisso de todos nós, pesquisadores da área da Educação, é de investir numa densa produção substantiva sobre a infância. [...] Este é o nosso desafio. Da nossa parte, temos que incentivar novas pesquisas sobre a infância. (ALVES, 2014, p. 43)

Os dados apontados neste estado da arte ratificam esta preocupação de Alves (2014), visto que, apesar de ter crescido o número de pesquisas para a História da Infância nos últimos anos, ainda há poucas produções que enveredam por esta área. Além disso, pesquisas que pensam em uma concepção de infância e de educação para a infância em periódicos educacionais ainda não foram publicadas, dado este que ratifica o perfil diferenciado deste trabalho.

Diante disso, tais considerações permitem concluir que, mesmo existindo estudos que apontem para uma Análise do Discurso Bakhtiniana, ainda não se tem uma pesquisa em periódicos que vise à identificação de uma concepção de infância e de criança no período da Primeira República em Belém do Pará. Isto comprova certo ineditismo em minha pesquisa, uma vez que, ao trabalhar com o periódico “*A Escola*: revista oficial do Ensino no Estado do

Pará” nos anos de 1900-1905, trazendo uma abordagem discursiva bakhtiniana, esta pesquisa poderá grande contribuição aos estudos em História da Infância e da História da Educação.

Por meio desta perspectiva, a presente pesquisa tem como questão problema: qual a concepção de criança e de infância presente na revista “*A Escola*”? E como questões norteadoras: quais as temáticas estão relacionadas à criança e a educação da infância neste impresso? Que discursos sobre a criança e sua educação estão materializados nesta revista? Como os discursos sobre a criança e a educação da infância se relacionam ao contexto social, político e econômico do recorte temporal em questão?

Para se alcançar essa questão, foram traçados alguns objetivos que nortearão a seleção e análise do corpus. Como objetivo geral, busca-se analisar, discursivamente, a concepção de criança e de educação para a infância nos textos da revista *A Escola*. Quanto aos objetivos específicos, busca-se:

- Identificar as temáticas sobre a criança e a educação da infância que são abordadas na revista “*A Escola*”;
- Analisar a concepção de criança e de educação da infância materializadas na revista “*A Escola*”;
- Relacionar os discursos sobre a criança e a educação desta com o contexto social, político e econômico do período em tela.
- Identificar a visão de infância e seu papel na sociedade;
- Caracterizar como era idealizada a formação cidadã da criança na sociedade.

Sendo assim, serão realizados alguns procedimentos metodológicos que para se chegar aos objetivos mencionados. A priori, esta pesquisa, ao analisar o impresso *A Escola*, caracteriza-se como do tipo documental, que é aquele estudo que se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, podendo ser relatórios, cartas, filmes, mapas, jornais, gráficos, fotografias, etc. (GIL, 2008).

A revista aqui utilizada encaixa-se nessa categoria por ser um documento de característica empírica de fonte, uma vez que ainda não foi utilizado nesta perspectiva de análise pretendida nesta pesquisa.

Apolinário (2009) compreende que se pode denominar de documento qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir como material a ser consultado, explorado, analisado, isto é, que apresente consistência para ser utilizado para fins de estudo ou prova, podendo ser escritos, numéricos ou estatísticos, os de reprodução de

som e imagem, e os documentos-objeto. No caso desta pesquisa, a Revista A Escola apresenta uma infinidade de textos de diferentes gêneros, o que permite que esta receba uma análise de caráter discursivo, nos moldes bakhtinianos.

Na pesquisa documental, as ações dos investigadores que fazem uso de documentos estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos, cujas escolhas incidem diretamente sobre os resultados do estudo. Sá-Silva et al (2009) diz que quando um pesquisador utiliza documentos com a finalidade de extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, criticando, analisando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; seguindo etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses.

Partindo-se desse pressuposto, foi elaborado um inventário (APÊNDICE) de coleta de dados da revista cuja finalidade é a organização e seleção de conteúdos encontrados nas 59, das 60 (sessenta) edições dos anos de 1900 a 1905. Fundada pelo então Diretor Geral da Instrução Pública Bacharel Virgílio Cardoso de Oliveira, em maio de 1900, na cidade de Belém do Pará, a Revista “A Escola – Revista Oficial de Ensino” traz em suas primeiras páginas – assinadas pelo Promotor do Estado do Pará Castro Pinto – uma justificativa de sua existência: na seção intitulada “Doutrina”, o autor ressalta a importância de haver um periódico voltado aos mestres da educação, afirmando ainda que este deve servir de manual e de material de apoio em suas aulas.

Como a revista era de publicação mensal, as 9 edições do ano de 1900 traziam um padrão no que diz respeito às seções delimitadas: doutrina, contos e biografias, exercícios escolares, conselho superior, administração, legislação e noticiário e correspondência as quais podem ser descritas da seguinte forma:

➤ Doutrina: Textos com temáticas sobre Educação do lar, relação pai, mãe e criança, Instrução Pública, dados sobre grupos escolares, discursos de professores em prol da educação, ou seja, esta seção era

...destinada á publicação de estudos originaes sobre quaesquer assumptos relativos á instrução primaria, transcripção de artigos importantes de outras revistas congeneres , ou discussão de pontos obscuros ou de launas nas leis e regulamentos da instrução publica, publicação de discursos, conferencias etc sobre o ensino. (PINTO, 1900, p. 75)

➤ Contos e Biografias: Esta seção trazia biografias de pessoas importantes na sociedade da época, geralmente políticos. Os contos publicados eram de natureza literária e tinham a finalidade de serem utilizados em caráter didático.

- Exercícios Escolares: Apresentava lições de português, astronomia, história (geralmente do Pará), geografia, aritmética, geometria e higiene. As lições de português ou gramática aparece em maior número de edições.
- Conselho Superior: Destinava-se a publicar sessões do Conselho Superior de Educação, deliberações, pareceres etc.
- Administração: Esta era uma seção dedicada a publicar ofícios, nomeações, exonerações e licenças de servidores da educação no Estado do Pará. Destinava-se “à publicação do movimento da Directoria Geral, actos do governo, resolução de consultas etc.”. (Idem)
- Legislação: Constituía-se por apresentar decretos, dados e leis de caráter educacional.
- Noticiário de Correspondência: “destinada á publicação de notícias originaes ou transcriptas de jornaes nacionais e estrangeiros sobre tudo quanto possa interessar directa ou indirectamente á instrucção primaria em geral.” (Idem)

Com o passar das edições, a partir de 1901, as seções ficaram pouco delimitadas. Em algumas, não há definição de seções, apenas sequências de textos, o que dificulta esse critério de seleção quanto ao enquadramento dos textos em suas determinadas seções. Cabe aqui salientar que muitas edições trazem uma infinidade de poemas cuja finalidade é trazer uma lição moral às crianças: “E a lição moral, disfarçada na poesia captivante de uma ligeira narração phantasiada, cujo enredo traduz um conselho e um exemplo novamente dados.” (PINTO, 1900, p. 5). Além deste gênero, dentro das edições encontram-se ainda outros¹ que direcionam para a temática da infância.

Os exemplares da revista foram consultados em dois bancos de dados: no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, local onde se encontram disponíveis na forma digitalizada e documental; além de seu sítio eletrônico² e no repositório online da Universidade Federal de Santa Catarina.³ Das 60 publicações existentes, foram encontradas 59 edições¹ completas, não sendo possível encontrar apenas a edição de número 10, referente a janeiro de 1901, em nenhum dos bancos de dados consultados.

Para a construção de uma pesquisa, é necessário traçar caminhos que permitam analisar os dados obtidos ao final do trabalho. Desta forma, é de suma importância apresentar, durante sua elaboração, os procedimentos adotados para a coleta e a análise do *corpus* da pesquisa.

¹ Cf. Apêndice

² <http://www.fcp.pa.gov.br/consulta-do-acervo/obras-raras#revistas>

³ <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175009>

Partindo-se dessa perspectiva, foram adotados os procedimentos de coleta e análise do *corpus* os quais foram realizados por meio das seguintes etapas:

- 1) Leitura dos exemplares da revista para identificar a temática da infância e da educação para a infância;
- 2) Construção de um inventário⁴ para mapear as seções e os gêneros discursivos (textos) encontrados, levando em consideração as variáveis data, tipo, temática e objetivo dos escritos;
- 3) Elaboração de 4 categorias de análise que se relacionam à infância e à educação para a infância: infância e papéis sociais; infância, patriotismo e formação cidadã; infância e família; infância e escola.
- 4) Análise discursiva dos critérios elaborados a partir das categorias bakhtinianas;
- 5) Discussão das concepções de criança e de educação da infância emergidas a partir da análise discursiva bakhtiniana com teóricos da História, História da Infância e História da Educação, para assim relacionar os discursos encontrados com o contexto social, histórico, político, cultural, educacional dos primeiros anos do século XX.

A etapa 1 corresponde à seleção de textos para a composição do *corpus*. Durante a leitura, foram escolhidos textos – artigos de opinião, poemas, contos, orientações pedagógicas, etc. – que remetessem à temática da infância, isto é, a seleção seguiu como critério a escolha de textos que fizessem quaisquer referências à criança, à educação da criança ou a uma visão de infância na realidade social, familiar ou escolar. Esta etapa foi de extrema importância para a criação das 4 (quatro) categorias de análise, uma vez que, ao visualizar o conteúdo presente nos textos, pôde-se constatar um padrão de temáticas relacionadas à infância.

Apesar de a revista ser um suporte onde se encontram gêneros discursivos majoritariamente da esfera educacional, é possível notar textos cuja situação comunicativa aponte para outras esferas. Portanto, cabe ressaltar que esta seleção primou pela temática da infância, sendo abordada em quaisquer “esferas da atividade humana” (BAKHTIN, 1997, p. 277) – social, educacional, higienista, cívica, pedagógica etc. – em que aparecesse a criança ou a educação dela.

Para Bakhtin (1997), os gêneros discursivos são considerados “tipos relativamente estáveis de enunciados” (p. 290) que se formam em uma determinada situação de uso e

⁴ Cf. Apêndice

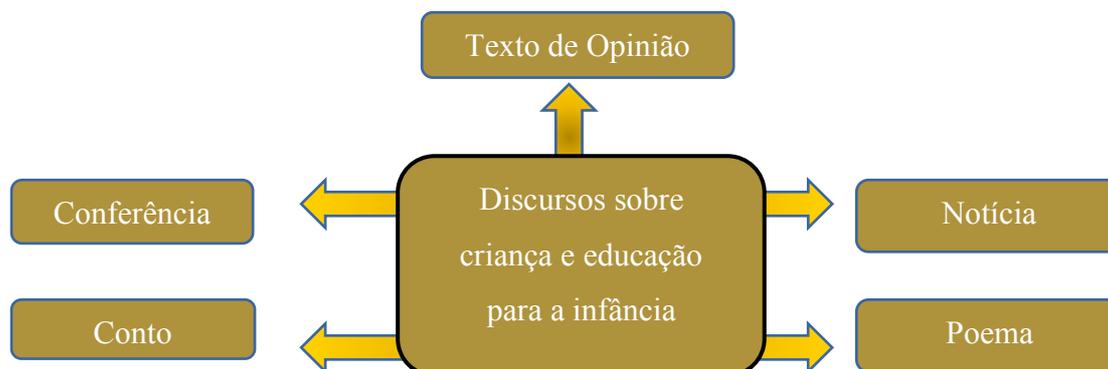
possuem uma finalidade comunicativa que lhes é inerente em cada uma das esferas das atividades humanas. Ou seja, os gêneros discursivos formam os textos que são utilizados em sociedade apresentando uma finalidade específica em uma situação específica. A escolha do gênero discursivo, segundo o filósofo russo depende dos fatores condicionantes para a efetivação da comunicação: sujeitos, intenção comunicativa, condições de produção entre outros.

Partindo-se deste filtro, o *corpus* selecionado teve como primeiro critério os discursos presentes nos gêneros discursivos, considerando uma perspectiva da Análise do Discurso de Mikhail Bakhtin. Assim, a seleção relacionada à esfera comunicativa vai ao encontro da teoria do filósofo, na qual ele afirma que os enunciados refletem às condições específicas e as finalidades comunicativas de cada uma dessas esferas. Isto é, para se fazer a análise discursiva dos textos presentes nos gêneros do discurso que compõem a revista, é necessário, inicialmente, reconhecer os elementos sociais que constituem o todo discursivo.

A criação do inventário, na etapa 2, é um procedimento de grande importância na organização das informações encontradas na 1ª etapa. Para a esta pesquisa, foi elaborado um inventário cujas informações apontaram: o número de edições da revista e as datas das publicações, as seções encontradas nas edições coletadas, características dessas seções e os gêneros discursivos encontrados.

Ao analisar estes gêneros discursivos presentes na revista *A Escola*, foi detectada, por meio das três categorias bakhtinianas – estrutura composicional, estilo e temática do gênero – a recorrência de 5 (cinco) gêneros que apresentavam discursos voltados para a infância. Cabe salientar que foram encontrados outros gêneros discursivos, conforme indicado no Apêndice, todavia não havia nestes um direcionamento a discursos que pudessem corresponder à proposta aqui objetivada. Desta forma, os gêneros cujos discursos são voltados à infância podem ser visualizados a partir do seguinte esquema:

Figura 1: Esquema dos gêneros discursivos encontrados nas edições da revista *A Escola*



Fonte: Elaborado pela autora em 2017

Após o reconhecimento desses gêneros e sua catalogação no inventário, foram feitas leituras na tentativa de encontrar temáticas recorrentes dos discursos voltados à infância. Desta forma, as leituras apontaram que havia uma manifestação, nos cinco gêneros definidos, bastante evidente de quatro assuntos ligados à infância e/ou educação para a infância. No entanto, como primeiro momento de análise, optamos por selecionar dois gêneros cujos discursos relacionados à criança e à educação da infância apresentam uma maior possibilidade de análise na perspectiva discursiva de Bakhtin: o “poema” e o “artigo de opinião”. Portanto, na seção IV, são apresentados textos pertencentes a estes dois últimos gêneros, uma vez que ambos aparecem em uma maior recorrência que os demais, o que justifica esta escolha.

O poema, apesar de apresentar uma linguagem de caráter literário, conseqüentemente, “não real”, “fictício”, apresenta-se como uma possibilidade de análise discursiva graças à compreensão que Bakhtin (2002) exerce acerca da função que este tipo de linguagem possui nas relações sociais. Deste modo, Bakhtin (2002) destaca que

o lado intencional da estratificação da linguagem literária[...] coloca na mesma ordem aqueles fenômenos metodologicamente heterogêneos tais como os dialetos profissionais e sociais, as concepções de mundo e as obras individuais, pois, no seu aspecto intencional há um plano comum onde todos eles podem ser confrontados e confrontados dialogicamente. O fato é que entre as "linguagens", quaisquer que elas sejam, são possíveis relações dialógicas. (p. 99)

Deste modo, justifica-se a escolha deste gênero para compor esta seção IV por meio da possibilidade no reconhecimento desses discursos presentes nos textos encontrados da Revista

A Escola. Já o gênero “Texto de opinião” foi selecionado devido ao grande número de textos que apontam para aspectos sócio históricos, ideológicos e culturais presentes nos textos das edições coletadas. Tais textos contemplam as categorias bakhtinianas que servem de fundamentação para esta pesquisa.

Para se definir um critério de análise discursiva dos textos selecionados, foram coletados 31 textos pertencentes aos gêneros “poema” e “texto de opinião”, sendo 10 selecionados para compor a análise apresentada na seção 4 desta monografia. Foram definidas 4 (quatro) categorias a partir destes dois gêneros: infância e papéis sociais; infância, patriotismo e formação cidadã; infância e família; infância e escola. Pautando-se no critério de escolha dos gêneros poema e textos de opinião, a seleção do *corpus* desta pesquisa definiu os textos de acordo com estes eixos temáticos os quais podem ser visualizados nos quadros a seguir:

Quadro 2: Textos selecionados da categoria 1 – Infância e Papéis Sociais

Infância e Papéis Sociais					
Edição	Ano	Título	Gênero	Autor	Conteúdo
58	1905	Revista Infantil	Texto de Opinião	Virgílio Cardoso	Discute sobre o papel das instituições sociais na educação de meninos e meninas.
58	1905	A menina	Poema	Theopilo Dias	Poema que narra características sociais da menina.
56	1904	O Lyceu	Poema	Adelino Fontoura	Poema que aponta o ideal de educação para meninas e seu papel social.
47	1904	O ensino da costura e trabalhos domésticos nas escolas	Texto de Opinião	Sem autoria	Texto que apresenta a importância dos trabalhos domésticos ensinados às meninas nas escolas.
52	1904	Os pequeninos	Poema	René Barreto	Poema que descreve meninos e suas brincadeiras.
50	1904	Uma esmola (a uma criança)	Poema	Bertoldo Nunes	Texto que faz uma reflexão acerca da situação da criança

					pobre que pede esmola na rua.
58	1905	Bons Conselhos	Poema	Octaviano de Mello	Poema que mostra o aconselhamento da irmã a seu irmãozinho.
22	1902	Allocução	Texto de Opinião	Josephina	Discurso recitado na professora normalista em uma festividade da escola de Moju para meninas

Fonte: Revista A Escola (1904-1905)

A categoria *Infância e Papéis Sociais* corresponde a textos que fazem referência à relação da criança dentro da sociedade, como esta criança é vista socialmente e como a educação é pensada em um propósito de servir a uma sociedade. O critério de seleção adotado para a escolha dos textos dessa categoria pautou-se na recorrência dos discursos presentes que faziam referência aos papéis distintos socialmente de meninos e meninas dentro da sociedade republicana e a preparação do futuro adulto homem e mulher a partir dessa divisão social de gêneros.

Quadro 3: Textos selecionados da categoria 2 – Infância, patriotismo e formação cidadã

Infância, patriotismo e Formação cidadã					
Edição	Ano	Título	Gênero	Autor	Conteúdo
52	1904	À comunidade estudiosa do Atheneu	Poema	Bertoldo Nunes	Hino que exalta a importância da instrução para a pátria brasileira.
52	1904	Marchar!	Poema	Luiz Galvão	Hino de exaltação à pátria, direcionado às crianças.
52	1904	A Pátria	Poema	Virgílio Cardoso	Poema que aponta diálogo entre pai e filho que aponta para um sentimento de amor à pátria

56	1904	Hymno ao estudo	Poema	Guilherme de Miranda	Texto cuja voz é infantil. Exalta os estudos num tom patriótico
25	1902	Idea	Texto de Opinião	P.N.	Texto cuja finalidade é enaltecer a educação cívica nas escolas, apontando-lhe sua importância na formação das crianças

Fonte: Revista A Escola (1904)

A categoria *Infância, patriotismo e Formação cidadã* foi definida a partir da verificação de textos relacionados ao sentimento vivido à época da primeira república no Brasil: o sentimento de amor à pátria. Portanto, a seleção desta categoria refere-se a textos que visam a uma educação cidadã e de amor à pátria brasileira às crianças de Belém do Pará do início do século XX.

Quadro 4: Textos selecionados da categoria 3 – Infância e Família

Infância e Família					
Edição	Ano	Título	Gênero	Autor	Conteúdo
56	1904	Pae	Poema	Jovino Marques	Poema que mostra a relação afetuosa entre o pai e a filha.
56	1904	Sempre a verdade	Poema	Zalina Rolim	Poema narrado por uma menina que mostra sua relação afetuosa com sua mãe.
56	1904	Conselho às mães	Texto de Opinião	Claudia de Campos	Texto que aconselha como as mães devem educar suas filhas.
56	1904	Mãe	Poema	Virgilio Cardoso	Poema que descreve a mãe como uma figura que sofre ao ver o filho morte.
54	1904	A Família	Texto de Opinião	Augusto Pinheiro	Texto que conceitua a família como uma instituição que trabalha para o bem comum social. A menina sendo educada para ser mãe.
07	1900	Educação e Instrução	Texto de Opinião	Octavio Pires	Texto que discute a diferença entre educação e instrução e a importância que a escola e a família

					exerce na formação da criança.
31	1903	Educação	Texto de Opinião	Andrade Pinheiro	Texto que discute a importância da família e da escola na formação da criança.
52	1904	A moedinha	Poema	Zalina Rolim	Poema que exalta a família como riqueza social.
50	1904	Educação	Texto de Opinião	Bertoldo Nunes	Texto que discute a importância da família e da escola na formação da criança.
56	1904	Olhar de Filha	Poema	Silvestre de Lima	Poema que descreve a figura da menina como doce e carinhosa.

Fonte: Revista A Escola (1900;1903;1904)

Já a categoria Infância e família foi criada a partir da verificação da existência de textos cuja visão apontava como a instituição família era vista, idealizada e valorizada quando o assunto era a educação das crianças do período republicano. Para esta seleção, foram coletados textos cujos discursos representam o ideal de família republicana, a partir dos discursos dos agentes da educação da Revista. Esta categoria é de grande importância para uma a definição de uma concepção de infância, visto que se nota uma quantidade significativa de textos voltados ao papel da família na educação das crianças.

Quadro 5: Textos selecionados da categoria 4 – Infância e Escola

Infância e Escola					
Edição	Ano	Título	Gênero	Autor	Conteúdo
56	1904	A escola	Texto de Opinião	Augusto Pinheiro	Texto que fala da importância da escola enquanto instituição para a educação das crianças.
53	1904	Discurso	Texto de Opinião	Rosa Costa	Discurso direcionado às crianças no qual a autora assume o compromisso da gestão escolar da instituição que assumira.
08	1900	A escola primária	Texto de Opinião	Vilhena Alves	Texto que aponta princípios metodológicos para um ensino de

					qualidade.
31	1902	Dos jogos nos jardins de infância	Texto de Opinião	Zalina Rolim	Texto que aponta a importância do uso dos jogos no jardim de infância.
60	1905	Hymno escolar	Poema	Theodoro Rodrigues	Hino que exalta o estudo e a importância do livro para a conquista de um bom futuro.
58	1905	Hymno do grupo escolar José Veríssimo	Poema	Antonio de Macedo	Hino que exalta a instrução e progresso por meio dela.
54	1904	Hymno Infantil	Poema	Jorge Pires de Godoy	Hino que exalta a busca pelo conhecimento por meio da escola.
47	1904	Da Educação Physica	Texto de Opinião	José Verissimo	Texto que discute a importância da educação física na educação das crianças.

Fonte: Revista A Escola (1900;1902;1904;1905)

Por fim, a categoria infância e escola aponta textos que representam a relação da criança dentro da instituição escolar e como esta instituição concebe esta criança. A seleção para esta categoria priorizou textos cujos discursos conduziam à preparação, apontada como ideal de escola moderna e progressista, que a instituição tinha ou deveria ter para receber os alunos. Além disso, alguns textos selecionados seguiram como critério aconselhamentos pedagógicos que instruíam como a escola deveria empregar lecionar algumas disciplinas às crianças. Ou seja, esta categoria faz referência tanto à escola quanto ao pensar pedagógico para crianças dentro do ambiente escolar, temática esta de suma importância para se chegar ao objetivo geral deste trabalho no que tange à investigação da concepção de infância e, principalmente, de educação para a infância.

Definidas estas categorias, esta pesquisa analisará os textos por meio da perspectiva analítico-discursiva de Mikhail Bakhtin⁵ (1997; 2002; 2006). O filósofo compreende que a linguagem se materializa por meio dos discursos que são reconhecidos como a língua em sua

⁵ Mikhail Mikhailovitch Bakhtin foi um filósofo russo que nasceu no dia 16 de novembro de 1895 e faleceu em 1975, tinha como principal objeto de estudo a linguagem, produzindo, nas primeiras décadas do século XX, importantes estudos que contribuíram para diferentes áreas do conhecimento, como a Linguística, a Teoria Literária, a Psicologia, a Sociologia, etc.

unidade concreta e viva e constituídos por meio das relações dialógicas. Ou seja, a compreensão de discurso bakhtiniana entende os discursos implícitos e explícitos materializados nos textos orais e escritos, os quais, segundo tal autor, fazem parte da constituição dos sujeitos, pois estes são imbricados por aspectos culturais, sócio históricos e ideológicos que circundam o contexto no qual se inserem.

Ao compreender que a língua se materializa por meio de enunciados e, conseqüentemente, dos gêneros do discurso, Bakhtin (1997) afirma que a comunicação se dá por meio desses enunciados, considerando todos os elementos constitutivos da formação discursiva. Dentre esses elementos, encontram-se, além da esfera de comunicação, os interlocutores, a intenção comunicativa, o local onde foi publicado o texto, a interação verbal, a estrutura composicional do enunciado, etc., ou seja, todos os elementos que contribuem para a análise do discurso presente nesses gêneros. Estas conceituações apontam para o cuidado quanto ao olhar da pesquisadora para a fonte de dados, uma vez que a proposta desta pesquisa é fazer uma análise à luz desta teoria, considerando os sujeitos envolvidos e as circunstâncias destes.

Por adotar como objeto de investigação os discursos sobre a infância materializados na revista, esta pesquisa adotou alguns procedimentos metodológicos que levam em consideração os aspectos linguísticos presentes nos textos selecionados. Bakhtin (1997), ao discutir acerca das questões metodológicas sobre o uso de gêneros discursivos na pesquisa, alerta que

[...] um trabalho de pesquisa acerca de um material linguístico concreto [...] lida inevitavelmente com enunciados concretos [...] que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação [...]. É deles que os pesquisadores extraem os fatos linguísticos de que necessitam. Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular [...], ou seja dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. (1997, p.282)

Em outras palavras, a pesquisa, com base na análise do discurso, deve reconhecer fatores exteriores aos textos para que haja uma validação dos dados analisados; desta forma, reconhecer a natureza do enunciado, de onde surgiu, as particularidades destes gêneros encontrados, é de suma importância para uma correta compreensão dos discursos presentes.

Para isso, serão reconhecidos aspectos sócio-histórico-ideológicos e contextuais nos textos analisados, o que confere uma melhor apreciação desses textos.

Bakhtin (2006) compreende que a enunciação – compreendida em Bakhtin (2002) como discurso – constitui-se como sendo de natureza social e histórica a qual se liga a enunciações anteriores e posteriores, produzindo e fazendo circular discursos. Isto é, um discurso se liga a elementos extra verbais, compreendidos como sócio históricos, para se constituir e propagar uma intenção comunicativa carregada de teor ideológico. Diante disso, para reconhecer discursos e o signo ideológico que ele carrega, é necessário que se reconheça o caráter sócio histórico da situação comunicativa na qual os sujeitos falantes estão imersos. Em outras palavras, a teoria dialógica de Bakhtin compreende que a análise discursiva deve levar em consideração aspectos considerados linguísticos (internos) e extralinguísticos (externos), uma vez que a formação discursiva perpassa por estes elementos dialógicos por meio de uma consciência ideológica. O discurso é um produto desse diálogo e sua natureza emana das relações dialógicas em que, por meio da interação verbal entre os sujeitos participantes, desenvolve-se.

De acordo com Bakhtin (2006, p. 29), “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. Com isto, o autor pondera que é por meio da interação social entre sujeitos que o signo ideológico se manifesta a partir da concepção de que esta ideologia não é individual, mas coletiva, isto é, a ideologia pode ser compreendida como uma manifestação da consciência individual do falante, mas que só poderá ser reconhecida em contato com outras consciências individuais, as quais se encontram ligadas umas às outras, uma vez que a criação ideológica é compreendida na obra do autor como algo material e social.

É necessário que se reconheça o signo ideológico nos discursos sobre a infância partindo-se dessa perspectiva, uma vez que, além dos aspectos extra verbais, o reconhecimento do conteúdo ideológico é de grande importância para se chegar a uma concepção de infância e de educação para a infância. No trato analítico dos textos que serão aqui analisados, o reconhecimento do aspecto ideológico será um dos fatores mais determinantes para se chegar ao objetivo desta pesquisa, visto sua importância na determinação desses fatores sócio históricos que permeiam os discursos.

Partindo-se desses pressupostos, as categorias bakhtinianas que fundamentam este estudo são: os gêneros discursivos, o dialogismo, o aspecto ideológico do discurso e os fatores sócio históricos que permeiam tais discursos. Isto corrobora para a relevância em um estudo à

luz da Análise do Discurso de Bakhtin, a qual contribui para uma identificação da concepção de infância presente nesses discursos, objetivo geral deste Trabalho.

Dessa forma, os discursos em torno da infância, encontrados no corpus selecionado, poderão apresentar as concepções de criança e de infância objetivadas nesta pesquisa. Tais discursos trarão consigo uma carga sócio-histórica e ideológica, dentro das categorias bakhtinianas, que permitirão compreender estas definições sobre a infância e a criança o que contribuirá para os estudos na área de História da Infância em Belém do Pará.

A estrutura desta dissertação de Mestrado se divide em 5 seções, sendo elas: Seção I – Introdução, Seção II – A definição de infância no Brasil e no Pará da Primeira República; Seção III – Impressos como fonte para a História da Infância e da Educação, Seção IV – Discursos para a infância e de educação para a infância na Revista *A Escola* e, por fim, Seção V – Considerações Finais. Além das seções, será apresentada uma tabela que corresponde ao inventário (APÊNDICE).

A seção II tem por finalidade apresentar alguns teóricos da área de História da Infância e suas contribuições no quesito infância e república com o objetivo de apontar o olhar para a infância e a educação para a infância nesse período, haverá a apresentação de ideias de autores que produzem teorias na área de História da infância como, por exemplo, Arantes (2011), Gondra (2002), Kuhlmann Jr. (2000; 2001) Kramer (2011) e Rizzini (2011) entre outros.

Já a seção III apresentará como discussão, em um momento inicial, a relevância dos impressos como fonte para a História da Infância e da Educação, além da apresentação do estado da arte e de uma descrição sobre a fonte de dados utilizada nesta pesquisa – a revista *A Escola*. Como base teórica desta seção, serão apresentados autores que discutem a relevância de pesquisas cuja fonte de dados são impressos: Nóvoa (1997), Catani (1997), Caspard (1981) entre outros.

A seção IV tratará de apontar alguns percursos de análise pretendidos nesta pesquisa. Foram selecionados 2 textos para cada categoria de análise (em um total de 8 textos) e para cada texto será feita uma abordagem na perspectiva analítico-discursiva bakhtiniana cuja finalidade é apresentar como a análise será pensada no texto final desta pesquisa. Além disso, durante a abordagem discursiva, serão apontados alguns conceitos bakhtinianos para a fundamentação teórica desta análise.

Por fim, a seção V, referente às Considerações Finais, traz os resultados acerca das concepções de infância e de Educação para a infância identificadas na Revista *A Escola*.

Dentre tais resultados, pôde-se verificar que os discursos voltados para a infância reiteravam o papel social que deveria ser cumprido pelas crianças em sua fase adulta. Tais papéis eram retratados em quase todos os textos aqui analisados. Outro ponto importante identificado na análise aqui feita é a identificação de três elementos que permeavam os discursos para a infância: o papel da família na educação do lar; o papel da escola na instrução e o patriotismo.

SEÇÃO II: A DEFINIÇÃO DE INFÂNCIA NO BRASIL E NO PARÁ DA PRIMEIRA REPÚBLICA

O conceito de infância, enquanto uma categoria social e fase específica da existência humana, é parte de uma discussão muito recente em termos historiográficos. Identificar um conceito do termo infância e concebê-lo como objeto de estudo na linha de História da Infância têm sido um trabalho bastante laborioso aos historiadores que enveredam por essa área. As discussões em torno desta conceituação iniciam por meio do próprio termo “infância” cuja etimologia da palavra provém do latim *infantia*, a qual, segundo HOUAISS⁶, apresenta o sentido de “dificuldade ou incapacidade de falar, mudez”.

Lajolo (2016) afirma que o sentido da palavra infância, representado através de sua base etimológica, marca a noção de *ausência de fala*, isto é, aquela que não fala. Tal dado aponta para um ponto marcante, uma vez que a criança é sempre representada, discursivamente, por um *outro* que a nomeia e a estuda. Ou seja,

por não falar, a infância *não se fala* e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupa. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer *eu*, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre um *ele/ela* nos discursos alheios, a infância é sempre definida *de fora*. (2016, p. 324)

A autora argumenta que a criança não é o sujeito dos discursos em prol da definição do conceito de infância, mas sim objeto. Sendo assim, existem agentes que se ocupam de produzir e reproduzir discursos definidores de conceitos sobre a infância através de inúmeras áreas de conhecimento nas quais passa a ocupar espaço. Historiadores, psicólogos, psicanalistas, entre outros, buscam definir um conceito sobre infância a partir, inicialmente, de uma concepção desta. Diante disso, ressalta-se a seguinte questão: afinal, quais dessas áreas conseguem realmente responder à complexa e, ao mesmo tempo, à simples indagação: o que é infância?

2.1. Concepções de infância ao longo da História da Infância

Vários teóricos, na tentativa de definir este conceito, pontuam algumas considerações acerca da temática. Entre os precursores do desenvolvimento de estudos acerca da noção de

⁶ HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

infância moderna está Phillip Ariès (1914-1984) que, por meio de sua célebre obra “História Social da Criança e da Família”, publicado na França no ano de 1981, contribuiu para o início de discussões convergentes as quais entendem que o sujeito criança veio sendo visto de diferentes maneiras ao longo dos tempos até chegar na compreensão que se tem como referência atualmente.

Segundo Ariès (1981), a criança na Idade Média era vista como homens e mulheres de tamanho reduzido, eram tidas como adultos em miniatura, não havendo a consciência de que as crianças eram diferentes dos adultos. Nesse período, o modo de se vestir, as conversas, os jogos, as brincadeiras e até os trabalhos realizados pelas crianças eram praticamente os mesmos; não existia a separação entre o universo infantil e o adulto. Ainda segundo Ariès: “essa infância muito curta fazia com que as crianças, ao completarem cinco ou sete anos, já ingressassem no mundo dos adultos sem absolutamente nenhuma transição.” (1981, p. 20),

Para Heywood (2004), em concordância com o pensamento de Ariès, a preocupação pelo período da infância é um fenômeno recente muito por conta dos poucos registros que se tem sobre as memórias e experiências de infância em épocas passadas, pois havia pouco interesse em conhecer as especificidades dos sujeitos nessa etapa da vida. Na sociedade medieval, ainda segundo o autor, por exemplo, a centralidade em assuntos religiosos retirou muitos temas do foco de interesse da época e a infância foi um deles. Além disso, o foco na vida adulta era predominante em detrimento à infância.

Essa conjuntura, conforme Ariès, tem íntima relação com a alta taxa de mortalidade infantil, fato este que levava os pais a não criarem grandes expectativas com as crianças, as quais poderiam facilmente vir a óbito, uma vez que não havia a consciência de que os pequenos necessitavam de cuidados diferenciados com vestimenta, alimentação e higiene, dado que agravava as moléstias e mazelas que afligiam a infância nesse período.

Entretanto, o século XVII, conforme as incursões investigativas de Ariès, foi o marco divisor na evolução do tema da primeira infância. Ao analisar obras de artes, o historiador identificou que estas começaram a retratar cenas de crianças sozinhas, com as famílias se organizando ao redor delas, revelando situações de brincadeira, leitura, alimentação, jogos entre outras.

Ariès (1981), ao longo de seu estudo, vai revelar que o descobrir da noção de criança, tal qual se conhece hoje, tem sua origem a partir da preocupação com o processo de escolarização na virada do século XIX para o XX. Neste contexto, a infância começou a ser concebida de forma mais próxima ao sentimento moderno voltado à criança, tendo em vista que, com o processo de industrialização, ocorre uma reconfiguração nos modelos de família,

que passam a ficar mais reduzidas. Isto é, com menos pessoas nas famílias, a criança ganha mais destaque e a escola entra como a instituição que vai preparar o futuro adulto, pois a infância passa a ser tida como alvo de investimentos.

Apesar de Ariès ser considerado o precursor nos estudos do conceito de infância, há teóricos que discordam de sua postura quanto ao início da percepção da noção de infância. Kuhlmann Jr (1998) considera que Ariès apresenta uma visão um pouco generalizante e afirma que as fontes utilizadas pelo historiador fazem referência a famílias ricas em detrimento de famílias que apresentavam precariedades econômicas, dado este que permite questionar a ausência do conceito e da noção de infância desde a Idade Média. Desta forma, o autor declara que

Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo uma certa identidade com as perspectivas da história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença interior nas relações sociais. (KULHMANN JR, 1998, p. 24)

Em outras palavras, Kuhlmann Jr compreende que a ausência de dados sobre as classes menos favorecidas aponta para uma falha nos estudos de Ariès. Outro ponto criticado por este autor é o fato de aquele afirmar que não havia, neste período medieval, apego ou sentimento da família em relação à criança: “a indiferença medieval pela criança é uma fábula e, no século XVI [...], os pais se preocupavam com a saúde e a cura de seu filho. Assim, devemos interpretar a afirmação do sentimento da infância no século XVII”. (GELIS apud KUHLMANN JR., 1998, p. 23). Utilizando-se das palavras de Gelis, Kuhlmann Jr. reforça a ideia de que já existia, mesmo antes do século XVII, o apego e o sentimento em prol da criança, o que contrapõe os dados de Ariès.

Embora haja essa divergência de opiniões entre os historiadores no que consiste ao nascimento do conceito de infância e dos cuidados com a criança, é notório que existiu, no Brasil, nos séculos XIX e XX, por meio da necessidade de progresso, certa preocupação voltada à criança e à educação dela. Por meio disso, passou a haver um investimento nesta criança para que isso gerasse resultados esperados que vão ao encontro dos anseios de um mundo mais moderno. Desta forma, o Estado toma para si a responsabilidade na formação dessa criança conforme afirma Rizzini (2011):

Em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental. A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e

ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado. (p. 23)

Por se tornar alvo de interesse coletivo e de investimentos, a criança começa a ser simbolizada como o futuro da nação, fato este que gerou ações de cunho higienista, buscando tratar e prevenir doenças, já que, a partir desta visão idealizadora na criança: “A degradação das ‘classes inferiores’ é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado.” (RIZZINI, 2011, p. 24). Ou seja, para acompanhar o processo de modernização, no sentido de ordem e progresso, iniciado no Brasil, agora República, tornou-se necessária a intervenção do Estado no controle da sociedade, iniciando-se com a criança, uma vez que se promovia o discurso de investimento na sociedade brasileira para que esta se tornasse culta e civilizada.

Müller (2007) ratifica esta intervenção direta do Estado: “As crianças do século XIX pertencem às instituições. Elas são filhas. Filhas de todos. A responsabilidade por seu cuidado, formação e controle está sob a instituição familiar, as instituições médicas, acadêmicas, religiosas e também da justiça.” (p. 64). Todas estas instituições tinham seu papel nessa formação da criança enquanto ser em desenvolvimento. Esta ação conjunta era primordial para o estabelecimento da ordem e da moral na sociedade moderna em desenvolvimento.

Em outras palavras, os pais não mais delegavam as funções de cuidados com filhos em idade pré-escolar a terceiros, eles mesmos passavam a ser zelosos com as crianças. Fato este que, de certa forma, passa a alterar a estrutura da sociedade que começa a reproduzir o discurso moderno de que a mãe – de famílias ricas – é a principal zeladora do seio familiar a qual detém um papel mais doméstico e caseiro, uma vez que passa a ser a figura de proteção e de educação dentro do lar.

Considerando esta nova visão de Infância e de investimentos na educação e formação cidadã da Criança, os tópicos a seguir terão por finalidade apresentar como a concepção de infância foi alterada a partir do sentimento de progresso no Brasil e, posteriormente, no Pará do final do século XIX e início do XX, no período que corresponde à Primeira república brasileira. Para isso, serão apontados como se deu este olhar para a infância a partir de tais concepções e como foi alterada a concepção de educação para a criança deste período.

2.2. Olhares para a infância na História do Brasil: da evangelização ao futuro da nação.

Ao abordar o tema sobre infância nas páginas da História do Brasil durante a Primeira República, faz-se necessário um breve retorno acerca do tratamento e do olhar para a criança desde os anos iniciais do Brasil quinhentista. Este recuo tem por finalidade apontar como o Brasil tratou a criança desde o século XVI, com a chegada dos Jesuítas, até o recorte temporal desta pesquisa – Primeira República no Brasil e no Pará – para que estes dados nos levem ao pensamento republicano para a criança na tentativa de se chegar à concepção de infância e de educação para a infância aqui pretendida.

Ao desembarcarem em terras brasileiras, em pleno ano de 1549, a Companhia de Jesus, formada pelos Jesuítas, passou a “ensinar as letras” aos índios adultos e às crianças ali presentes, sob a justificativa de que estes se encontravam “...tão afastados da fé cristã” (CHAMBOULEYRON, 2002, p. 51). Desde a chegada dos Jesuítas em terras brasileiras, as crianças indígenas já ganharam um maior olhar da companhia de Jesus, uma vez que tal companhia notou que elas “aceitavam” mais facilmente os ensinamentos cristãos em detrimento dos índios adultos que eram relutantes e arredios à evangelização.

Diante disso, o menino índio era visto pela Companhia de Jesus como o “papel branco”, “virgem”, em que se depositavam a cultura e os bons costumes cristãos com o objetivo de dissipação do modelo de cultura portuguesa e de formação da “Nova Cristandade”, tão sonhada pelos padres. Assim, “... não se tratava somente de aprender a doutrina e as coisas da fé. Para os padres, o mais difícil era justamente perseverar nos bons costumes. São vários os casos ‘edificantes’ de meninos que se mantinham firmes e constantes na fé...”(CHAMBOULEYRON, 2002, p.60). Ou seja, o investimento nas crianças era visto como algo positivo, já que eles obtinham o retorno esperado na maioria dos “novos cristãos”.

Cabe ressaltar que a educação jesuíta não era voltada somente aos indígenas; crianças mestiças e portuguesas também eram catequizadas neste período. Colégios dedicados à educação das crianças foram fundados em diversas regiões do país conforme a Companhia de Jesus ia crescendo e catequizando cada vez mais crianças. Isto comprova que os Jesuítas viam nos meninos deste período – índios, mestiços e portugueses – uma forma de dissipar a cultura portuguesa em detrimento de outras culturas que ali se encontravam, provocando uma tentativa de dominação cultural europeia.

Fundada no ano de 1616, a cidade de Belém também recebeu representantes religiosos que eram responsáveis pela instrução pública local. Durante muitas décadas, os jesuítas fundaram colégios e a metrópole não intervinha na instrução pública da colônia paraense.

Diante disso, havia na capital uma escassez muito grande no ensino de crianças, uma vez que não ocorria investimentos por parte de Portugal na educação das crianças locais; dado este que se caracterizava com uma baixa difusão da instrução.

Na segunda metade do século XVIII, por meio da reforma pombalina, os jesuítas foram expulsos do Brasil e, conseqüentemente, do Pará. Este fato levou a um prejuízo na formação intelectual das crianças deste período. Fazendo uma consideração acerca da expulsão do jesuítas na cidade de Belém, Arthur Vianna, em publicação de 1900 da Revista *A Escola*, pondera que

Com isto [*fechamento de colégios decorrente da saída dos jesuítas*] fechou-se a derradeira e escassa fonte, onde a infância podia beber algum ensino; é fácil conceber até onde foi a incúria, levando em conta a rebeldia da população pelo preparo intelectual dos seus filhos de perto coadjuvada pelo desleixo dos poderes públicos. (PINTO, 1900, p. 21) [*grifo da autora*]

Nota-se, nesta consideração de Arthur Vianna, que havia, por parte da metrópole portuguesa, um descaso na educação da população brasileira do século XVIII. Ao permitir a saída dos jesuítas por questões políticas, Portugal pareceu não se preocupar com a substituição destes religiosos por representantes que pudessem assumir a educação pública nos estados.

Já no Brasil Império, as crianças da elite continuavam sendo educadas aos moldes dos ensinamentos cristão-europeus, gozando de muito mais prestígio do que as crianças filhas dos escravos. Segundo Mauad (2002), os viajantes destacavam que eram atribuídas às escravas domésticas mulatas as funções de costurar as roupas das crianças, filhas dos donos das casas. A educação também era uma preocupação para essa classe, sendo importante não só a educação doméstica dos princípios morais da época, mas também na escola (MAUAD, 2002, p. 148).

Apesar de todos esses esforços nos cuidados às crianças, tais assistências geralmente se restringiam a famílias ricas, cujas crianças eram provenientes de casamentos reconhecidos pela sociedade. No entanto, o mesmo não acontecia com crianças menos afortunadas as quais, em muitos casos, eram abandonadas ainda recém-nascidas. Este fato gerou a preocupação de que elas poderiam se tornar um perigo para o futuro da sociedade, eram os chamados “Órfãos”, “expostos”, “enjeitados”, “deserdados de sorte” ou “de fortuna”, “infância desditosa” ou “infeliz” (ARANTES, 2011, p. 176).

Nascimento (2008, p.41) afirma que esses “filhos ilegítimos” eram concebidos em diversos tipos de relacionamentos considerados não legítimos pela igreja e sociedade cristã predominante desde a época do Brasil Colônia. Tais crianças nasciam destes relacionamentos

clandestinos e seu destino não poderia ser outro a não ser o abandono, uma vez que as mães, ao darem à luz aos seus bebês considerados “filhos do pecado”, deixavam-nos à própria sorte para que não pudesse haver “provas” ou vestígio de seus atos libidinosos.

Com a finalidade inicial de acolhimento destes recém-nascidos, intensificou-se, nos séculos XVII e XVIII, um crescente número de irmandades de caridade – igrejas ou outras instituições religiosas –, confrarias laicas e famílias que promoviam o acolhimento dos órfãos; o Estado detinha, até então, pouca parcela de responsabilidade na assistência a esses expostos. Com relação à igreja, Nascimento (2008) afirma que esta passou a tratar a caridade como ato de condição para a salvação eterna. Ainda segundo a autora, a prática de caridade da igreja católica consolidou uma prática de poder, dominação e controle desta instituição, visto que

Se por um lado, estimulava o acolhimento e a criação dos expostos por parte dos fiéis, por outro, virava moeda de troca, à medida que abria para o católico mais possibilidade de dar visibilidade a sua fé, ampliando seu campo de exercício da misericórdia e da piedade, e com a prática de mais essa boa ação adiantava seus passos em direção à salvação eterna. (NASCIMENTO, 2008, p. 54)

Sendo assim, não somente os expostos conseguiam sua salvação pelo batismo, mas também os próprios católicos, por meio de práticas de “boa ação”, garantiam seu lugar na salvação eterna. Isto gerou uma ação paradoxal neste período: apesar de a igreja promover ações de acolhimento e caridade, ela também tolerava relações que geravam esses filhos ilegítimos, já que preservava a identidade desses pais que abandonavam seus filhos, retirando-lhes a responsabilidade por tal ato.

Para Arantes (2011), a infância pobre, no século XVIII, começou a ser concebida como um problema que precisava ser solucionado, uma vez que havia um significativo número de crianças abandonadas nas ruas, nas portas das residências e nas igrejas dos principais centros urbanos do período, muitas dessas crianças eram corriam o risco de serem devoradas por cães, porcos ou outros animais. Em outros casos, segundo a autora, morriam de fome ou de exposição aos elementos.

É por meio da criação de instituições de acolhimento, já no século XIX, que se efetivou a ação do Estado na “destinação” destas crianças a atividades manuais que colocavam estes órfãos nos postos mais baixos da hierarquia social. O número de crianças vagando pelas ruas começou a ser visto como um problema social a ser solucionado, portanto, o Governo, no século XIX, passou a criar decretos em que ordenava o recolhimento de menores “vagando”

pelas ruas. Este recolhimento tinha a finalidade de retirar as crianças das ruas e colocá-las nessas instituições para que lhes fossem ensinadas estas atividades.

Diante disso, aparecem as primeiras concepções relacionadas à criança as quais provêm de discursos produzidos por médicos, juristas e filantropos, tendo em vista que a infância passa a ser tratada como importante fase a ser investida, pensando-se no futuro do país (RIZZINI, 2011). Desta maneira, as crianças estavam na condição de alvo de ações e práticas que as modelassem para que não assumissem uma condição física e moral que pudesse prejudicar o processo modernizador do Brasil República. Logo, a infância necessitava ser educada, cuidada, disciplinada, higienizada e controlada.

É neste período que se iniciam campanhas de médicos higienistas nos cuidados com a criança. Estas campanhas trazem consigo um caráter de divulgação da importância da higiene para a infância e para a educação da infância. Em consonância a isso, Gondra (2000) analisou teses defendidas por médicos higienistas do século XIX, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e evidenciou que muitos apontavam a higiene como fator determinante a ser seguido no espaço escolar. Dentre essas teses, o autor aponta o trabalho de Dr. Coutinho, no ano de 1857, o qual retrata como este ramo da medicina é enaltecido pelo médico:

Ao reconhecer e divulgar as contribuições da higiene, no sentido de aperfeiçoar e fazer progredir a Humanidade, [Dr. Coutinho] vai construindo um argumento que procura produzir a legitimação do discurso higiênico, em cujo interior a infância e sua educação deveriam ser abrigadas. (p. 102)
[grifo da autora]

Trazendo consigo o legado dos preceitos iluministas, os séculos XIX e início do XX vêm com uma forte tendência a associar ciência – em especial o campo da medicina –, educação e sociedade, fato este que repercutiu diretamente no olhar para a criança deste século. Gondra (2000) – ainda em seu texto *Medicina, Higiene e Educação Escolar* – defende a ideia de que houve uma supervalorização do conhecimento e da razão de base científica por meio das ideias de iluministas como John Locke e Rousseau os quais eram bastante referendados por médicos higienistas brasileiros. Tais ideias também sofreram influência do cientificismo, termo surgido na segunda metade do século XIX, na França: “O cientificismo [...] era receptivo aos fundamentos que suportavam a compreensão médica sobre as condicionantes mesológicas na condição sanitária do indivíduo.” (FERREIRA, 2003, p. 15).

Segundo Ferreira (2003), a predominância de ideias científicas e positivistas, além de evoluções das ciências biomédicas, permitiram aos especialistas na área da medicina elevar certa confiança que os levaram a promover intervenções em vários setores da sociedade.

Ações higienistas cresceram absurdamente com base nessas ferramentas científicas e científicas; a sociedade passou a ser monitorada e reajustada de acordo com os padrões estabelecidos por médicos higienistas em todos os estratos sociais: “Para nós, a criança, quer seja filha de união legítima, quer de uniões que a lei proíbe, tem igual direito ao interesse da sociedade; já nossas leis sabiamente dispostas, reconhecem este princípio outr’ora desprezado, em tempos de ignorância e barbarismo...” (DR COUTINHO *apud* GONDRA, 2000, p. 104).

Sendo assim, as ações higienistas de meados do século XIX até início do século XX produziram discursos em prol da criação de instituições que atendessem essas crianças, uma vez que exigiam a regulamentação de ações para o acolhimento de crianças expostas. Desta forma, no ano de 1901, Morcovo Filho, um dos principais higienistas do século XX, inaugurou o instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Com isso, a criança pobre passa a ser objeto de políticas públicas do Estado na tentativa de acolher essas crianças e desenvolver o país.

Nesse contexto, buscou-se uma nova ordem social. A medicina ganhou destaque por meio de ações médicas que envolviam alterações nos costumes, na educação e na moral da sociedade. A partir daquele momento, fora criada a medicina do social, a qual seria, desde então, tratada como higiene. Médicos-higienistas, como passaram a ser denominados, iniciaram intervenções em todos os ramos da sociedade em especial na educação de crianças em suas esferas pública ou privada:

a Higiene fornecerá um modelo de organização escolar calcado na razão médica que ao ser constituído retiraria do espaço privado - religioso ou familiar - o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas. Para tanto, apela-se aos argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes escolares, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais (GONDRA, 2000, p. 527)

A assistência dada pelos médicos se expande em vários quesitos como: condições físicas da escola, controle de doenças das crianças, organização da rotina escolar na qual deveria ser respeitado o descanso dos alunos, chegando ao ponto de os higienistas opinarem e definirem as atividades pedagógicas que esses alunos fariam dentro do ambiente institucional.

Diante disso, a inspeção escolar era uma realidade necessária para a manutenção dessas orientações no ensino. Kuhlmann Jr. (2002) descreve que

Os exames rigorosos do aluno, do seu estado físico, das suas tendências intelectuais e morais, seriam registrados nas ‘fichas escolares’, renovadas anualmente. Ali se anotariam as ‘taras hereditárias’ e as ‘condições de receptibilidade do educando’. A escola deveria ser um ‘sanatório, onde essas criaturinhas adquiriam, além dos conhecimentos que lhes formam o espírito, algo da energia que lhe revigora o corpo. (2002, p. 475)

Além de atuarem diretamente neste ambiente escolar, os médicos-higienistas passaram a reestruturar a sociedade em vários âmbitos. A escola era o local onde estes médicos, juntamente com os gestores escolares e o Estado, atuavam por meio de ações de prevenção e organização do espaço destinado às atividades escolares as quais seriam destinadas às crianças. No entanto, olhares voltados à família começaram a surgir por meio dessa preocupação com o bem-estar dessas crianças. Sendo assim, por meio de intervenção de natureza pública e coletiva, ações de orientação também foram introduzidas no ambiente familiar:

A higiene merece, todavia, abordagens que apelam para intervenções de apoio público. A ideia de que não se podia continuar a responsabilizar unicamente a família pelas condições de desenvolvimento da criança dá origem a novas perspectivas de actuação. Começa a existir, cada vez mais, uma consciência de que é preciso actuar sobre a família e também além dela. (FERREIRA, 2003, p. 14)

Ou seja, médicos, família, escola e sociedade deveriam caminhar juntos no sentido de melhor atender ao desenvolvimento dessas crianças. Os discursos científicos dos médicos-higienistas tinham por objetivo influenciar diretamente a ação de higiene dentro do lar para que a família atuasse junto à escola no desenvolvimento de meninos e meninas. As ações estavam sendo estruturadas para que houvesse o trabalho do coletivo destes setores sociais com os quais a criança convive e todos deveriam contribuir para o bem-estar desta criança.

Com o advento da Proclamação da República, o Brasil começara a dar os primeiros passos nessa política higienista em ambientes escolares. Por estabelecimento da medicina e de outros campos do saber – antropológico, jurídico, pedagógico e psicológico –, começou a surgir, neste novo regime, a necessidade de produzir a identidade do povo brasileiro. Sendo assim, a infância passa a ser vista como componente ideal de nação civilizada e, partindo-se deste pressuposto, começou-se a pensar, também, numa identidade para a criança brasileira republicana.

No contexto paraense, ocorreu, neste período republicano, a formação de uma forte elite constituída pelos barões da borracha os quais impuseram um novo modelo de vida, que representou um sentimento de modernização da cidade de Belém por meio da construção de projetos arquitetônicos e urbanísticos, baseado em ideias provenientes da Europa: tal fato ficou conhecido como a *Belle Époque*⁷ nas cidades de Belém e Manaus. (SARGES, 2002)

Concomitante a isso, a cidade de Belém passava por um intenso fluxo migratório de pessoas oriundas de outras partes do Brasil e do mundo atraídas pela grande produção de borracha que estava ocorrendo na região amazônica. Este dado aponta para uma alteração no aspecto social da cidade, visto que, com a chegada destes (i)migrantes, houve um crescimento populacional e conseqüentemente “O número de crianças que chegaram com essas famílias também era significativo, muitas vezes elas vinham sozinhas nos grupos, sem nenhuma referência parental [...]”(DUARTE E ALVES, 2014, p. 60). Desta forma, a cidade de Belém encontrava-se numa questão paradoxal: enquanto a elite ditava e redefinia o espaço urbano, arquitetonicamente e culturalmente, na tentativa de “europetizar” a Amazônia por meio da modernização da cidade; o fluxo populacional crescia absurdamente, fato este que gerou medidas provenientes da administração pública que

estabeleceu uma série de normas para a convivência das pessoas no espaço urbano. Os hábitos que eram considerados comuns e que faziam parte do cotidiano das pessoas, incluindo o das crianças, estavam enquadrados em normas e regras definidas em um Código de Postura aprovado pela administração municipal. (ibidem, p. 61)

Isto é, iniciou-se um processo na *Belle Époque* paraense de promoção de políticas públicas no âmbito social, na tentativa de disciplinar os hábitos dos cidadãos para que fosse possível manter a ordem e promover o progresso social. Diante disso, ações sanitárias, sociais – como a vista na citação acima – e educacionais foram implementadas a fim de manter os bons costumes e instaurar a tão almejada modernidade amazônica ao estilo “Paris-europeico”.

Para Veiga e Gouvea (2000), a sociedade passou a criar um ideal de cidadão do futuro por meio de ações para a infância que se desfizessem do passado; isto é, o futuro adulto republicano será visto como o novo, o moderno, aquele que será educado sem vícios e superstições os quais se encontravam em tempos anteriores e retrógrados. O cidadão do futuro – ou seja, a criança do presente – deve ser educado física, moral e intelectualmente. Diante

⁷ Período marcado por grandes transformações em nível econômico, político e cultural e que teve um acelerado processo de urbanização, culminando com a construção de imponentes palacetes, igrejas, praças, parques, teatros, bosques.

disso, as autoras ponderam que houve uma espécie de “criança monumentalizada” a qual serviria como uma espécie de “perpetuação das sociedades”, o qual pode ser definido como um legado à memória coletiva na tentativa de imposição de determinada imagem de si próprias. (VEIGA e GOUVEA, p. 138)

Sendo assim, termos como assistência, proteção e cuidados para a infância passaram a ser mais comuns e necessários para o desenvolvimento dessas crianças. Idealizadas como o futuro da nação, a sociedade deveria investir nesta fase da vida, uma vez que com o “ [...] objetivo de perseguir o ideal de uma nação civilizada, as representações de criança projetaram a concepção de infância, como utopia de um mundo adulto a ser estabelecido” (VEIGA e GOUVEA, 2000, p. 140).

Pode-se afirmar que é a partir dessa noção de cuidados e assistência que surge a infância, fato este que aponta a importância de pesquisas na área da História da Infância no período republicano. As crianças, entendidas antes apenas como seres biológicos, passaram a receber olhares atenciosos e cuidadosos; passou-se também a perceber que o conceito de que infância está relacionado a essa assistência por meio de uma disciplina que preparará adultos socialmente aceitos.

Em outras palavras, voltou-se para a criança um olhar idealizado, passou-se a investir na criança para que ela se transforme no adulto que irá constituir a nação civilizada futura. A ideia de progresso – idealizada aqui como sinônimo de moderno – tão difundida no século XIX, no Brasil, foi determinante para a concepção de criança e infância estabelecida na sociedade da época: investir na criança era investir no futuro da nação. As crianças, a partir de então, precisavam de cuidados e de educação. Monarcha (2016) afirma que

Nesse momento histórico, representado como o ano 1 da nova era, o discurso republicano, pleno de messianismo político, promove uma súbita valorização da criança, representando-a como herdeira da República, alegorizada na figura da mulher amorosa e abnegada. Pare esse ponto de vista, cabe ao Estado exercer o papel de preceptor dos novos, subtraindo-os do âmbito do privado, familiar e afetivo e conduzindo-os para o âmbito do público, social e político. Em outras palavras, esse discurso convida os novos a herdarem o novo regime e a protagonizarem, no transcorrer de suas vidas, uma história fabular, cujo enredo deve ser a liberdade e o progresso. (2016, p. 125)

Diante disso, nota-se que o contexto republicano traz à tona a preocupação com a educação escolar das crianças a qual sai do ambiente escolar e recai no ambiente público e governamental. É neste período que se iniciam políticas de cunho educacional para o amparo

e assistência de crianças filhas de trabalhadoras por meio da criação de creches e jardins de infância.

Partindo-se desses pressupostos históricos, desde o Brasil Colônia do século XVI, até o Brasil República do início do século XX, houve uma alteração significativa do olhar voltado para a infância. Apesar de os adultos apresentarem diferentes visões durante os séculos, pode-se concluir que sempre houve ações voltadas às crianças, sejam elas sociais, culturais, e/ou educacionais. A História da Infância marca as páginas da História do Brasil e estudar infância leva também o historiador a relacionar esta infância no âmbito educacional.

2.3. A Educação para a infância no Pará República

Compreender o conceito de infância no Brasil, mais especificamente no Pará, aponta para um caminho que o historiador da infância acaba percorrendo quando se trata de analisar esta infância por meio do viés histórico: o caminho da História da Educação. Atendimento, assistência, cuidados e educação são elementos encontrados na história de crianças do Brasil e do Mundo. No entanto, falar de infância, em muitos casos, é falar também de educação, visto que, historicamente, os agentes que se preocuparam e se preocupam em estudar a infância também trazem consigo algumas preocupações de cunho educacional e pedagógico.

Visando a essa perspectiva, a história da educação do Pará, atrelada à infância, é base teórica para o estudo aqui traçado. Por meio dela, será possível compreender algumas concepções ideológicas que acompanharam os idealizadores da educação paraense no período da primeira república, já que muitos apontavam que a educação serviria de base para promover o avanço da sociedade previsto pelo novo modelo político nacional.

Dentre esses idealizadores está José Veríssimo⁸ que defendia a ampliação da educação a todas as camadas sociais por acreditar que ela é um bem público e que a república deveria garantir educação para todos. Para o pensador, com o advento da República, a educação era o único meio capaz de regenerar o povo para que se alcançasse uma reforma moral da sociedade. Nestes termos, em seus postulados, o autor pondera que a educação necessitava urgentemente de uma reformulação, visto que ela deveria ser direcionada para a formação de

⁸ Poeta, professor e crítico literário paraense. Apesar de ser opor veementemente à proclamação da república, José Veríssimo, em 1890, foi nomeado o primeiro diretor republicano da Instrução no Pará, pelo então secretário José Paes de Carvalho, no governo de Justo Chermont. No entanto, é considerado de fundamental importância as reformas educacionais promovidas em sua gestão.

um espírito cívico e moral no cumprimento de seu papel social com a cultura moral e intelectual a serviço da nacionalidade (FRANÇA, 2004, p. 65).

Por meio do pensamento de José Veríssimo, pode-se antecipar como os agentes da educação na primeira república difundiram discursos em prol do movimento de valorização da pátria, através da educação, que deveria se estender a todos os estratos da sociedade. Sendo assim, a educação se encontrava em momento de valorização e de integração com a infância por meio desses e de outros discursos em prol de uma sociedade moderna e civilizada.

No ano de 1890, em 07 de maio, seis meses após a proclamação da república, é promulgado o decreto n 149 que regulamenta a instrução pública e, especialmente, o ensino primário no Pará. Destaca-se aqui o início das reformas da instrução pública, encabeçada por Justo Chermont e implementada na gestão de José Veríssimo:

De acordo com Barroso, o esforço de José Veríssimo na Direção da Instrução Pública no Pará foi o de reorganizar as bases do ensino primário e secundário e fortalecer o sistema da inspeção da escolas, inclusive pela ação democrática dos Conselhos Escolares Municipais, com cargos eletivos e participação dos cidadãos morigerados que soubessem ler e escrever. As escolas primárias foram divididas em elementares e populares, em sua maioria permanecendo organizadas como escolas unitárias, multisseriadas e isoladas. (SCHUELER E RIZZINI, 2015, p. 222)

O Pará República estava a todo vapor na reformulação da instrução pública e uma atenção especial foi voltada para a educação primária, partindo de vários atores sociais: “a invenção de tradições de uma *Belle Époque* paraense, a todo custo, tencionaria transformar, erradicar e silenciar uma multiplicidade de práticas e experiências culturais[...]” (ibidem, p. 221) na tentativa de homogeneizar a cultura no Pará por meio da difusão da escola primária e da imposição de uma cultura europeia. Este dado aponta que, desde o início do século XIX, a elite paraense identificou ser a difusão da escola primária um dos caminhos para se atingir ao objetivo de civilizar a população, para se atingir a um ideário de nação, fato este que se intensificará na Província após a proclamação da República e o sentimento de patriotismo instaurado.

França (2012) afirma que, no ano de 1871, ocorreu a inauguração da primeira Escola Normal em Belém do Pará, a qual funcionava, para os alunos, no Liceu Paraense e, para as alunas, no Colégio Nossa Senhora do Amparo, mais tarde denominado de Instituto Gentil Bittencourt. No entanto, ano de 1891, o governo Lauro Sodré aprova o decreto n 416 de 28 de outubro, que adota um novo plano de ensino e regulamenta a escola normal (VIANNA, 1900, p. 29) o qual dá continuidade às reformas pregadas por José Veríssimo.

Apesar da existência dessas escolas normais que promoviam a formação de professores e professoras, estas eram vistas como ineficientes e desorganizadas. Em visita ao Colégio do Amparo, no ano de 1890, José Veríssimo denuncia, em relatório de supervisão endereçado ao então governador Justo Chermont, em tom bastante crítico, a precariedade encontrada no colégio:

Realmente o Colégio do Amparo asila – e ainda mal mais de duzentas órfãs desvalidas, não as instrui nem sobretudo as educa. Não seria exagero dizer que em rigor limita-se a hospedá-las.

Nem podia ser de outro modo, dada a organização desse estabelecimento.

Basta dizer que os cuidados, a direção e a administração interna, a educação moral e doméstica de 200 educandas, a vigilância delas e das mestras, a fiscalização de todos os serviços incubem exclusivamente a uma única pessoa, uma diretora com o nome de Regente. [...]

Isto basta, repito, para que a parte educativa, a principal e essencial desta instituição, seja inteiramente sacrificada.

As oito professoras e três adjuntas quase limitam-se, pelo mesmo Regulamento que as rege, aos encargos de suas aulas e de nenhum auxílio à regente, com a qual aliás deviam colaborar ativa e eficazmente na educação propriamente dita das educandas.⁹

Os dados do relatório do então diretor geral da instrução pública apontam para um quadro alarmante que deveria ser contornado. As péssimas condições de higiene e salubridade foram duramente criticadas por José Veríssimo que apontou como uma das soluções a retirada do colégio do local onde se encontrava. Isto veio a ocorrer no ano de 1906, quando foi inaugurado o novo prédio do colégio o qual passou a se chamar Instituto Gentil Bittencourt. Esta alteração pode ser considerada um dos legados dos ideais republicanos para a nova educação, visto que estado e gestores voltaram seu olhares para a educação de crianças com objetivo de valorizar a educação para a infância.

A transição do século XIX para o século XX marca o âmbito educacional a partir desta nova visualização e valorização da educação para a infância. Kulhmann Jr. (2002) aponta que o final do século XIX, no Brasil, é marcado por inúmeros encontros de historiadores, governantes e pensadores da infância para tratar dos cuidados com a infância que iam desde a higiene e saúde até a educação e instrução – esta última pensada nos ambientes públicos e privados.

Nestes encontros, ainda segundo o autor, são definidas determinadas competências atribuídas ao Estado e à sociedade para tratar dos cuidados com as crianças. Dentre tais

⁹ Veríssimo apud Vianna (1906, p. 17). Cf. SOUSA, Celita M.P. de. Colégio Nossa Senhora do Amparo: Educação feminina no século XIX na História do Pará. In: MELO, Clarice N.; FRANÇA, Maria do P. S. G. de S.A. (Orgs.). História da Educação no Pará. Belém: UEPA, 2014, p. 27 e 28

competências , encontra-se a de caráter educacional: “Do ponto de vista da abrangência e do conteúdo das suas propostas, a educação – pelo que é e pelo que deixa de ser, pelo que significa e pelo que produz – aparece como um fator estruturante da sociedade ‘moderna’” (KULHMANN JR., 2002, p. 465). Em outras palavras, o “moderno” permeava os discursos voltados à educação:

O advento da República em 1899 ratificou a crença no poder da educação popular, ressaltada, a partir de então, como instrumento de consolidação do novo regime político e de manutenção da ordem social. A educação do povo atendia a uma das condições para a participação política, uma vez que a República manteve a interdição ao voto do analfabeto, excluindo, assim, grande parte da população brasileira da cidadania política. Mais que um direito ao cidadão, a escola primária foi concebida como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo. Diante da soberania popular, para o Estado, a educação configurava-se como um interesse em decorrência do qual sobressaía o rigoroso dever em promovê-la. (SOUZA, 2000, p. 106)

Desta forma, a educação escolar precisava ser reorganizada, reestruturada e redefinida para atingir aos anseios da sociedade em progresso. Para os novos republicanos, ela serviria de ponte para o futuro à medida que retiraria o velho para a entrada do novo/moderno:

a República alargaria as oportunidades (...) entendendo a educação como um bem público, [...] é importante lembrar que a exigência de alfabetização para a participação política tornava a instrução primária necessária e indispensável para a divulgação dos valores republicanos e a consolidação do novo regime político” (FRANÇA, 2004, p. 127)

Ou seja, era na educação que os idealistas republicanos viam o progresso da sociedade em todos os seus setores. Era preciso que se investisse nessa escolarização para vencer o primeiro passo que era combater o alarmante número de analfabetos até então existentes. O analfabetismo passou a ser visto como o principal inimigo da sociedade brasileira na república; isto gerou, dentre outras ações de cunho educacional, a chamada Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo no ano de 1915 a qual teve sede em diferentes estados do Brasil:

A campanha empreendida pela Liga encontrou apoio nos diversos cantos do Brasil, sobretudo através da atuação de Ligas estaduais e municipais. A análise destas ações evidencia que as Ligas atuavam em uma dupla direção ao coordenar ações de combate ao analfabetismo que incentivavam o engajamento e a mobilização da sociedade em favor da instrução e, ao mesmo tempo, chamar o Estado a atuar, exigindo sua intervenção em

questões como a decretação da obrigatoriedade do Ensino Primário. (NOFUENTES, 2009, p.79)

No que consiste ao trato especificamente para a criança, as ações foram voltadas primeiramente à educação pré-escolar. Kramer (2011) compreende esta educação em duas fases: a pré -1930 – a que nos cabe aqui comentar – e a pós - 1930. A primeira foi dividida em três períodos: até 1874, entre 1874 e 1889 e pós 1889. Neste último, a autora ratifica que houve uma intensificação quanto ao progresso no campo da educação escolar, visto que cresceu o número de instituições voltadas ao acolhimento de crianças: “ A fundação do Instituto foi contemporânea a uma certa movimentação em torno da criação de creches, jardins de infância, maternidades e da realização de encontros e publicações...” (p. 52).

O surgimento de instituições voltadas às crianças traz consigo uma pluralidade que consiste em garantir assistência e educação. Ou seja, durante muitos anos, assistência e educação foram dois conceitos indissociáveis quando o assunto é relativo à infância, principalmente na fase pré-escolar. Essas instituições geralmente traziam em seus objetivos ações de preservação e amparo que representam naquele momento a concepção que estas instituições tinham de infância: “Preservar a infância da destruição a que a condena o desamparo dos cuidados de que ela carece é garantir à sociedade a permanência e a sucessão das vidas que hão de ser o sustentáculo de sua estabilidade e os elementos do seu progresso e engrandecimento”¹⁰

Ainda o final do século XVIII, as instituições escolares para crianças de 0 a 6 anos já eram uma realidade na Europa desde o ano de 1769 quando surgiu “A escola de principiantes”¹¹ na França a qual Kulhmann Jr. (2001) ressalta que já apresentava um perfil pedagógico e educacional. Porém, foi Froebel quem revolucionou a educação infantil por meio de uma concepção de ensino que pregava a educação das crianças como uma educação capaz de transformar a estrutura familiar para que os pais soubessem melhor cuidar de seus filhos.

Defendendo uma compreensão de ensino sem obrigações e pautada nos interesses dos estudantes, Froebel foi considerado o precursor do que hoje se conhece como jardim de infância. Sua ideologia e seu modo de trabalho com as crianças serviram de modelo para muitas instituições infantis fundadas no Brasil a partir da república. Muitos historiadores

¹⁰ Discurso proferido por Quintino Bocaiúva, solicitando ao Presidente Campos Sales que o Instituto de Proteção à Infância fosse instalado (KRAMER, 2011, p. 53)

¹¹ Criada por Oberlin em 1769, na paróquia rural francesa de Ban-la-Roche, tem sido reconhecida como a primeira instituição voltada ao atendimento de crianças cujo objetivo era ensinar hábitos educacionais e valores morais às crianças. (KULHMANN JR, 2001)

apontam também o pioneirismo de Froebel na compreensão de um conceito de infância ao metaforizá-las com plantas de jardim, acreditando que a criança era uma planta de jardim em sua fase de formação e que precisava de cuidados para crescer saudavelmente. Desta ideologia, surge o nome jardim de infância (*kindergarten*).

Após este pioneirismo com a educação para as crianças, intensificou-se, no século XIX, o surgimento dessas instituições de caráter prioritariamente privado em vários países do continente europeu. Dentre essas instituições, surgiram mais creches, jardins de infância e escolas maternas: a estas duas últimas, pensavam-se estratégias pedagógicas voltadas aos brinquedos e às brincadeiras os quais auxiliavam no desenvolvimento da criança; já para as creches pensavam-se estratégias mais “dóceis” de ensino cuja finalidade era socializar crianças para que elas se adaptassem à sua realidade e à sociedade. (KULHMANN JR, 2001, p.8- 9)

No Brasil, segundo Kulhmann Jr. (2001), as instituições de caráter educacional podem ser reconhecidas desde o ano de 1875 com a inauguração do primeiro jardim de infância de âmbito privado na cidade do Rio de Janeiro. A instituição, que utilizava metodologias propagadas por Pestalozzi e seguia uma vertente de Froebel, servia para atender às crianças da elite carioca. Menezes Vieira, fundador do jardim de infância, obteve êxito com seu estabelecimento, chegando a ganhar prêmios pela qualidade do trabalho desenvolvido e reconhecimento por parte do imperador D. Pedro II o qual visitara a instituição em 1880.

Além dos jardins de infância, baseadas no modelo francês de estabelecimento infantil, surgem as chamadas escolas maternas as quais “eram consideradas mais apropriadas para o desenvolvimento de crianças brasileiras, por funcionarem em período mais curto e serem mais exigentes que os jardins de infância...”(KISHIMOTO, 1988, p. 59). As escolas maternas começaram a se instalar no Brasil em 1902, na cidade de São Paulo, e eram destinadas a atender órfãos e filhos de operários.

A partir da década de 1920, as escolas maternas ganham uma maior notoriedade devido à ideologia republicana de progresso para as quais foram criadas condições sociais e políticas públicas de implementação. Todavia, de acordo com Kishimoto (1988), alguns educadores se posicionavam contrários à ideia de que os jardins de infância serviam para atender à elite e as escolas maternas, aos filhos de operários.

Já em 1908, foi fundada a primeira creche para atendimento à população reconhecida e a criança passou a ser assistida por meio dessas instituições até então inexistentes no caráter público. Apesar da importância que as creches tinham na época, elas eram vistas pela

sociedade como algo assistencialista, não educacional, o que marcou a identidade desse tipo de instituição por muitos anos. No Pará, somente em 1912, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará (IPAI) por Ophir Pinto de Loyola:

Em Belém do Pará, em 1912, o jovem médico maranhense Ophir Pinto de Loyola sensibilizado com a situação de abandono de muitas crianças pobres, sobretudo em decorrência do alto índice de mortalidade infantil no norte do país fundou um estabelecimento de assistência à criança – o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará (IPAI). Similar ao IPAI do Rio de Janeiro (criado pelo médico pediatra Moncorvo Filho), o IPAI do Pará tinha o objetivo de atender crianças pobres e orientar mães nos princípios da puericultura, tão necessários à grandeza de uma raça, e tão garantidoras do futuro de uma nação forte e civilizada. (ALVES e ARAUJO, 2016, p. 2)

No entanto, este caráter assistencialista somente era pensado para as creches de âmbito público. As creches de âmbito privado, as quais preparavam os filhos das classes mais abastadas, eram pensadas por meio de uma concepção pedagógica que preparava as crianças para o ensino básico regular para o qual elas futuramente ingressariam. Já as creches destinadas aos filhos das mães operárias não apresentavam essa característica preparatória, visto que muitas crianças pobres, naquele período, não chegavam a ingressar no ensino regular e não davam continuidade aos seus estudos apesar dos esforços do Estado em manter estas crianças na escola.

Apesar de este período ser conhecido pelos historiadores, em especial Nagle (2001), como o “otimismo pedagógico” ou “entusiasmo pela educação”, o dado acima aponta para divergências na proposta de educação escolar para as crianças ricas e pobres. As crianças pobres tinham grandes dificuldades de permanecer na escola devido a fatores de ordem familiar e financeiro:

O problema da permanência na escola tem determinantes de ordem externa e interna ao sistema de ensino. Os fatores de ordem externa estão relacionados principalmente à pobreza e à miséria. Sabemos que entre as estratégias de sobrevivência das famílias de baixa renda está o abandono da escola, para que as crianças e os jovens ingressem no mercado de trabalho. Outros fatores somam-se a esse, como, por exemplo, o custeio das crianças na escola. (TOZONI-REIS, 2002, p. 70)

Em outras palavras, à educação escolar eram proferidos discursos visando à permanência dessas crianças na escola, entretanto, as crianças cujos pais não conseguiam manter sua permanência na instituição de ensino acabavam por abandonar a escola para que pudessem ajudar no sustento da família. Este processo tendia a marginalizar as crianças

pobres que não tinham condições financeiras de se manter no ambiente escolar. Tozoni-Reis (2002) afirma que os fatores de ordem interna foram marcados pela dimensão ideológica da organização escolar que não apresentava uma concepção real, mas sim generalizada e abstrata das questões educacionais, apontando o desempenho dos alunos de forma individual e seletiva, o que ocasionou em discriminação social durante a expansão do ensino primário.

No século XX, a *escola para todos* serviu para essa finalidade, promovendo processos competitivos que correspondiam à economia industrial em crescimento no Brasil. De um lado, havia crianças com a mínima qualificação para o mercado de trabalho e, de outro, o sistema industrial se valia dessa má qualificação para criar demandas para a expansão do ensino, fato que formava uma política educacional de controle da trajetória escolar da criança pobre.

Schueler e Magaldi (2008, p. 46) compartilham deste pensamento de Tozoni-Reis ao afirmarem que “ainda que a preocupação com a escolarização e com sua extensão a camadas mais ampliadas da população se tornasse crescente, a democratização efetiva do ensino ainda se mostrava com uma realidade bastante limitada, mesmo nas primeiras décadas do século XX.”. O ideal republicano de escolarização ainda estava longe, segundo as autoras, de se tornar realidade devido ao fato de a escola ainda não conseguir atingir de fato as crianças pobres e afastá-las do trabalho infantil precocemente.

Apesar do discurso progressista e do avanço que a educação primária obteve, o Brasil Republicano não conseguia, por meio deste progresso no setor educacional, acompanhar o crescimento da população. De acordo com Basbaum (1968), o primeiro ano de república – 1889 – contava com um percentual de 12% de alunos matriculados; já em 1930 – último ano da primeira república –, esse percentual aumentou para 30% de matrículas no ensino primário, dado esse que aponta para uma elevada taxa de analfabetos, alcançando mais de 50% da população já em 1924.

O advento da República, por meio de todo o ideal de educação escolar, traz consigo uma reestruturação da educação popular como elemento propulsor do progresso da nação brasileira. A partir daquele momento, a sociedade deveria buscar meios para se tornar civilizada e progressista e era na educação primária que se veriam os primeiros movimentos de reforma com a ampliação de projetos político-sociais voltados aos princípios liberais e republicanos. Para se atingir os objetivos almejados para a educação popular, foram estabelecidas reformas que envolviam:

[...]introdução de novas disciplinas e conteúdos culturais, a adoção de modernos métodos e processos pedagógicos, especialmente o método

intuitivo ou ‘lições de coisas’, o uso de abundante material didático e livros escolares e a implantação de uma nova modalidade de escola primária, denominada Grupos Escolares, adequada para a escolarização em massa e fundamentada nos princípios da racionalidade técnica e na divisão do trabalho.(SOUZA, 2000, p. 106)

Essa reformulação da escolarização trouxe os grupos escolares para as páginas da história da educação e consistiram em uma nova organização da estrutura escolar. Anteriormente, as escolas se estruturavam em unidades pequenas com um professor e um grupo de alunos de níveis diferentes de aprendizagem. Por meio da lei n 88 de 8 de setembro de 1892, foi homologada a reforma geral da instrução pública no estado de São Paulo; diante disso, no ano de 1893, foi criado o primeiro grupo escolar da cidade denominado *Escolas Reunidas de São Roque*, posteriormente, *Grupo Escolar Dr. Bernadino de Campos*.

A proposta dos grupos escolares era agrupar as escolas primárias – as chamadas primeiras letras – em um único grupo reunido, organizando os alunos através dos níveis de ensino gradualmente. Diante disso, os Grupos Escolares também eram chamados de Escolas Graduadas devido a “elevação” do nível de ensino dos alunos com o passar das séries, indicando uma ideia de ensino progressivo na escola, principalmente, primária. A partir da criação desses grupos, na estrutura organizacional, um diretor geria o grupo escolar enquanto os professores eram designados a respectivas séries. Saviani (2008) aponta que os princípios pedagógicos identificados pelos grupos escolares seguiam padrões que mais tarde seriam contestados pelo movimento Escola Nova de 1932 os quais se apresentam por:

- a) Simplicidade, análise e progressividade - O ensino deve começar pelos elementos mais simples. O esforço pedagógico exige a análise da matéria ensinada, de modo a decompô-la num certo número de elementos que serão individualmente fáceis de assimilar. O espírito do aluno, progressivamente, vai-se enriquecendo à medida que adquire os novos conhecimentos gradualmente dispostos.
- b) Formalismo - O ensino chega ao encadeamento de aspectos rigorosamente lógicos. O ensino esforça-se por ser dedutivo.
- c) Memorização - A decomposição do conteúdo do ensino em elementos facilita a memorização. A medida do conhecimento do aluno é dada pela sua capacidade de repetir o que foi ensinado pelo professor.
- d) Autoridade - A escola elabora um sistema de prêmios e castigos, de sanções apropriadas visando a garantir que a organização pedagógica se funde sempre na autoridade do professor.
- e) Emulação- A ideia de dever, a necessidade de aprovação e o sentimento do mérito são desenvolvidos para manter a atividade escolar, e completam, desse modo, o princípio de autoridade.
- f) Intuição - O ensino deve partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e à percepção

do aluno. Desenvolvem-se, então, todos os processos de ilustração com objetos, animais ou suas figuras (SAVIANI, 2008, p. 172-3)

O método intuitivo marca a pedagogia dos Grupos Escolares o qual surgiu na Alemanha no século XVIII e no Brasil foi defendido por Rui Barbosa. Tal método – segundo pensadores como Froebel, Pestalozzi e Rousseau – representa a pedagogia moderna e é considerado entre os educadores o mais adequado à educação popular, como no caso dos grupos escolares. Após a inauguração dos Grupos Escolares de São Paulo, houve uma crescente propagação do novo modelo de organização escolar no início do século XX, ocasionando na implementação de Grupos Escolares em todas capitais do Brasil.

No caso específico do Pará, o primeiro Grupo Escolar foi inaugurado na cidade de Alenquer no ano de 1899 o qual foi originado a partir de escolas elementares e complementares da região. As aulas foram divididas de acordo com o sexo da criança: as meninas estudavam de manhã, de 7h30 as 11h30 e os meninos estudavam à tarde, das 13h às 17h. Na capital Belém do Pará, o primeiro grupo escolar, José Veríssimo, foi inaugurado em 1901 e incorporou escolas elementares e complementares de ambos os sexos existentes na capital.¹²

No Pará, em São Paulo e em outros estados como Bahia, Sergipe e Minas Gerais, a criação dos Grupos Escolares era vista com olhos lançados à modernidade. A nova forma de organização escolar passa a ser entendida como modelo de escola moderna e este modelo começa a ser utilizado em todo o país, tanto nas capitais quanto nos interiores até a década de 1920 quando iniciam movimentos em prol de uma *Educação Nova*.

Saviani (2008) aponta dois contrapontos no modelo de organização pedagógica adotado pelos Grupos Escolares:

[...] por um lado, a graduação do ensino levava a uma mais eficiente divisão do trabalho escolar ao formar classes com alunos de mesmo nível de aprendizagem. E essa homogeneização do ensino possibilitava um melhor rendimento escolar. Mas, por outro lado, essa forma de organização conduzia, também, a mais refinados mecanismos de seleção, com altos padrões de exigência escolar "determinando inúmeras e desnecessárias barreiras à continuidade do processo educativo", o que acarretava "o acentuado aumento da repetência nas primeiras séries do curso" (SAVIANI, 2008, p. 175)

¹² Cf. "A implantação dos Grupos Escolares do Estado do Pará" da professora Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França, publicado em anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação em 2013.

Isto reforça o movimento que iniciará na década de 1920 sob a argumentação de que os Grupos Escolares também promovem a seleção e elitização do ensino, uma vez que as estratégias pedagógicas não se voltavam às massas populares. O índice de analfabetismo se mantinha elevado e a proposta pedagógica dos Grupos não correspondeu à proposta do ideal republicano. Em outras palavras, a proposta de um ensino voltado à população, novamente, não atingiu níveis esperados pelos republicanos e a escolarização inicia um novo processo de reforma com a finalidade de atingir sua principal finalidade: o combate ao analfabetismo.

Quanto às ideias pedagógicas no cerne escolar, cabe ressaltar que o país vivia uma intensa influência, nas primeiras décadas do século XX, das tendências positivistas e do laicismo tão combatido pela igreja católica. Com a proclamação da República, em 1889, o regime brasileiro excluiu o ensino religioso obrigatório das escolas, em consequência da ruptura da aliança entre igreja e Estado, influenciada pelo liberalismo e pelo positivismo que foram bem recebidos pelos líderes da elite da época. (SAVIANI, 2008, p. 179). Isto é, a partir do advento da República, a escola pública passou a ser considerada laica e o ensino religioso obrigatório extinto.

Souza (2000) afirma que essa influência positivista permeia os discursos escolares por meio de uma visão cientificista do conhecimento. A exclusão do ensino religioso obrigatório vai ao encontro do positivismo instaurado nas escolas, já que era necessário que a esta instituição fosse laica e permitisse aos alunos o acesso ao conhecimento científico sem a interferência de princípios ortodoxos que pudessem atrapalhar a promulgação da ciência.

Em meio a essas ideias científicas proferidas nos discursos dentro das instituições de ensino e assistência à infância, existe também o enaltecimento do sentimento de patriotismo deflagrado no movimento pós – proclamação da república. A educação popular adquiriu centralidade política como nunca tivera antes, principalmente na última década do século XIX após a proclamação. Com a criação dos grupos escolares, iniciaram debates acerca das disciplinas que seriam ministradas nos currículos da educação primária. Estas discussões reforçavam o ideal de cidadão republicano que se pretendia formar:

Sem alterarem profundamente o projeto político-cultural do início da República, isto é, a formação do cidadão republicano alicerçada na ciência e nos valores morais e cívicos, as principais mudanças recaíram sobre o acréscimo ou a supressão de determinados conteúdos, sobre o detalhamento das instruções metodológicas e sobre a forma de organização dos conteúdos das matérias. As práticas de conteúdo cívico-militar também se transformaram nesse período, mantendo, não obstante, a ideologia patriótica e de construção da nacionalidade. (SOUZA, 2000, p. 107)

“Construção da nacionalidade” era o sentimento que se tinha à época os pensadores da educação. Com a nova forma de política, o Brasil precisava se reinventar, criar uma identidade que o desvinculasse do Brasil Império e o identificasse como o Brasil República, a nação do progresso, o país moderno. Esta nova reformulação da identidade tinha como pé inicial a escola e os novos cidadãos que ali estavam sendo construídos. O caráter republicano, a partir dessa concepção, deveria estar compreendido e deveria ser ensinado às crianças na escola para que elas se tornassem adultos civilizados de um país civilizado.

Souza (2000) ressalta que Rui Barbosa foi um dos defensores da renovação dos programas de ensino primário da cidade de São Paulo. O republicano defendia no currículo as disciplinas de: Educação Física, Desenho, Matemática, Língua Materna, Música e Canto, Geografia e Cosmografia, Economia Política, Ciências Físicas e Naturais e Cultural Moral e Cívica. Algumas dessas disciplinas como Educação Física e Cultura Moral e Cívica traziam atividades voltadas à prática de exercícios militares que, em muitos casos, gerava a formação de batalhões infantis.

Sob o lema “ordem e progresso”, as escolas criavam festividades que celebravam a pátria brasileira em uma celebração cívica. Alunos iam fardados a desfiles escolares e faziam algumas aparatos condizentes aos que utilizavam os militares para que pudessem formar os batalhões infantis: “À semelhança das organizações militares, os batalhões infantis reunindo pequenos soldados, simbolizavam uma das finalidades primordiais da escola pública: a celebração cívica.” (idem)

Desde os anos iniciais de República, as instituições escolares – em especial as da elite – chamavam a atenção para o desenvolvimento desse sentimento de amor à pátria nas crianças. A partir de 1889, o novo deveria substituir o velho e isso deveria ser feito com a renovação do sistema de ensino. Os discursos pregados nos encontros escolares estavam voltados aos membros da comunidade escolar: professores, que deveriam inculcar em seus alunos a pátria brasileira como um sentimento de amor à pátria, aos diretores dos grupos escolares que deveriam incentivar seus professores com essa tarefa e, por fim, aos alunos que eram o principal alvo de ações nessa prática do cultivo da memória nacional.

Segundo Veiga e Gouveia (2000), o período republicano apresentava uma perspectiva de celebração da infância as quais se instituíram como festas cívicas que celebravam o primeiro cidadão. Nestas, muitos discursos propagavam e legitimavam “as ideias que viriam a subsidiar políticas sociais sobre a infância.” (p. 138). Estas ações cívicas, juntamente com a

propagação de discursos patrióticos, tinham por finalidade a legitimação da construção de uma sociedade civilizada baseada nos modelos europeus.

Sendo assim, o período republicano trouxe grandes contribuições para o olhar que a criança recebeu no Brasil do fim do século XIX e início do século XX. Contribuições essas que alteraram significativamente a forma como era concebida a infância na sociedade. Entender como se dá esse processo de ressignificação da infância tem sido uma tarefa discutida por historiadores da infância por meio de grandes trabalhos publicados nos últimos anos.

Outro ponto de grande destaque na questão infância e república são as vertentes em história da educação que permeiam os estudos para a infância. Pensar em infância na república nos remete a políticas discutidas e colocadas em práticas por pensadores, educadores, médicos, advogados etc., isto é, em todos os agentes que traziam novas ideias da Europa e dos Estados Unidos para serem implementadas na nação que ressurgira por meio da Proclamação da República de 1889 que é o grande feito iniciador de todas as iniciativas de se pensar um novo cidadão para um novo e brilhante futuro moderno .

Cabe ressaltar que o Brasil fora considerado uma nação de grande atraso no quesito civilização e modernidade, dado este que justifica, de certa forma, as grandes movimentações para as alterações para a infância e para implementação da escolarização de forma efetiva para esta criança. Apesar de os resultados esperados para a educação popular, principalmente com o advento dos Grupos Escolares não serem atingidos, é imprescindível reconhecer a relevância nesse processo de iniciação da escolarização para a infância, uma vez que isso demonstra como a infância estava sendo concebida na recente sociedade republicana.

Mediante esse panorama acerca da história da educação e da história da infância no período republicano, evidencia-se que o período da História do Brasil aqui retratado é sinônimo de desenvolvimento e consolidação. Desenvolvimento das práticas de ensino, das políticas para a educação para a infância da própria criança; e consolidação de uma identidade que estava sendo lapidada por meio dessas ações de natureza educacional na tentativa de formar o futuro cidadão brasileiro.

SEÇÃO III: IMPRESSOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO

Os impressos têm sido uma rica fonte de dados para os estudos em História da Educação e da Infância. Autores como Nóvoa (1997) , Catani e Caspard (1997) afirmam que, por se tratarem de documentos que eram produzidos cotidianamente, os impressos, em especial os periódicos, assumem um importante papel quanto ao seu uso como fonte de dados históricos. Nesta seção, serão abordados de que maneira os impressos se apresentam como fonte para a História da Infância e da Educação além da apresentação do estado da arte.

2.1. O Impresso Educacional como fonte

Etimologicamente, o termo “impresso” provém do latim *impresus, a, um* e significa, de acordo com HOUAISS, “firmado, marcado, registrado por pressão” (p. 1057)¹³. Isto é, o impresso é um material utilizado para fazer registros por meio de marcações no papel. Esta modalidade de registro surgiu no século XV, por volta do ano de 1450, com Johannes Gutenberg que inventou um sistema mecânico de tipos móveis, o qual deu início a uma revolução na forma de impressão da época. Anteriormente a esse feito, os livros e outros materiais eram reproduzidos manualmente, o que provocava altos custos de produção e baixas tiragens de material.

Porém, cabe ressaltar que a invenção de Gutenberg é uma criação do Ocidente, visto que no Oriente já existiam formas de impressos desde o século I na China e no Japão. Esses impressos eram feitos sem tipos móveis e por meio de madeira entintada que era impressa no papel, o que mantinha uma relação desses impressos com a caligrafia; dado este que não ocorria na impressão de Gutenberg, já que esta mantinha um padrão de caractere.

Chartier (2009) afirma que, apesar de ser algo revolucionário, o sistema de tipografia criado por Gutenberg, no Ocidente, não conseguiu se firmar de maneira imediata. Para o autor, o sistema de impressão só pôde substituir efetivamente as atividades de cópia manuscrita no século XIX, coexistindo, portanto, durante três séculos, as duas atividades:

¹³ HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Há, portanto, uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra. Com Gutenberg, a prensa, os tipógrafos, a oficina, todo um mundo antigo teria desaparecido bruscamente. Na realidade, o escrito copiado à mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg, até o século XVIII, e mesmo o XIX. (2009, p. 9)

No Brasil, a imprensa data de 1808 quando D. João VI cria, por meio do Decreto de 13 de maio do mesmo ano, a *Imprensa Régia* cuja finalidade era o “auxiliar a expansão da educação pública”. (HALLEWELL, 2005, p. 111). Este dado contribuiu para uma importante fase da Colônia, visto que, anteriormente a isso, eram proibidas atividades de imprensa. Em 10 de setembro de 1808, é publicado o primeiro jornal do Rio de Janeiro – *A Gazeta do Rio de Janeiro*, dirigido por Frei-Tibúrcio da Rocha; este jornal é o precursor dos jornais impressos no Brasil, visto que já havia o *Correio Braziliense* cuja publicação fora feita três meses antes do anterior, porém sua impressão foi em Londres.

Apesar da conquista, a imprensa era mantida sob censura da Corte Portuguesa que gerenciava suas publicações: “todas as publicações estavam sujeitas a uma comissão de censura, encarregada de examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.” (BASTOS, 1997, p. 176). Bastos (1997) afirma que somente no ano de 1821, com a abolição do monopólio da Imprensa nacional, é que a imprensa no país passa a ser independente e de iniciativa particular. Além disso, a independência do Brasil, um ano depois, provocou uma proliferação de periódicos, visto que houve um aumento no público-leitor:

A independência do país marcará a proliferação de periódicos, em decorrência do aumento do público-leitor, do acréscimo gradativo do público feminino, e do maior interesse por questões políticas contribuindo para o incremento, diversificação e maior circulação da imprensa, por todas as províncias. (BASTOS, 1997, p. 176)

Quanto aos impressos educacionais, neste período já existiam algumas publicações que discutiam questões como literatura e ciência. Porém, este tipo de impresso começou a ganhar mais força nos anos seguintes à independência do Brasil, sendo que existem registros desses tipos de periódicos em várias províncias do Império cuja primeira publicação relacionada diretamente à educação e ao ensino data de 1845 no Maranhão com o *Jornal de Instrução e*

*Recreio*¹⁴. No entanto, a revista *A Instrução Pública*, de 1872, é considerada a primeira publicação periódica pedagógica no Brasil.

Partindo-se dessas pontuações, nota-se que o século XIX, no Brasil, foi determinante para o início de atividades dos periódicos educacionais, visto que a imprensa ganhava certa liberdade e autonomia. Diante disso, os impressos que discutiam ciência e educação passaram a ficar cada vez mais intensos no final do Império e início da República. Para a História da Educação e da Infância, estes impressos contribuem significativamente para as pesquisas na área. Sendo assim, cabe aqui sinalizar, a partir de então, a relevância de pesquisas cuja fonte são periódicos educacionais.

Os impressos educacionais têm sido utilizados em muitas pesquisas na área da história da educação e da infância. Estes materiais constituem um rico acervo de informações tanto sociais quanto culturais e educacionais de uma dada época. A análise dos periódicos permite ao pesquisador perceber determinados discursos existentes no período estudado, contribuindo significativamente para a pesquisa.

Autores como Nóvoa (1997), Fernandes (2008), Caspard (1997) e Catani (1997) defendem a ideia de que os impressos educacionais são uma fonte rica de informações no âmbito do sistema educacional do período em que foram publicados. Ao analisar um impresso, o pesquisador se vê cercado de informações que expressam toda uma estrutura educacional pensada aos e pelos atores da educação. Os textos presentes nos impressos permitem compreender, dentre outras questões: “...o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas educativas, o ensino das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações dos professores, entre outros temas relativos ao universo educativo.” (FERNANDES, 2008, p. 16)

A estrutura de uma revista pedagógica auxilia na coleta de informações acerca de um período na história da educação. Fernandes (2008) ressalta que a produção dessas revistas, além de servir de fonte de dados, também serve para a formação do discurso pedagógico produzido no período de publicação destas determinadas revistas de ensino. Ou seja, desde suas primeiras publicações nos séculos XVIII e XIX, as revistas pedagógicas trouxeram uma solidificação do discurso em prol de sistema educacional que estava por emergir. A forma como os discursos são construídos nesses materiais aponta para uma identidade e uma

¹⁴ Bastos (1997, p. 178) em levantamento realizado no catálogo da Exposição de História do Brasil (Ed. UNB Tomo I)

ideologia que estavam sendo criadas no setor pedagógico-educacional, visto que os impressos constituíam também em uma defesa do papel educacional na sociedade.

Tais discursos produzidos encontravam-se presentes nas seções das revistas educacionais os quais permitiam a inferência de determinadas ações voltadas pela e para a comunidade escolar de uma geração. Além disso, essa riqueza de discursos permite ao pesquisador uma análise do discurso embasada à luz das teorias de Análise do Discurso. Neste estudo, os discursos da revista *A Escola* serão analisados por meio de conceitos da análise do discurso bakhtiniana.

O conceito de discurso carregado de ideologias reconhecidas pelos interlocutores ratifica o uso das revistas pedagógicas como fonte para a história da educação e da infância, visto que nelas há uma diversidade de discursos presentes que podem ser analisados e identificados dentro de uma situação de comunicação efetiva no sistema educacional do período estudado. Nóvoa (1997, p.11) afirma que “A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta”. Ou seja, os discursos ali presentes permitem compreender determinadas situações que ocorriam no período estudado e, segundo ele, esse material é de essencial importância para a história da educação.

O rico acervo desses discursos presentes em textos escolares ou não escolares permite ao pesquisador inferir determinadas circunstâncias que servirão para a pesquisa. No entanto, cabe salientar que o pesquisador deve estar atento à análise desses discursos, uma vez que não podem ser vistos como verdade absoluta. Villela (2002, p. 98) reitera o fato de que, apesar de retratarem a sociedade de uma época, os periódicos seguiam uma linha político-ideológica que interferia nos discursos presentes em seus textos; devido a isso, a autora sugere um olhar criterioso do pesquisador na construção de seu *corpus* de pesquisa.

Citando razões para o uso da “Imprensa de Educação e Ensino”¹⁵ na pesquisa para a História da Educação, Nóvoa (1997) aponta quatro critérios de extrema relevância para as pesquisas nessa área. Dentre eles, o autor afirma que

Apesar da diversidade da imprensa, pode-se afirmar que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou a ideias, a

¹⁵ Segundo Fernandes (2008), seguindo uma linha de raciocínio de Pierre Carpard, Nóvoa (1997) denomina os periódicos voltados à educação de “Imprensa de Educação e Ensino”. Caspard afirma que o termo “imprensa pedagógica” parece restringir a questões relacionadas à pedagogia e às teorias pedagógicas, o que seria apenas uma parte do conteúdo das revistas.

normas legais ou a situações políticas. A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições etc.) (1997, p. 13)

Em outras palavras, o acervo de informações presentes nos textos e discursos dos impressos educacionais pode apontar um abismo entre a teoria pensada pelos agentes da educação e a prática realmente feita por eles. O final do século XIX e início do século XX trouxeram consigo uma preocupação com a educação e o progresso social, o que poderia ser visto nas páginas dos impressos. O que Nóvoa (1997) ressalta neste ponto é justamente o trabalho que o pesquisador das fontes de impressos terá ao convergir estes discursos inflamados de progresso educacional com a prática realmente vista na comunidade escolar, tendo em vista que o periódico revela, em suas páginas, questões essenciais do campo educacional.

A análise das publicações permite ainda o reconhecimento contextual e pontual dos acontecimentos na educação de uma dada época. Textos, discursos, fotografias, materiais pedagógicos em geral constituem esta teoria pensada para a educação associada à sua efetivação na prática. Caspard (1981) apud Fernandes (2008) ressalta que o conjunto de textos voltados aos professores, alunos, pais e mães permite o entendimento do funcionamento de um sistema vigente: “Esta imprensa constitui uma rede indispensável para o conhecimento do que foi o sistema de ensino, já que ela representa o espaço onde se focaliza todo um conjunto de teorias e de práticas educativas de origem tanto oficial quanto privada.” (p. 18)

Para Caspard (1981), a imprensa pode ser um meio pelo qual se compreende esse ponto de convergência entre a teoria e a prática, já que nela há uma infinidade de textos que tendem a orientar os professores em sua prática docente. Diante disso, durante a análise dos textos, é possível verificar quais teorias pensadas para uma educação de qualidade e, posteriormente, quais práticas realmente se utilizavam em outros textos também encontrados nas revistas e nos jornais. Apesar de citar casos de práticas docentes francesas, o autor colabora também para se pensar na análise de periódicos educacionais brasileiros, pois

la presse constitue un maillon indispensable dans la connaissance de ce qu’a été, pendant près de deux siècles, le système d’enseignement, car elle présente à la fois l’espace où se déploient et le point où se focalisent tout un

ensemble de théories et de pratiques éducatives d'origine tant officielle que privée (CASPARD, 1981, p.)¹⁶

Desta forma, Caspard (1981) reitera a necessidade e a importância de se estudar a história por meio dos impressos educacionais, uma vez que a visualização e a compreensão do passado pode ser feita partindo-se desses materiais. Outro ponto importante a ser desvendado através desses periódicos é a participação dos professores nessa formação ideológica da educação no período analisado; estes docentes, em muitos casos, eram autores de vários textos publicados nos periódicos, fato este que aponta para aspectos político-ideológicos em geral em prol da educação.

A análise do discurso desses textos escritos por docentes permite ao pesquisador perceber como foi construída essa classe de professores cuja formação para a licenciatura ainda era muito precária. Os séculos XVIII e XIX ainda apresentavam uma quase inexistente formação dos mestres, no sentido pedagógico, para a sala de aula, fato este que justifica, de certa forma, a existência de textos de natureza orientadora para as aulas de diferentes matérias.

No Brasil, com o advento da República, o aumento do número de revistas pedagógicas acompanhou o crescente aumento do número de escolas e, conseqüentemente, do número de professores que deveriam estar aptos a lecionar. Catani-Vicentini-Lugli (1997) apontam que o período republicano foi marcado por intensas transformações no setor educacional as quais promoveram, além desse aumento no número de escolas, um investimento na formação do professorado por meio de estratégias para a melhoria dos métodos pedagógicos:

É nesse quadro que surgem as tentativas de congregação dos professores, de criação de entidades e manutenção de periódicos especializados em questões educacionais, que divulgam conhecimentos e propagam as opiniões dos profissionais sobre o trabalho, a qualidade de ensino e os projetos pedagógicos. (CATANI-VICENTINI-LUGLI, 1997, p. 80)

Além desse investimento na formação dos docentes, os periódicos também iriam servir para a manutenção de um diálogo entre aqueles que pensavam a educação e aqueles que a colocavam em prática como uma forma de associar a teoria à prática. Desta forma, é possível analisar discursos proferidos pelos agentes diretos da educação que viviam dia-a-dia o ensino

¹⁶ Tradução: a imprensa constitui uma rede indispensável para o conhecimento do que foi, durante quase dois séculos, o sistema de ensino, pois ela apresenta ao mesmo tempo o espaço onde se desenvolve e o ponto no qual se focam todo um conjunto de teorias e de práticas educativas de origem tanto oficial quanto privada"

diante de seus alunos, isto é, utilizar os discursos dos professores como fonte de dados para a história da educação legitima ainda mais a busca por esse conhecimento, pois se reconhece ali situações vivenciadas por esses atores educacionais.

Nóvoa (1997) defende e conclui que a imprensa é o “local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um modo ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área.” (p. 31), conferindo-lhe um “caráter único e insubstituível” (idem) como fonte para a história. Desta forma, é inegável a importância e a relevância que as fontes de imprensa asseguram para o desenvolvimento das pesquisas na área da história da educação e da infância.

3.2. Pesquisa em História da Infância e da Educação com periódicos

Para uma melhor visualização dos trabalhos publicados sobre a história da infância e da educação em periódicos, foram catalogadas as publicações em eixos temáticos definidos anteriormente na introdução deste trabalho. São eles: Discursos para infância/ Infância e Formação Cidadã; Infância e Políticas Públicas; Infância e escola. Todos os trabalhos aqui elencados apresentam os periódicos como principal fonte de dados para a pesquisa sobre Infância.

O quadro 6 apresenta 3 trabalhos que apresentam Discursos para a infância conforme descrição a seguir:

Quadro 6: Discursos para a infância

MAGALHÃES, Maria das Graças Sandi. *A infância nos almanaques de farmácia 1920 a 1940*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco.

PINHEIRO, Welington da Costa. *A Infância nas Páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX*. 2013. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará.

COSTA, Solanja Silva. “Em torno do berço”: Discursos sobre a Educação da infância pobre Parayhbana no Jornal *A Imprensa* (1912 – 1922). 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. 28/09/2015

O estudo de Magalhães (2005) apresenta como objeto de análise os almanaques de Farmácia produzidos durante os anos de 1920 a 1940, período da primeira república e pós-

primeira república no Brasil. Tal estudo possui grande relevância para a História da Infância, uma vez que ele teve como foco de pesquisa apontar de que maneira eram feitos os cuidados com a criança e o universo escolar para elas, concretizadas nos editoriais, artigos e outras seções destes almanaques. Em um momento inicial da pesquisa, Magalhães (2005) analisa os cuidados com a primeira infância e a amamentação. Isto levou a pesquisa a identificar que o foco inicial dos almanaques eram as mães e como estes e outros textos de apoio – manuais pediátricos da época – serviam de manuais para elas. Diante disso, foram analisados discursos presentes nestes periódicos os quais apontavam para um cuidado com a criança, na prevenção de doenças, e nos cuidados higienistas que estavam ligados à reforma sanitária muito difundida na época. Esta preocupação com a criança partia de um processo civilizatório da sociedade da época para que o país pudesse se encaixar no rol das sociedades “modernas”. Além desses cuidados com a higiene e saúde, os almanaques analisados também traziam preocupações com o universo educacional infantil o qual estava sendo relacionado à imagem da infância.

Na dissertação intitulada “A Infância nas Páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX”, Pinheiro (2013) apresenta sua pesquisa na circunscrição no âmbito da História da infância, mais precisamente na do estado do Pará. A problemática do estudo se debruçou em descobrir: quais os discursos veiculados sobre a infância paraense nos jornais “A Província do Pará” e a “Folha do Norte”, no período 1900-1910? O seu objetivo geral é analisar os discursos veiculados pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte” sobre a infância paraense no período compreendido entre 1900-1910. Já enquanto objetivos específicos têm-se: mapear os fatos mais recorrentes sobre os quais a criança se tornava assunto nos jornais paraenses do período de 1900-1910; analisar à luz da teoria bakhtiniana aspectos discursivos dos anúncios, colunas, galeria, notícias e propagandas contidos nos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, a fim de evidenciar os discursos implícitos e explícitos relacionados à infância no período investigado; perceber, por meio dos discursos dos jornais escolhidos, aspectos inerentes à infância no que tange ao lugar da criança em relação à escola, à família e à sociedade no contexto pesquisado; e evidenciar o tratamento dispensado à infância das diferentes classes sociais a partir dos discursos veiculados pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, na primeira década do século XX.

Costa (2015) apresenta como objeto de investigação de sua pesquisa os discursos presentes sobre a educação da infância pobre no jornal *A Imprensa* entre os anos de 1912 a

1922 na Paraíba. Tal interesse investigativo partiu, segundo a justificativa apresentada na pesquisa, da necessidade de compreensão sobre a ideia de infância pobre na república paraibana por meio das interfaces entre a infância escolarizada, o higienismo, a moral da infância pobre e o assistencialismo. Analisaram-se os discursos veiculados para a infância partindo-se de sua origem social e a relação e influência entre eles. Como base teórica, a autora utiliza a perspectiva discursiva de Michel Foucault, principalmente no que corresponde às relações de poder e saber. As análises apontaram para uma infância pobre bastante presente nos discursos do jornal, colocada sempre de forma assistencialista e atenciosa; a pesquisa aponta que os discursos veiculados viam a escolarização da infância pobre, o higienismo, o assistencialismo e a moral como dispositivos essenciais para a formação plena do sujeito, visto como futuro e promissor cidadão republicano. Segundo a pesquisa, os discursos apontavam para uma urgência na intervenção do Estado junto a essa criança. Desta forma, quatro tipos de discursos permeavam a infância pobre: o discurso da escolarização – que previa a obrigatoriedade do ensino por meio do poder público; o discurso higienista – que apontava para uma criança doente e desvalida, precisando de cuidados higienistas; o discurso assistencialista – que precisava atender às demandas da população pobre, mantendo-a na escola e, por fim, o discurso moralista – o qual pregava a criança pobre como indigente, padrão que não corresponde aos anseios de uma sociedade moderna e progressista.

O quadro 7 apresenta pesquisas cujas temáticas estão voltadas à Infância e Formação Cidadã e estão detalhadas a seguir:

Quadro 7: Infância e Formação Cidadã

HANSEN, Patricia Santos. *Brasil, Um País Novo: Literatura Cívico-Pedagógica e a Construção de Um Ideal de Infância Brasileira na Primeira República*. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo

NUNES, Eduardo Silveira Netto. *A infância como portadora do futuro: américa latina, 1916-1948*. Tese (Doutorado em História). 2011. Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Yuma. *A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal moderna (1890 - 1929)*. 01/08/2009 170 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

Na tese “Brasil, Um País Novo: Literatura Cívico-Pedagógica e a Construção De Um Ideal De Infância Brasileira Na Primeira República”, Hansen (2007) faz uma abordagem acerca de importantes intelectuais brasileiros como Silvio Romero, Olavo Bilac, Coelho

Netto, e outros, os quais começaram a produzir livros de caráter cívico para o público infantil. Na primeira década do século XX, a revista O Tico-Tico, primeiro periódico brasileiro dirigido às crianças, iria somar-se àqueles pondo em prática um projeto pedagógico vinculado ao novo status da criança na família e na sociedade. Enquanto "ser social", a criança passava a ser vista principalmente como futuro da nação, adquirindo uma responsabilidade que seria simbolicamente reforçada pela utopia do país do futuro. Dialogando com o contexto que se configurou a partir da abolição da escravidão e da proclamação da república no Brasil, os textos cívicos, além da tarefa de formar cidadãos, assumiram por vezes também um caráter civilizador, divulgando novos valores éticos e sociais que ao mesmo tempo caracterizavam um estilo de vida burguês e subordinavam as escolhas, as relações, os hábitos, os sentimentos, a pátria e o corpo do indivíduo, visando com isso efetuar uma verdadeira regeneração nacional. Nessa perspectiva, a literatura cívica da Primeira República transformou-se em um importante meio para a execução de projetos que visavam à formação de um novo homem, contido em potencial na representação de um ideal de infância brasileira, um núcleo de cidadãos perfeitos na forma de crianças precoces e viris, cuja construção se constitui no objeto principal deste trabalho.

Nunes (2011) traz como tema de sua tese “A infância como portadora do futuro: a América Latina (1916-1948)” por meio do qual se busca identificar, analisar e qualificar em quais termos se delineou esse tema através do movimento de problematização da infância no continente americano, especialmente na América Latina, o qual teve sua expressão mais destacada na realização dos *Congresos Panamericanos del Niño* desde 1916 até 1948, num total de nove edições. Para isso, utilizaram-se diversas fontes impressas, com especial destaque para a documentação produzida pelos *Congresos Panamericanos del Niño*, como os seus Anais, Boletins de organização, além de livros de época, conformando um denso corpo documental. Através dessas fontes, foi identificado um relevante número de sujeitos e instituições envolvidos, direta ou indiretamente, com o tema da infância; o processo de constituição de especialidades profissionais, como médicos, juristas, assistentes sociais, pedagogos, publicistas, filantropos, políticos, os quais procuravam problematizar a vida infantil nos aspectos econômico, político, demográfico, social, racial, biológico, civilizacional, científico, e propunham inúmeras formas e políticas sociais para reformar, intervir, controlar a infância pobre e suas famílias, no intuito de forjar nações modernas, civilizadas, ordeiras, biológica e geneticamente regeneradas e robustas, laboriosas, organizadas hierarquicamente por classes. A infância, para tal movimento, portava o futuro da América Latina como uma possibilidade que deveria ser confirmada pela construção de todo

um novo universo, conduzida pelos especialistas, no qual a experiência infantil deveria ocorrer.

A dissertação de Ferreira (2009) propõe compreender o processo de modernização pelo qual passou a cidade de Natal nos de 1890 até 1929, período da primeira república, e as consequências desse processo para o conceito de infância deste período. Para tanto, o trabalho faz investigações acerca das modificações da estrutura familiar e como esta foi afetada pelo ideal republicano nos cuidados com os filhos; além de apontar dados a respeito da estruturação escolar por meio dos grupos escolares que surgiram naquele período na cidade de Natal. Outro ponto de investigação desta dissertação é a influência das campanhas médico-higienistas para os cuidados com as crianças que passaram a ser vistas como pregava o ideal republicano, havendo um investimento na criança como futuro cidadão natalense. Ferreira utilizou-se de fontes documentais em sua pesquisa, dentre elas: periódicos cujas publicações vão de 1890, com o jornal *Tribuna Juvenil* até o ano de 1920, com o jornal de Natal *A República*. Além destes, esta pesquisa contou com impressos educacionais como a *Revista Pedagogium* de 1921.

O quadro 8 a seguir apresenta como temática Infância e Políticas Públicas:

Quadro 8: Infância e Políticas Públicas

MOURA, Vera Lúcia Braga de. *A invenção da infância : as políticas públicas para a infância em pernambuco (1906-1929)*. 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

BOEIRA, Daniel Alves. *Uma “solução” para a minoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918 1930)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.

MORAES, Felipe Tavares de. *A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana*. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

Moura (2011), na tese “A invenção da infância: As Políticas Públicas para a Infância em Pernambuco (1906-1929)” investiga as medidas que os governos republicanos desenvolveram a fim de assistir e orientar a infância no Brasil nas décadas iniciais do século XX, no período compreendido entre 1906 e 1929. Este estudo buscou identificar as práticas sociais que desenvolveram projetos e modelos para representar a criança como ideal da nação republicana. Investigou-se, também, o desenvolvimento de políticas públicas em defesa da

infância no Brasil. Para tanto, analisa a legislação em prol da infância no Brasil e a influência dos saberes médicos, jurídicos, da Igreja católica e do governo de Pernambuco na construção desta nova infância.

Procurou-se identificar os lugares ocupados pela criança, sobretudo a pobre e a abandonada, nas décadas iniciais da República no Brasil, com ênfase na criança de Pernambuco. Tomando por base uma pesquisa documental, recorreu-se como fontes primárias da imprensa pernambucana para consultas em jornais, revistas, Anais do Primeiro Congresso Médico de Pernambuco de 1909, Anais do Quinto Congresso Brasileiro de Higiene de 1929, que foi sediado em Recife, os Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco, As Atas do Conselho Municipal de Recife, Prontuários do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco e obras raras, como as de Evaristo de Moraes, que tratam da criança abandonada e delinqüente no Brasil. O referencial teórico foi construído a partir dos conceitos propostos por Roger Chartier, acerca dos significados dos símbolos e signos que consistem na representação de nossas ações diante do mundo, permitindo uma melhor compreensão sobre as Representações da criança como símbolo de identidade nacional.

Com a finalidade de apresentar uma reconstrução da história de crianças e jovens da cidade de Anitápolis/SC, a dissertação de Boeira (2012) traz a trajetória do patronato agrícola da cidade, cujas atividades existiram do ano de 1918 ao ano de 1930. O patronato agrícola atendia menores infratores, trabalhando ações educacionais e corretivas. O trabalho apresenta reflexões acerca dessas ações da instituição e do Estado sobre os menores, apresentado o posicionamento de ambos com relação às políticas públicas relativas à infância; apresenta, também algumas ações pedagógicas do patronato voltadas às crianças e aos jovens e como se davam as relações sociais entre a instituição e os menores internos. Boeira utilizou-se de diversas fontes documentais como ofícios, relatórios, documentos policiais, além de jornais cujas notícias retratavam situações de crianças e jovens. A pesquisa apresenta considerações acerca da inclusão dessas crianças e jovens na sociedade e das relações existentes entre eles e a própria instituição acolhedora, apresentando uma análise sobre as formas de participação das crianças e dos jovens na instituição e a interação deles no núcleo colonial.

Apesar de se situar em um período pré-republicano, a dissertação de Moraes (2011) encontra-se neste estado da arte pelo fato de fazer uma pesquisa em História da Educação com o uso de fontes impressas. Nesta, o autor utiliza o jornal A República entre os anos de 1886 e 1887 além de documentos impressos oficiais, tendo como objeto a concepção político-educacional que orientou as reformas educacionais do primeiro governo de Lauro Sodré, nos

anos de 1891 a 1897, em Belém do Pará, tendo em vista que essa concepção fora formulada no Governo anterior de Justo Chermont. Como aporte teórico, a pesquisa utiliza: o conceito de intelectual orgânico de Antonio Gramsci (1989; 2001); discurso de acordo com Mikhail Bakhtin (1979); campo educacional nas formulações de Pierre Bourdieu (1982; 2003; 2008) e representação segundo Roger Chartier (1990; 1991). A pesquisa apresenta como resultado o fato de a concepção político-educacional investigada ter suas origens nas proposições e críticas dos republicanos à política e à educação presentes no Período Imperial. Tais proposições se tornam efetivas na reforma do ensino primário do Governo de Justo Chermont, como finalidade educacional, e a formação de cidadãos regenerados e comprometidos com o regime republicano recém proclamado, a partir da infância, como objetivo político. Notou-se, também, uma preocupação com a educação secundária e profissional, no governo de Lauro Sodré. Sendo assim, foi concluído que essa concepção político-educacional procurou legitimar o regime republicano nos seus primeiros momentos e no tempo de sua consolidação, buscando, por meio da educação, objetivar os seus intentos políticos.

Com a temática Infância e Escola, o quadro 9 representa o eixo temático com um maior número de pesquisas encontradas:

Quadro 9: Infância e Escola

COSTA, Rafaela Paiva. *A formação de professores da primeira república no Pará (1900 - 1904)* 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará.

GONÇALVES, Roberta Ferreira. *A Escola Disfarçada Em Brincadeiras: Intelectuais E Ideias Na Criação Da Revista O Tico-Tico*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SALES, Tatiane da Silva. *Brechas para a emancipação: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República*. 01/03/2010 152 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. *Educação de meninas no Orphanato Paraense*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará

MELO, Cleide M. M. *A Infância Em Disputa: Escolarização e Socialização na Reforma de Ensino Primário em Minas Gerais (1927)*. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais

PAIVA, Bruna Maria Moraes de. *Escolarização na primeira república: organização e*

funcionamento da escolarização noturna na Parahyba (1916-1931). 01/11/2010 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MOURA, Marina de. *A educação de crianças na revista Infância*. 2012. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. *Legislação e educação: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República (1889-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos.

VIEIRA, Livia Carolina. *Das escolas isoladas ao Grupo Escolar: a instrução pública primária em Mariana - MG (1889-1915)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos.

DUARTE, Raimunda Dias. *A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra 'Compendio de Civilidade Cristã', de Dom Macedo Costa (1880 a 1915)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará

O estudo de Costa (2011) traz por temática a Educação na Primeira República (1889-1930) e por objeto o modelo oficial de Formação de Professores no início do século XX no Pará, especificamente, entre 1900 e 1904. Foi investigado como principal fonte histórica o periódico mensal “A Escola: revista oficial do Ensino no Estado do Pará”, veiculado entre os anos 1900 e 1905, por meio do qual busca-se analisar o ideal de formação de professores proposto no discurso oficial do novo regime, a partir da concepção de “bom professor” veiculada pela revista, suas influências teóricas nacionais e internacionais, e objetivos sociopolíticos. Para isto, empreende-se uma análise documental baseada na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, e pelas noções conceituais de Dominação Simbólica, Habitus, Campo e Capital de Pierre Bourdieu, bem como com o conceito de Representação Social de Roger Chartier. No geral, identificou-se que esta formação foi encaminhada pela compreensão do trabalho docente como “sacerdócio”; que as discussões pautadas pela elite pensante internacional e nacional tiveram reflexo no campo educacional local; e que esta formação dos “mestres” visava, em última instância, a consolidação da República, por meio da instrução de um conteúdo moral e cívico.

Gonçalves (2011) apresenta sua dissertação com foco na revista “O Tico-Tico” a qual foi uma das primeiras revistas ilustradas para crianças no Brasil. Criada em 1905 na cidade do Rio de Janeiro, circulou por mais de cinquenta anos em um mercado jornalístico considerado instável. Pela capacidade de condensar muitas das questões e demandas características de seu

tempo, a Tico-Tico se configura como acontecimento. Em seu trabalho, a autora concentra-se na análise da criação da revistinha infantil e da conjunção de fatores que permitiu o nascimento de uma publicação tida por grandes nomes da intelectualidade nacional como um marco na infância de gerações de brasileiros. Procurou-se, desta forma, recuperar o contexto em que ela foi criada a partir da própria publicação de seus quadrinhos, historinhas e lições dirigidas à formação dos futuros cidadãos da República. A partir da imprensa e seu processo de modernização, com especial foco na revista O Malho, procurou-se perceber a articulação do campo intelectual carioca da Primeira República em espaços de sociabilidades, como as redações de jornais, na proposição e encaminhamento de projetos em que estava em jogo o enfrentamento da questão nacional. O Tico-Tico pode ser considerada uma das mais importantes revistas da época cujo objetivo foi dar corpo a um desejo intelectual de educar as crianças e jovens brasileiros, infantes como o próprio Brasil.

Sales (2010) investigou neste trabalho o processo educacional de meninas, nos anos de 1899 a 1930, correspondente à Primeira República, e sua profissionalização na cidade de São Luís/MA. Seu foco de investigação eram mulheres de classe média e alta na educação pública da cidade por meio de fragmentos históricos que evidenciaram como essas mulheres se apropriavam dessa formação escolar e, posteriormente, ocupavam espaços no mercado de uma sociedade prioritariamente patriarcal. Para fundamentar a pesquisa, Sales apresenta uma contextualização da mulher do período republicano inserida nas esferas familiar, social e educacional, apontando como a ideologia republicana delimitava os papéis sociais fundamentais para a educação – feita pela família – e a instrução – feita pela escola – e como a imprensa foi fundamental na propagação deste ideário. Utilizando-se de fontes impressas, a autora cita revistas e jornais da época que auxiliavam na manutenção e conscientização desses papéis na sociedade, apontando, também, algumas reivindicações feministas presentes nestes periódicos como o direito ao voto.

Pimenta (2013) tem como objetivo analisar a educação de meninas no Orphelinato Paraense, no período de 1893 a 1910 e identificar qual sua concepção de educação, bem como verificar o que era ensinado às órfãs. Para isso, foi utilizada como metodologia a pesquisa documental elencando como fontes os Relatórios da Intendência Municipal de Belém dos anos de 1898 a 1910, atos e decisões do Governo do Estado do Pará, publicados nos anos de 1897 e 1899, bem como os jornais *A Província do Pará* dos anos de 1893 a 1910 e *Caridade* de 1893. Essas fontes apresentam uma gama de informações sobre o Orphelinato como a procedência das órfãs, rotina, alimentação e práticas educativas que lá ocorriam. Além disso,

esses documentos trazem características do contexto sociocultural de Belém nesse período, bem como informações sobre a criação desse Orphelinato. Como fundamentação teórica, são utilizados autores como Buffa e Nosella (2009), Bourdieu (2011), Foucault (2010), Manoel (1996), Rocque (1977), Sarges (2002), dentre outros que dão base para esse estudo.

Melo (2010), em seu estudo, investigou o processo de escolarização em Minas Gerais nos anos finais da Primeira República. Utilizou como ponto de partida um evento: o Primeiro Congresso de Instrução Primária realizado em Belo Horizonte, no período de 09 a 18 de maio de 1927, promovido pelo governo do presidente Antonio Carlos de Andrada e do secretário Francisco Campos, com a finalidade de respaldar a reforma do ensino primário que seria decretada em outubro do mesmo ano. Sob a perspectiva do micro história, analisou os registros publicados em três jornais diários: o Minas Geraes, o Correio Mineiro e o Diário de Minas e na Revista do Ensino. Procurou recuperar a dinâmica do Congresso, identificar os congressistas que dele participaram, compreender as representações de escola que manifestaram e, especialmente, o modo como pensaram a socialização da criança nos espaços educativos tais como a escola, a família, o trabalho e a rua. Pretendeu demonstrar a tese de que, nesse momento da educação mineira, a infância foi percebida/tomada como objeto de disputa entre os representantes de três campos: o político, o médico e o pedagógico.

O trabalho de Paiva (2010) teve como objeto o ensino noturno nos anos de 1916 a 1931 na Paraíba. A escolha de tal período é justificada pela expansão desta modalidade de ensino a partir da criação dos grupos escolares, tendência marcante do período republicano. Havia naquele período intensas reformas educacionais que previam a alfabetização da população em uma época cujo voto era fundamental para o estabelecimento da cidadania e manutenção do novo regime político do país e verificou-se o crescente movimento deste ensino destinado a adultos e à infância trabalhadora. Desta forma, o ensino noturno veio a atender as exigências que a República assim impunha. Sua investigação partiu de documentos oficiais além de periódicos como o jornal *A União*, com publicações dos anos de 1916 a 1931, como fonte documental. Esse tipo de atividade escolar priorizava o ensino de primeiras letras e possibilitou uma maior difusão dos novos ideais de cidadania republicana bem como de civilidade, aspectos estes que fundamentaram uma possível forma de educação popular. A pesquisa desenvolveu a análise acerca da história do ensino noturno, buscando compreender as realidades educacionais em seu contexto republicano, a partir do olhar crítico tomando como base as categorias analíticas desenvolvidas e utilizadas no campo da história da

educação, tais como: alfabetização, cidadania republicana e civilidade. Teve como base teórica Michel de Certeau, Antonio Viñao Frago, Rosa Fátima de Souza, entre outros.

A tese de Moura (2012) traz como objetivo analisar as ideias sobre educação de crianças na Revista Infância. Tal revista foi publicada entre os anos de 1935 e 1937 pela Cruzada Pró-Infância, na cidade de São Paulo. Verificou-se que o material publicado se encontra na área da educação não formal e três categorias de análise foram criadas, a saber, Educação para Cidadania, Educação para Sociedade e Educação para Saúde. A Educação para a Saúde foi o principal tema abordado na revista, o que pode ser atribuído ao fato de que o discurso médico higienista permeou as décadas de 1920 e 1930 no Brasil e especialmente na cidade de São Paulo. Dentre esses temas destacam-se hábitos de higiene, puericultura e alimentação infantil. Com relação às outras categorias - Educação para Cidadania, Educação Para Sociedade - a ênfase foi a importância da educação para o futuro do país e os papéis a serem desempenhados pelos indivíduos na sociedade, reforçando a tese de um discurso nacionalista. A análise dos artigos incluídos em cada uma das categorias revelou que os textos publicados na revista Infância eram um retrato da sociedade paulistana da época e refletiam as preocupações presentes na educação das crianças.

O trabalho de Oliveira (2004) discute a formação da instrução pública republicana no Estado de Sergipe, no período compreendido entre 1889 a 1930, primeira república. Tendo como questão norteadora “O que foi proposto e qual a possível direção histórica da educação escolar na Primeira República em relação à estrutura, à organização e ao atendimento do ensino primário no Estado de Sergipe?”, a tese apresentou como pressuposto que a legislação educacional revelava as propostas educativas dos segmentos dominantes da sociedade que buscavam legitimar, por meio de instrumentos disponíveis, seu poder. Foram detectadas várias alterações na estrutura organizacional de todos os setores da instrução pública durante os 40 anos de primeira república, o que provocava descontinuidade política e administrativa. A pesquisa utiliza-se de fontes documentais como leis, decretos e também periódicos.

Acompanhando pesquisas no período republicano, a dissertação de Vieira (2011) foca sua investigação na formação do Grupo Escolar de Mariana/MG, fazendo um movimento de retorno o qual consiste em analisar como se constituía e se configurava o ensino público e primário, constituído pelas escolas isoladas, anteriormente à implantação do Grupo. Com o objetivo de acompanhar por meio da análise de documentos históricos como jornais e outros documentos oficiais, a dissertação faz um recorte temporal entre os anos de 1889 a 1915. Foram analisados os motivos para a implantação do Grupo além da composição social de

professores e alunos e o currículo utilizado na instituição, sendo constatado que a educação ofertada pelo Grupo era feita de forma excludente, uma vez que nele estudavam filhos de republicanos com boas condições financeiras, enquanto os filhos da população mais pobre encontravam-se ainda nas escolas isoladas. Além disso, fazendo uma análise comparativa, verificou-se que a estrutura do local de ensino era superior no Grupo Escolar enquanto as escolas isoladas mantinham uma estrutura precária.

Por fim, a tese de Duarte (2015) apresenta como tema “A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra ‘Compendio de civilidade cristã’”, de Dom Macedo Costa (1880 a 1915)”. O objetivo geral do estudo é analisar os discursos constituídos sobre civilidade que ordenavam a educação de meninos no final do século XIX e início do século XX no Compendio de Civilidade Cristã, de Dom Macedo Costa. Para alcançar esse objetivo, foi analisada a obra a partir de duas perspectivas: como objeto físico e como texto. No domínio da investigação que considera o livro escolar de leitura como objeto físico, busca-se compreender a relação entre autor e editor na produção e edição da obra; situar historicamente a editora no contexto da produção de livros didáticos no Brasil; identificar os indicativos implícitos e/ou explícitos que Dom Macedo Costa inscreve na obra para produzir uma leitura de acordo com a sua intenção e impor um sentido para ela e identificar as ideologias que atravessam os elementos impressos nas formas tipográficas.

No que diz respeito à análise da obra como texto, tenciona-se: entender os diferentes significados e sentidos dos termos civilidade e civilização e sua relação com o contexto sócio histórico e cultural do Compendio de Civilidade Cristã; compreender as ideologias sobre prescrições e regulamentos disciplinares atravessados na obra; compreender a importância das ideias educacionais de civilidade dirigidas aos meninos paraenses nos discursos de Dom Macedo Costa e a relação dessas ideias com a política do ideário republicano paraense e identificar na obra o pensamento cristão sobre a educação de meninos que atravessou o Império e a República. A discussão do Compendio como objeto físico está fundamentada na História Cultural postulada por Roger Chartier, com foco na história da leitura em confronto com a história do livro, da edição ou dos objetos tipográficos. A análise da obra como texto está ancorada na Análise Dialógica do Discurso, de Mikhail Bakhtin. Os livros escolares de leitura constituem objetos de estudo e fontes documentais importantes para a compreensão da história da infância no contexto do Estado Brasileiro, em particular, da Amazônia paraense.

Partindo-se da descrição das produções acadêmicas aqui apresentadas, é importante citar algumas conclusões:

- As produções focam na História da Infância e da Educação na Primeira República, utilizando-se de fontes documentais impressas;
- Algumas publicações – Silva (2007), Hansen (2007), Ferreira (2009), Moura (2011), Costa (2011), Gonçalves (2011), Moura (2012), Oliveira (2004) – apresentam revistas como fonte de dados; porém, somente em Ferreira (2009) e em Costa (2011), existe um periódico educacional como fonte para a pesquisa; e em Duarte (2015), o impresso educacional é em forma de livro didático;
- A dissertação de Costa (2011) utiliza o periódico *A Escola* como fonte de dados, o mesmo periódico deste trabalho. No entanto, seu objeto é o modelo oficial de formação de professores, o que difere do foco desta pesquisa que trabalha com discursos para infância. Tal trabalho apresenta como critério a Análise de conteúdo, baseada em Bordin;
- Algumas produções que levam a uma Análise do Discurso – Moura (2011), Pimenta (2013) –, apresentam como referenciais teóricos autores como Foucault e Roger Chartier. Por fim, alguns trabalhos – Pinheiro (2013), Moraes (2011), Duarte (2015) – apresentam relações à luz da Análise do Discurso apontada por Mikhail Bakhtin.

Tais análises nos levam a apontar a relevância de estudos em torno da História da Infância e da Educação no Período Republicano. Além disso, trabalhar com periódicos da época consiste em uma verdadeira fonte documental que pode evidenciar veracidade aos fatos que ocorriam no início do século XX. O uso do periódico auxilia na comprovação de determinadas concepções apontadas pelos discursos presentes em torno da criança. A concepção de infância, a criança abandonada, marginalizada evidenciada nesses trabalhos permite, em uma primeira conclusão, reconhecer como pesquisas nessa área são necessárias.

O uso de fontes impressas nessas pesquisas tem sido de grande relevância para os estudos de base histórica, dentre eles a História da Infância e da Educação que aparecem, em muitas publicações, de forma convergente. Este dado aponta que, ao pesquisar sobre a Infância na primeira república no Brasil, o pesquisador se depara com um movimento de intensificação da escolarização da infância, o que leva mais uma vez à importância desta pesquisa, visto que o periódico selecionado como fonte de dados apresenta uma variedade de materiais que apontam para a infância e a escola.

Sendo assim, este estado da arte ratifica a necessidade de se estudar uma concepção de infância e de educação para a infância em um periódico educacional do início do século XX, proposta esta vista neste trabalho de pesquisa.

3.3. O Impresso Educacional *A Escola* como fonte de pesquisa: uma breve descrição da Revista Oficial de Ensino (1900 – 1905) de Belém do Pará

Figura 2: Capa da edição n. 1



Fonte: Revista A Escola (1900)

Instituído pelo Regulamento Geral da Instrução Pública, por meio do Decreto n 625 de 1899, o periódico *A Escola – Revista Oficial de Ensino* – fora publicado pela primeira vez em maio de 1900, em Belém do Pará, sendo utilizado como fonte de dados desta pesquisa. Cabe aqui salientar que a seleção do *corpus* da pesquisa centrou-se nos discursos sobre a infância e sobre a educação para a infância os quais foram encontrados nos textos de diferentes gêneros presentes na revista. No entanto, é necessário, a partir deste tópico, realizar uma breve descrição da constituição deste documento para que se possa compreender a escolha do *corpus*, que será analisado na próxima seção, e sua divisão em eixos temáticos voltados à infância e à educação para a criança.

Entre os anos de publicação da revista (1900 a 1905), houve um total de 60 edições, as quais tiveram por finalidade seguir a instrução dada pelo Regimento que o instaurou: a publicação de um periódico pedagógico para a promoção do desenvolvimento da instrução pública, que visava também a divulgar os progressos da política educacional no Pará. Deste modo, no dia 03 de maio de 1900, contendo 115 páginas, o periódico *A Escola* lança sua primeira edição, tendo seu fim na edição de número 60 no dia 31 de março de 1905. Com periodicidade mensal, as revistas, a cada seis meses, eram compiladas em volumes, sendo contabilizados 10 volumes no total. Na edição 4, de julho de 1900, os redatores afirmam que “sua publicação é mensal em volumes de 120 páginas de impressão”(A ESCOLA, p. 491). No entanto, este número varia entre as edições que apresentam desde 20 até 153 páginas.¹⁷

Redatores e Colaboradores da Revista *A Escola*

A revista foi fundada pelo diretor geral da Instrução Pública Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira em conjunto com o então secretário Augusto Olympio que também escrevia sobre Instrução pública. A revista contava com autores colaboradores da política estadual, tais como: José Pereira de Castro Pinto, Francisco Ferreira de Vilhena Alves, Arthur Octavio Nobre Vianna, João Marques de Carvalho, Geminiano de Lyra Castro, Raymundo Bertoldo Nunes, Cônego Andrade Pinheiro, e o próprio Virgílio Cardoso; além de professores como Severiano Bezerra d’Albuquerque e autores da literatura clássica como Machado de Assis e Raimundo Corrêa.

Algumas mulheres também compunham o quadro de colaboradores da revista, tais como: Marianna Macedo de Vianna, Maria Amalia Vaz de Carvalho e Cláudia Campos.

¹⁷ Ver Apêndice

Dentre os colaboradores, Arthur Vianna e, especialmente, Vilhena Alves estão entre os redatores em todas as edições encontradas da revista, passando a assinar os textos de um grande percentual das publicações.

Vilhena Alves merece destaque como redator da revista *A Escola*. Apesar de aparecer seu nome na capa juntamente com o nome de Arthur Vianna, é notório seu intenso empenho na escrita e compilação dos textos do periódico. O normalista escreveu desde notícias acerca da instrução pública, biografias de personalidades ilustres a resenhas de livros cuja análise apontava uma excelente crítica e recomendação às obras analisadas.

Além destes, é comum encontrar nas edições discursos proferidos por professores primários durante alguma festividade como inauguração de prédios escolares e grupos escolares. Dentre esses discursos, pôde-se encontrar nomes de professores e professoras: Virginia Vale, Antonio Marques de Carvalho, Josefina Joaquina, Flamídia Duarte Tavares, Germina Pinto etc.

Outro destaque na autoria destes textos está na contribuição do Cônego Andrade Pinheiro¹⁸. O autor era responsável por textos informativos acerca da Origem do Latim, Literatura Latina além de uma contribuição com cinco artigos de opinião sobre Educação que foram publicados em sequência entre as edições de Maio de 1903 e Janeiro de 1904.

Além de professores e representantes políticos estaduais, alguns autores da literatura nacional e internacional aparecem nas edições do periódico seja com textos narrativos em prosa ou em verso. Nomes como Raimundo Corrêa, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Zalina Rolim, José Veríssimo, Bertoldo Nunes, Luiz Guimarães Jr. e os fundadores da Academia Brasileira de Letras Franklin Doria e Machado de Assis estão entre os autores da literatura presentes na revista *A Escola*.

Seções Encontradas na Revista A Escola

Ainda em sua edição número 4, de julho de 1900, os redatores anunciaram que “A Escola tem por fim trazer o professorado do Estado informado dos progressos do ensino e de tudo quanto nesse domínio de conhecimentos possa interessar-lhe.” (idem). Desta forma, as primeiras edições foram divididas em sete seções, as quais se mantêm em quase todas as publicações: 1. Doutrina; 2. Contos e Biografias; 3. Exercícios Escolares; 4. Conselho Superior; 5. Administração; 6. Legislação e estatística e 7. Noticiário e Correspondência.

¹⁸ Foi um membro da igreja que contribuía como redator nos jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*

A seção *Doutrina*, que introduzia a edição da revista, pode ser vista até o número 16, de julho de 1901, e é caracterizada por gêneros no âmbito do argumentar tais como textos de opinião, editoriais, resenhas de livros, relatórios etc. Em sua primeira publicação, de autoria de Castro Pinto, a seção apresenta um texto cujo título é “A Escola” no qual são apresentadas as finalidades para a publicação deste periódico e quais públicos ele almeja atingir:

Este periódico é o órgão da instrução publica no Estado do Pará.
 Vem preencher uma lacuna, realizar um progresso, n’esse departamento da administração, um dos mais importantes, se não fôr o que mais releva na actual phase da vida institucional do paiz. [...]
 [...] devemos prover de bons professores a instrução, se quizermos ver o que instituímos, nas mais bellas reformas do seculo, viver positamente nos factos.
 Esta revista nasceu sob esse pensamento e sob esse intuito.
 Não é só este o seu alvo¹⁹, mas é o principal. A infância discente fará parte de seus leitores. (PINTO, 1900, p. 4-5)

Como o periódico visava à instrução pública primária, o professor era visto como o principal interlocutor dos textos publicados na revista, o qual poderia utilizar de informações legislativas, administrativas, pedagógicas, higienistas, escolares, científicas e literárias contidas nas publicações para suas aulas além de ficar atualizado nos acontecimentos do setor educacional como um todo. Porém, segundo a proposta, muitos materiais também serviriam para o aluno que utilizaria os textos repassados pelos professores em sala de aula. A diversidade de sujeitos-autores – médicos, engenheiros, políticos, diretores, professores etc. – promoveria um leque de possibilidades pedagógicas para os docentes e um avanço na metodologia de ensino. Em seu texto introdutório, além da justificativa sobre a criação deste periódico, encontram-se também algumas referências ao progresso republicano que se deseja alcançar a partir do auxílio do periódico na rotina escolar de alunos e professores para os quais eram destinados os textos publicados.

Por meio do decreto n 840, de 30 de abril de 1900, assinado pelo então governador do Estado José Paes de Carvalho, a aquisição da revista era de caráter obrigatório por parte dos professores conforme menciona a primeira edição de 03 de maio de 1900: [...] lembrando outrossim a necessidade de ser a assignatura da mesma obrigatória a todo o professorado primário, ficando o Thesouro auctorizado a descontar, trimestralmente, a importância da contribuição, que poderá ser de 400 réis ouro[...]” (PINTO, 1900, p. 75). Tal valor passou a 500 réis de ouro ainda no ano de 1900.

¹⁹ Refere-se ao professor enquanto público leitor.

Na descrição da revista feita ainda na página 75 da primeira edição, é ratificado que o corpo que comporia a redação dos textos será de professores do ensino primário e secundário e que as edições são de responsabilidade da Diretoria Geral do Ensino, representada pelo Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira. Cabe ressaltar que o corpo docente primário era o público de destino das publicações e que as seções que dividiam as edições eram elaboradas pensando no currículo do curso primário da educação do Estado.

A seção *Doutrina* também apresentava textos referentes à Instrução Pública: dados sobre escola, matrícula, opiniões, eventos, notícias acerca de grupos escolares etc.; discursos de diretores e/ou professores da Educação Pública; textos sobre higienismo; textos sobre história do Pará; circulares e informativos sobre datas comemorativas aos professores; conteúdos de disciplinas como aritmética, português, educação física. Esta seção tinha um caráter bastante diversificado cuja principal finalidade é a informação no âmbito geral do ensino, do conhecimento. Após a edição 17, de agosto de 1901, os conteúdos vistos nesta seção continuavam sendo publicados na revista, porém sem que fossem delimitados dentro dessa seção que já não aparecia denominada.

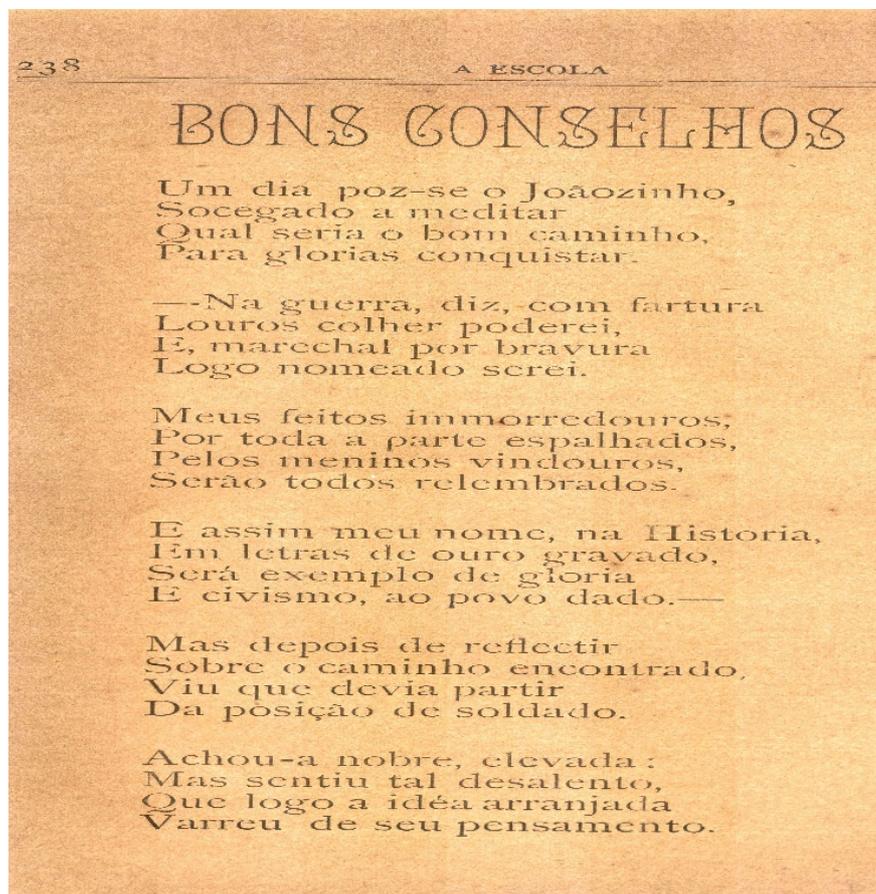
A seção *Contos e Biografias* era destinada ao uso em sala de aula por docentes para discentes. Fora pensada como uma forma de utilização de seus textos para uso didático. Devido a isso, esta era uma seção de caráter primeiramente literário, por meio da publicação de textos de gêneros narrativos, no caso dos contos. Nas primeiras edições, os contos eram publicados por D. Marianna Macedo de Vianna, esposa de Arthur Vianna, que veio a falecer ainda no primeiro ano da revista, já as biografias eram de pessoas consideradas ilustres e escritas primeiramente por Vilhena Alves, e em algumas edições por Arthur Vianna ou Virgílio Cardoso.

Após a edição 4, esta seção foi dissolvida: as biografias encontram-se presentes até a edição 44, de novembro de 1903, após isso, reaparecendo esporadicamente nas publicações seguintes. Já os contos deixam de ser escritos a partir desta edição 4, retornando somente em março de 1904, na edição de número 48, dentro de uma nova seção intitulada *Textos Escolares* cuja proposta de utilização de textos em sala permanece.

Com a dissolução das seções *Doutrina* e *Contos e Biografias*, as edições começaram a iniciar com textos de caráter bastante variado: relatórios do governador, homenagens a personalidades da área educacional, artigos de opinião acerca da instrução pública, atas do Conselho Superior da Instrução pública, textos informativos e didáticos, textos sobre origem do latim e literatura latina, textos sobre higienismo entre outros.

Além disso, algumas edições desde 1900 contam também com poemas de ordem cívica, moral e educacional. Nas primeiras edições, quando apareciam, encontravam-se na seção *Doutrina* geralmente auxiliando algum outro texto anteriormente escrito. As últimas edições apresentavam os contos, poemas e às vezes as biografias na seção de *Variedades* que se encontrava ao final da revista e será descrita posteriormente. Tais poemas se apresentam muito marcantes nos anos de 1904 e 1905, sendo que, muitos deles, apontavam temáticas cujos valores morais deveriam ser repassados às crianças; outros, representavam textos de natureza clássico-literária. Isso aponta para uma finalidade didática para esses poemas:

Figura 3: Poema



Fonte: Revista A Escola, n 58 (1905)

De autoria de Vilhena Alves em praticamente todas as edições, a seção *Exercícios Escolares*, “destinada á breves licções práticas sobre todos os materiais do curso primário” (A ESCOLA, n1, 1900, p. 75), também era voltada para o uso em sala de aula, uma vez que apresentava exercícios de diferentes disciplinas: português, aritmética, geografia, astronomia etc. Algumas edições apresentavam uma atenção voltada ao ensino de Português com seções

denominadas “Postulados de Gramática” ou “Pontos de Português” em que eram expostos conceitos metalinguísticos sobre o uso de termos da língua portuguesa.

Esta é uma seção presente em todas as edições encontradas do periódico. Nota-se aqui uma preocupação em manter um elo didático característico com a proposta da revista desde sua primeira edição. Apesar de sofrer alterações nas demais seções como *Doutrina e Contos e Biografias*, por exemplo, a seção Exercícios Escolares consegue permanecer presente nas edições mesmo naquelas cujo número de páginas seja limitado.

Outro ponto de fundamental importância na constituição da revista é sua parte oficial. Constituída pelas seções *Conselho Superior*, *Administração* e *Legislação e Estatística*, as informações acerca do que ocorria na instrução pública eram de caráter presentes em todas as edições encontradas da revista. Segundo *A Escola* n 1 (1900), a seção *Conselho Superior*, destina-se à publicação das sessões do Conselho e suas deliberações. Já a seção *Administração*, referia-se a ações dos atos do governo do estado para a Instrução pública por meio de publicações dos expedientes do governador do estado, da diretoria geral e da secretaria geral de ensino, nestes, havia a publicação de ofícios e despachos desses gabinetes. A última parte oficial da revista publicava decretos e leis provenientes do Palácio do Governador além de dados orçamentários destinados à Instrução Pública.

A parte oficial pode ser encontrada de forma bastante limitada nas seções. Apesar de ser constituída de 3 partes, nota-se uma presença maior dos tópicos Legislação e Administração cujas finalidades pautavam-se em manter o público docente informado do que acontecia no setor educacional.

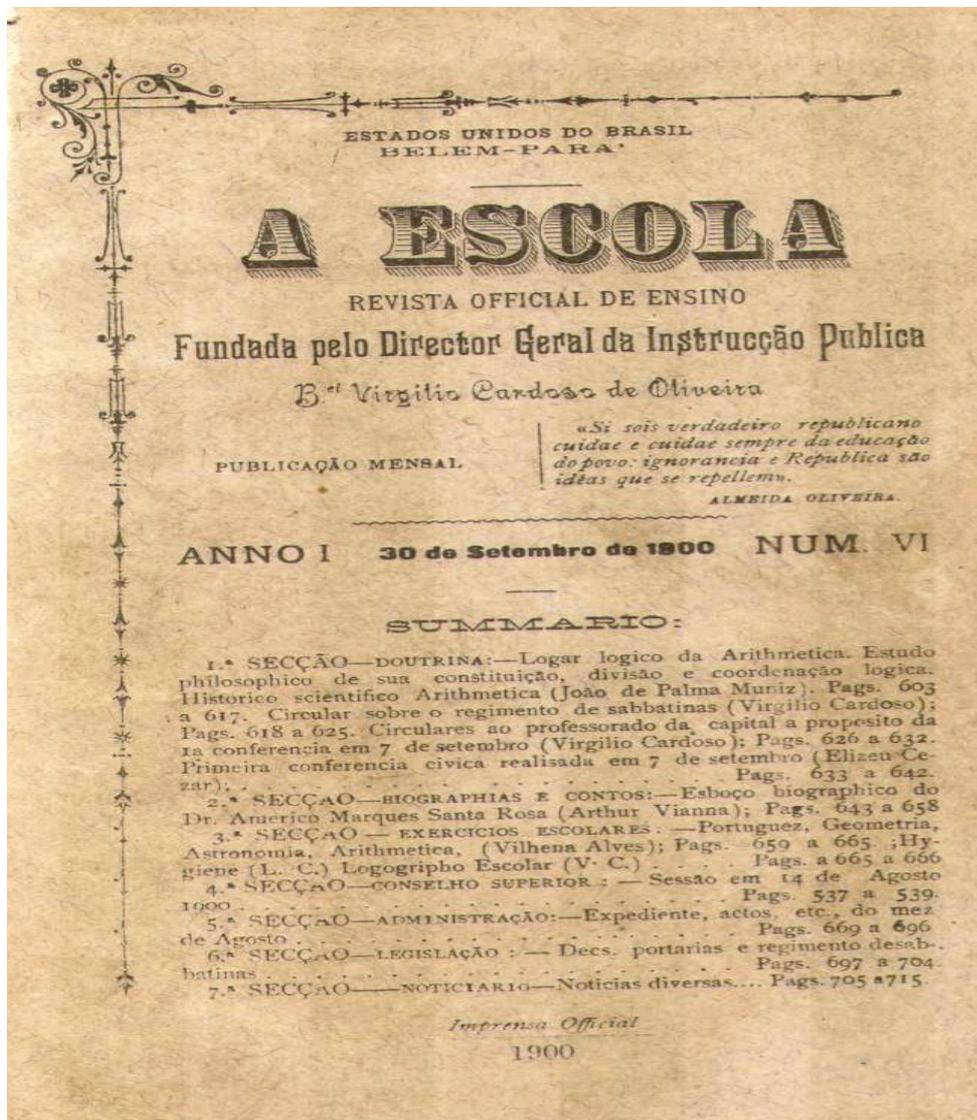
A última seção intitula-se *Noticiário e Correspondência* – em algumas edições somente *Noticiário* ou somente *Correspondência*. Nesta, eram noticiados fatos sobre a Instrução Pública e de outros jornais e revistas da Instrução Pública, nacionais ou estrangeiros: matrícula e instalação de instituições escolares como internatos e grupos escolares, funcionamento de instituições de ensino, datas comemorativas da Instrução Pública, agradecimentos, listas de escolas em funcionamento, falecimentos, remoções e permutas de docentes etc.

A Correspondência era feita entre a revista e outras revistas de ensino além de publicações de cartas de leitores. Um fato interessante desta seção era a troca de edições que acontecia entre a revista *A Escola* e outros periódicos que eram publicados nos outros estados do Brasil. Desta forma, é comum haver textos parabenizando o recebimento e a publicação de números da revista *A Escola* enviados aos outros estados. Podem ser encontradas na revista

correspondências entre os redatores d'A Escola e de outros estados como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro entre outros.

Com o passar dos anos, a característica das seções foi alterada, algumas foram modificadas ou excluídas, outras inseridas. Reiterando o caso das seções *Doutrina e Contos e Biografias* que não aparecem a partir de 1901, é possível encontrar os textos que nelas eram publicados em outras seções. A seção *Conselho Superior* parece ter sido dissolvida nos anos seguintes e, algumas edições posteriores, aparece dentro da parte *oficial* ou da parte intitulada *expediente da instrução pública* que mantém o caráter oficial. Estas alterações podem ser percebidas desde o sumário se for feita uma análise comparativa entre as figuras 3 e 4:

Figura 4: Capa e Sumário da edição n. 06



Fonte: Revista A Escola (1900)

Figura 5: Sumário da edição n. 58

SUMMARIO	
PARTE I — PEDAGOGIA E LITTERATURA.	
	PAGS.
« A Revista Infantil » (Dr. Virgilio Cardoso)	205
Sonno de amigos (Alfonso Celso)	224
Notas sobre educação (Maria Amalia Vaz de Carvalho)	225
A menina (Theophilo Dias)	227
O Natal do Christo (Bertoldo Nunes)	229
As ondas (Luiz Guimarães Junior)	233
Elevação pelo merecimento proprio (Augusto Pinheiro)	235
Bons conselhos (Octaviano de Mello)	238
Relatorio do director do grupo escolar da Vigia	241
Hymno do grupo escolar « José Verissimo » (A. Macedo)	250
Mulheres celebres (V. Alves)	251
Santos Dumont (Mucio Teixeira)	253
Escola Normal (Discusso do normalista Benicio Sant'Anna Lopes	256
A narração do soldado (Ernesto Corrêa)	259
PARTE II. — ESPEDIENTE DA INSTRUÇÃO PUELICA.	
Expediente do Exm. Sr. Dr. Governador do Estado	263
Expediente do Exm. Sr. Dr. Secretario do Estado	264
PARTE III.— VARIEDADES (V. Alves)	
O sineiro (conto de Olavo Nunes)	269
O abacate	277
Um novo metro	278
Rios principais do Brasil	280
Julio Verne	282
Charadas (V. Alves)	284
PARTE IV. — NOTICIARIO V. Alves.	
Adjunctos de grupos escolares	289
Extinção de escola	289
Ensino municipal	289
Liga Beneficente dos Professores Normalistas	291
Visitas	291
Ensino particular	292
Cidade feita em um anno	293
S. Paulo	293
Suecia	295
Japão	296

Fonte: Revista A Escola (1905)

A partir do ano de 1904, a seção *Pedagogia e Literatura* é inserida nas edições da revista. É possível notar que esta traz alguns conteúdos da extinta seção de *Contos*, pois, além dos contos, apresenta outras narrativas, poemas, textos sobre educação e instrução, hinos escolares, textos de fundo moral, relatórios, cartas, discursos etc. Nas edições em que aparece, é uma seção extensa, conforme ilustra a figura 4. Esta parece ser uma seção também de apoio pedagógico, uma vez que são expostos textos que poderiam ser utilizados pelos docentes da escola primária. Em outras edições, como a n. 52, de julho de 1904, esta seção é denominada *Textos Escolares e Instrução Pública* cujos textos possuem as mesmas características.

A seção *Variedades*, que também surge nas edições posteriores a 1904, apresenta textos de forma variada como biografias, outros contos, charadas, piadas, curiosidades, geografia, aritmética etc. Esta seção parece servir de entretenimento ao público-leitor devido ao seu caráter diversificado e variado na escolha de textos para publicação. Nas edições encontradas, ela é de responsabilidade de Vilhena Alves que aparecia como editor da seção.

Algumas Considerações acerca da Revista

Algumas seções apareceram em poucas publicações, tais como: *Literatura Latina* que apresentava conteúdo acerca da língua latina; *Congresso Pedagógico* – configurava-se por publicar atas de reuniões da diretoria da instrução pública; *Apontamentos*, a qual mostra opiniões sobre líderes da Instrução pública; *Pontos de Portugal* que tem a mesma característica dos Postulados de Gramática; *Jornais Recebidos* na qual eram publicados agradecimentos sobre jornais e revistas recebidos de outros estados.

Diante disso, é possível concluir que

- Durante o ano de 1900, houve um padrão quanto às seções encontradas as quais podem ser vistas em quase todas as edições. Nos anos posteriores, há várias alterações quanto a essas edições, sendo que algumas são alteradas, outras inseridas e outras excluídas;
- Há algumas edições em que só se apresenta a Parte Oficial com a publicação de decretos, leis, remoções e nomeações de professores, tais como as edições de Julho e Dezembro de 1902;
- Existem edições que não dividem seções, pois já iniciam os textos com seus respectivos títulos;
- Os meses comemorativos, referentes ao aniversário da Independência em Setembro e ao aniversário da República em Novembro, geralmente continham mais páginas que os demais meses devido à publicação de textos de natureza específica para essas datas. Este dado pode comprovar o sentimento de patriotismo presentes nas publicações que zelavam por uma Instrução Pública voltada ao progresso republicano;
- A revista *A Escola* mantinha, ao mesmo tempo, uma linguagem voltada para o pedagógico educacional e para o dever cívico de docentes e discentes;

- Apesar de mencionar professores do ensino secundário, a revista tinha como público-alvo o professor do ensino primário; fato este que assume extrema importância para análise dos textos tendo em vista a História da Infância e da Educação.

Sendo assim, esta é uma fonte rica para os estudos da História da Infância e da Educação do Pará do início do século XX. Por meio da leitura de seus textos, é possível reconhecer alguns pontos da História da Educação no estado e como esta era pensada para o professorado da época. Como está voltada aos professores do ensino primário, a utilização dessa fonte também contribui significativamente para se formar uma concepção de infância idealizada por meio da análise dos textos com fins pedagógicos. Na próxima seção, será apresentada a análise do *corpus* selecionado e os eixos temáticos pensados para a análise.

SEÇÃO IV: DISCURSOS PARA A INFÂNCIA E DE EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA NA REVISTA *A ESCOLA*

Esta seção é destinada a apresentar os discursos para a infância materializados nos textos selecionados do *corpus* desta pesquisa. Dos textos encontrados, foram selecionados 2 (dois) gêneros discursivos: o poema – em menor quantidade – e o texto de opinião, uma vez que foi verificada uma grande incidência de discursos para a infância nestes dois gêneros. Serão apresentados 10 (dez) textos dos respectivos gêneros mencionados, os quais foram inseridos nas 4 categorias de análise definidas por temáticas em que aparecem os discursos. A análise destes textos versará por meio das categorias bakhtinianas apresentadas na metodologia desta pesquisa.

4.1. Discursos para a *Infância e Papéis Sociais* materializados nos textos “O ensino da costura e trabalhos domésticos nas escolas” (1904) , “Bons Conselhos” (1905) e “Allocução” (1902)

O período republicano, contexto sócio-histórico e cultural dos textos aqui compilados, insere-se num movimento de tentativa de modernizar a sociedade para que esta atingisse o tão almejado ideário republicano moderno e civilizado. A Revista *A Escola* está repleta de textos cujo papel social das crianças é bastante definido e propagado em conjunto. Tais discursos serão analisados nos textos desta categoria.

Texto “O ensino da costura e trabalhos domésticos nas escolas”²⁰

O texto de opinião “O ensino da costura e trabalhos domésticos nas escolas” apresenta como ideia central a defesa do ensino de trabalhos domésticos na instituição escolar. O texto tem como argumento que a escola deve ter, em seu currículo, disciplinas de caráter prático e usual no dia a dia das crianças; dentre essas disciplinas, o ensino de costura e trabalhos domésticos.

De autoria desconhecida, porém masculina identificada por meio de aspectos linguísticos que marcam esta autoria, este é um texto traduzido de uma revista francesa

²⁰ Revista A Escola, edição 47, fevereiro de 1904.

denominada *Revue Pedagogique*²¹. Apesar de não ser uma publicação de autores brasileiros, este texto chama a atenção pelo fato de apresentar determinados valores e aspectos da ideologia da sociedade do período republicano.

Ao defender “um ensaio prático de cozinha e economia doméstica.” (A ESCOLA, 1904, p. 176), o autor utiliza-se da argumentação de que esta educação deve ser ensinada exclusivamente às meninas, dado este que excluía este ideal de ensino para os meninos. Este ponto de vista já antecede prerrogativas de papéis sociais definidos e idealizados para meninos e meninas; isto é, desde a infância, a sociedade do período republicano já aponta que meninos e meninas apresentam papéis sociais distintos e estes devem ser ensinados desde o período escolar.

Barros (2005) afirma que Bakhtin compreende o discurso – ou o texto – como objeto das ciências humanas e tal objeto define o texto como “produto da criação ideológica ou de uma enunciação, com tudo o que está subentendido: contexto histórico, social, cultural etc.”(2005, p. 26). Isto é, o texto só existe materializado em sociedade, pois é produzido nela e para ela. Sendo assim, reconhece-se no texto em questão a materialização de discursos que emanam valores sócio-históricos de uma sociedade de ideologia patriarcal a qual compreende que às meninas deveria ser destinado o ensino de trabalhos manuais e domésticos, visto que elas deveriam aprender economia doméstica e desenvolver habilidades no trato doméstico e do lar. Além disso, ao fazer referência aos conteúdos escolares, o texto afirma que

Quizera também que o ensino dos trabalhos de agulha fosse melhor dirigido, mais methodicamente pratico e útil; que se dedicasse também uma [...] parte à hygiene e à economia domestica, que [...] a meu ver, os conhecimentos scientificos necessários a uma mulher (E de facto, a hygiene e a economia domestica não supõem já adquiridos um [...] número de noções de historia natural, de physica e chimica?)²²

Diante destas colocações, nota-se um *discurso ideológico* que identifica e consolida o papel social que a mulher deve exercer dentro da sociedade do início do século XX: o de zeladora do lar que auxilia o homem em sua vida. Ao fazer referência aos meninos, confirma-se este caráter ideológico ao afirmar: “Quem não vê desde já as vantagens materiais e moraes que resultariam para os meninos de tal organização?”²³.

²¹ Revista pedagógica francesa publicada entre os anos de 1878 a 1897 cuja organização serviu de molde para a publicação de revistas pedagógicas do Brasil na Primeira República. Mais informações em http://www2.td.utfpr.edu.br/seminario_tematico/artigos/115.pdf

²² Cf. A Escola (1904, p. 178)

²³ Idem

Ou seja, ao aprender, desde a escola, trabalhos manuais e domésticos; a menina se desenvolveria plena para servir ao seu papel social de futura esposa, dona de casa e mãe que deve zelar pelo esposo. Já aos meninos, está reservado um futuro no qual terão brilhantes carreiras; dito isto, não é necessário este tipo de educação doméstica a eles, pois esta é uma função estritamente feminina, segundo o autor.

Isto é, para alguns republicanos, era necessário estabelecer uma educação e uma instrução diferentes para meninos e meninas, tendo em vista que, ao se tornarem adultos, exercerão papéis sociais diferentes e o aprendizado de tarefas domésticas era exclusivo para meninas. Sendo assim, eram ensinados a elas trabalhos manuais de costura, bordado entre outros para a manutenção de uma sociedade feliz e civilizada: “em vez das aulas de matemática, geografia ou ciências, todas as atividades feitas com agulhas, tais como costura, bordado e tapeçaria, além de padaria, pastelaria, doçaria, importantes para o bom andamento de uma casa. Isso asseguraria a felicidade comum dos sexos”. (MONTEIRO E GATI, 2012, p. 3076)

Outro aspecto *ideológico* e social que se apresenta nos discursos do texto é o amadurecimento precoce das meninas ao terem este tipo de habilidade como sendo um ideal aprendido na escola. Segundo o texto, as meninas deveriam aprender desde seus dez anos de idade a prática dos trabalhos caseiros; desta forma, é feita uma descrição da possível rotina a ser idealizada pela escola na qual as alunas, para um melhor aprendizado, ficariam na instituição em regime integral para aprender atribuições como: cozinhar, lavar roupas, exercer trabalhos de costura e limpeza do prédio, além de cuidarem de crianças menores, uma atividade que já anteciparia os cuidados com seus futuros filhos.

Apresentando trechos de memórias e livros de viagens ao Brasil do século XIX, Leite (2016) aponta relatos que comprovam como a educação das meninas estava voltada aos ensinamentos domésticos e noções básicas de leitura e escrita: “[...] a educação de uma brasileira está completa desde que saiba ler e escrever correntemente, manejar o chicote, fazer doces e cantar [...]”²⁴. Além disso, o ensino de costura era uma prática educacional bastante difundida na criação de meninas, seja no meio escolar ou familiar. Ao mostrar o relato de um visitante de uma fazenda, Leite (2016) transcreve:

O que mais me interessou foi a sala em que as meninas aprendem costura. Admiro-me que não se tenha cuidado mais, nas nossas plantações do Sul, em tornar as pretas um pouco hábeis nesse mister. Aqui todas as meninas

²⁴ Relato do viajante CHARLES EXPILLY e publicado em 1977 (p. 401-5) Cf. LEITE (2016, p. 57).

aprendem a costura muito bem e muitas delas bordam e fazem rendas com perfeição²⁵

Tal relato vai ao encontro do discurso pregado no texto aqui analisado no qual o ensino de trabalhos manuais era priorizado às meninas do século XIX e início do século XX e se configura como a definição dos papéis sociais que elas exercerão em sua vida futura. Enquanto esta era uma das atividades pensadas às meninas, aos meninos, pensava-se uma preparação para a vida adulta em que mães, tios propunham-lhe atividades intelectuais: “os tios abrindo as bibliotecas e introduzindo sobrinhos e netos nos autores, encomendando livros na cidade ou na corte, ou se propondo a dar aulas de geografia e de física.” (LEITE, 2016, p. 39)

Sendo assim, ao fazer uma descrição do currículo, o texto ratifica a ideia de que o ensino escolar para as meninas se reduziria ao ensino da moral, contabilidade doméstica, higiene e leitura de narrativas e recitação de poesias. Tais leituras deveriam apresentar um caráter simples e “não sério”, uma vez que “complexidade” e “seriedade” são tarefas tipicamente masculinas. Este discurso leva a um ideário de educação diversificada para ambos os sexos; a qual, segundo a ideologia marcada no texto, deve conceber o aprendizado associado aos papéis que estas crianças terão no futuro ao constituírem família.

Além disso, este discurso de sociedade republicana aponta para um contexto de uma sociedade homogênea em que famílias são formadas por pai, mãe e filhos. Esta sociedade pode ser compreendida por meio de uma construção cíclica em que pais e mães geram filhos que futuramente farão os mesmos papéis de pais e mães para com seus respectivos filhos.

Cabe ressaltar que, ao final do texto, o autor pondera que tal educação serviria para meninas de famílias operárias, uma vez que muitas mães saem para trabalhar – o que é visto pelo texto como algo que afeta o lar e a educação das crianças. Tal discurso voltado às mães operárias reforça ainda que as instituições devem conhecer as necessidades destas famílias para que possam auxiliar melhor na educação destas meninas.

Partindo-se dessa perspectiva, os discursos presentes neste texto apontam para aspectos ideológicos de uma sociedade marcada por seus traços sócio-históricos e culturais que apontam para um grande investimento na educação para o lar das meninas, visto que o período republicano trouxe consigo uma preocupação na manutenção da família vista como a instituição para a qual se deveria olhar com zelo. As meninas, segundo o caráter ideológico identificado no texto por meio das categorias bakhtinianas, podem ser apontadas como o

²⁵ Relato do viajante E.C. e L.R. AGASSIZ no ano de 1865 (p. 89-90) Cf. LEITE (2016, p. 63)

tronco desta instituição que a república tanto zelava, pois, ao se tornarem mães, ficariam responsáveis pela organização e gestão do lar, papel definido às mulheres na sociedade republicana.

Poema “Bons Conselhos”²⁶ de Octaviano de Mello

O texto “Bons Conselhos”, do ano de 1905, é um poema que se configura por meio do aconselhamento de uma menina para seu irmão Joãozinho. O texto inicia com Joãozinho “socegado a meditar” sobre seu futuro de glórias: o menino sonha em ser “grande” na vida, pensa em ser soldado para que possa colher grandes vitórias em futuras guerras que ele possa vir a lutar e a vencer.

As primeiras estrofes apontam para a idealização de futuro pensada pelo menino que, apesar da pouca idade, pensa como ele poderia se tornar um herói na vida, como seu nome entraria para a história. A reflexão do menino mostra uma ideologia pensada aos e pelos meninos do período republicano: a de que eles deveriam marcar seu nome na história, glorificados por um brilhante futuro:

Meus feitos imorredouros,
 Por toda a parte espalhados,
 Pelos meninos vindouros,
 Serão todos lembrados.
 E assim meu nome, na História,
 Em letras de ouro gravado,
 Será exemplo de glória
 E civismo, ao povo dado.²⁷

O patriotismo também pode ser verificado como ideologia dominante no futuro de meninos deste recorte histórico. Seus sonhos são altos e patrióticos, sua vida promissora parece ser sempre acompanhada de glórias e vitórias. A fala do menino apresenta a polifonia como categoria. Para Bakhtin: “Em cada palavra há vozes às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais (as vozes dos matizes lexicais, dos estilos, etc.), quase imperceptíveis, e vozes próximas, que soam concomitantemente” (Bakhtin, 2003, p. 330). Em seu discurso voltado ao “futuro de glórias” que conquistará, o menino parece estar marcado

²⁶ Revista A Escola, edição 58, janeiro de 1905

²⁷ Cf. A Escola, edição 58, p. 238.

por outras vozes que apontam como ele reconhece a profissão de soldado como uma profissão “nobre” e “elevada”; estas vozes imperceptíveis partem do discurso social provavelmente já ouvido por ele de que este futuro é o melhor caminho a se tomar.

Souza (2000) afirma que o período republicano trouxe consigo uma “ideologia patriótica e de construção da nacionalidade” (p. 107) e, por isso, foram elaboradas várias reformas no ensino primário e secundário as quais visavam ao desenvolvimento de práticas escolares que atingissem a esse ideário de nação. Sendo assim, nos programas escolares, foram inseridos exercícios militares e ensino de ginástica os quais eram exclusivos na educação de meninos.

Tais alterações na estrutura curricular educacional, passada às crianças do sexo masculino, levava o menino a traçar esse “plano” de um futuro de sucesso por meio de sonhos de ordem patriótica e muitas vezes militar, o que é apontado pelo discurso presente na fala do menino. Ainda segundo Souza (2000), a implementação da prática de exercícios escolares fez surgir os chamados batalhões infantis e tinha por finalidade o estímulo aos alunos “de forma que os postos fossem distribuídos para aqueles que melhor se distinguissem por seu comportamento, aplicação e garbo militar” (p. 108).

Diante disso, a fala do menino aponta para um discurso polifônico proveniente das práticas de exercícios militares presentes no início do século XX. Como estas práticas eram exclusivas do universo infantil masculino, a ideologia presente na fala deste menino é a de que ele deve ser soldado e patriótico para que tenha sucesso na vida.

Em contrapartida, o título “Bons Conselhos” remete à aparição da menina, nomeada apenas como “maninha”, que aparece em cena para ajudar seu irmão, aconselhando-o. Ao contrário da figura do irmão, o qual é apresentado como aquele que sonha com futuro de glórias, a menina é mostrada no poema como a figura racional, aquela que “abre os olhos” do menino ao afirmar que “Para ser grande, ser forte/Trabalhar muito é mister”²⁸. Ou seja, enquanto o menino está refletindo sobre seu futuro de glórias e vitórias, a “maninha” mostra a ele que o caminho deve ser trilhado por meio do estudo e que é na escola que ele aprende tudo o que é necessário, a escola é o início de um grande futuro, segundo os conselhos da irmã.

Dessa forma, o texto apresenta certa definição dos papéis sociais que exercem meninos e meninas na sociedade republicana. O caráter sócio histórico desses papéis pode ser identificado por meio dos discursos que se apresentam nas falas do menino – em que aponta o herói do futuro, aquele que sonha em ter grandes conquistas e que será lembrado na história

²⁸ Cf. A Escola, edição 58, p. 239

por meio de tais conquistas – e da menina – a qual é o lado racional da sociedade que mostra bons conselhos ao menino, apresentando-lhe o estudo e a escola como possibilidades de grandes futuros.

Outra característica presente nos discursos do texto é o fato de que o Joãozinho é denominado enquanto a menina apenas aparece sob a denominação de “maninha” a qual é caracterizada no poema como uma pessoa carinhosa, com sorriso encantador, doce e paciente em ouvir o irmão. Tais características da menina apontam para um discurso ideológico de que a menina é auxiliadora e cuidadora de Joãozinho que o coloca em um bom futuro ao direcioná-lo com um “bom conselho” de que ele deve ir à escola para ter glórias.

Texto “Allocução”²⁹ proferida pela professora normalista Josephina Joaquina Ribeiro

Este texto publicado em 1902 traz como autora a professora normalista da escola elementar do sexo feminino de Moju. Proferido a um público misto: o intendente da villa de Moju à época Sr. Diogo Henderson Junior, pais das alunas e para as alunas, o discurso da professora pode se enquadrar como um texto de opinião, uma vez que se caracteriza por apresentar determinados conceitos de forma a argumentar em acerca de um ponto de vista.

De início, notam-se marcas do *discurso dialógico* de Bakhtin a partir do reconhecimento dos interlocutores presentes na reunião no momento da formação discursiva do texto. De acordo com Bakhtin/Volochinov (2006), o sujeito e, conseqüentemente, sua formação discursiva, constitui-se a partir do encontro com o “outro”, sendo este imprescindível na construção do “eu”. Isto é, o discurso da professora levou em consideração seus interlocutores ali presentes e este fato pode ser comprovado já nas primeiras linhas:

Apezar de a instrução publica ter tido entre nós os seus cochilos, todavia não é isto motivo para desesperar do futuro.

Uma boa somma de vontade não falta aos poderes competentes para evocal-a da madorna em que jazia. Se culpa existe, ella cabe a todos nós.

Não ha ninguém, por mais ignorante que seja, que não reconheça a necessidade e a importância do ensino quer publico quer particular.³⁰

O caráter otimista e de não culpabilidade do governo pelas deficiências da escola elementar pode ter sido moldado a partir da presença do intendente do município de Moju Sr.

²⁹ Revista *A Escola*, edição 22, janeiro de 1902

³⁰ Cf. *A Escola*, n 22, (1902, p. 179)

Diogo Henderson que assistia à fala da professora. Todo discurso, segundo Bakhtin, é intencional; portanto, a fala da professora pode estar apontando para uma necessidade de melhorias do ensino de sua escola por mais que ela diga que o poder público apresenta “Uma boa somma de vontade” para a educação.

Ao se referir às alunas, que, pelas marcas linguístico-textuais, parecem ser o interlocutor-alvo da fala da professora, esta introduz conceitos sobre educação e instrução para chegar ao ponto de vista almejado em seu discurso por meio da intencionalidade de apontar qual o papel social que essas alunas irão exercer em seu futuro em sociedade: “Em todos os tempos e idades, ou homem ou a mulher, seja estudante ou mestra, não faz outra coisa senão aprender e ensinar, receber e irradiar a luz.” (idem)

Ou seja, a mulher, ora é estudante ora é mestra e seu papel no futuro será o ensino de seus filhos e/ou seus alunos caso sigam para a escola normal. Para corroborar sua tese, a professora volta-se a um discurso de certa forma lírico acerca do conceito de educação:

Educar é plantar no coração das crianças a semente que tem de produzir fructos sazonados e abundantes no perpassar da existência.

É incutir no animo dos adolescentes os princípios do bem, da verdade e da virtude, para ser-vir-lhes de pharol no meio social em que têm de viver.

É dirigir as faculdades physicas, intellectuaes e Moraes da mulher do futuro, de modo que conheça e pratique os deveres para comsigo, para com a sociedade e para com Deus, afim de que goze outros tantos direitos correlativos. (idem)

Em outras palavras, o papel que a mulher deve exercer no futuro é o de zeladora, educadora que deve olhar por todos desde crianças, adolescentes a outras mulheres para que possam perpassar a educação de geração para geração. Este discurso apresenta-se carregado de teor ideológico que aponta para a realidade sócio-histórica e cultural do papel a ser exercido pela mulher na sociedade republicana. Ao ser proferido às alunas da escola normal, este discurso intenciona-se a incutir nas meninas este futuro que as espera: o de boa mãe e boa esposa que seguirá o exemplo de suas mães e/ou professoras.

Sendo assim, tanto o texto “O ensino da costura e trabalhos domésticos nas escolas” quanto os textos “Bons Conselhos” e “Allocução” foram inseridos na categoria “Infância e Papéis Sociais” devido ao fato de demarcarem como meninos e, principalmente, meninas eram vistos socialmente. Nota-se, nos discursos presentes dos três textos, uma característica social que era idealizada tanto para meninos quanto para meninas sobre a qual podem ser evidenciados aspectos sócio históricos que apontam para uma sociedade patriarcal na qual a

menina deveria ser ensinada, desde cedo, a cuidar e proteger os meninos, futuros homens de glória.

Diante disso, é possível notar discursos que apontem para uma ideologia na qual as meninas serão futuras gestoras do lar, cuidadoras, auxiliadoras, mães que se dedicarão de forma carinhosa e doce aos seus maridos e filhos. Por outro lado, os meninos, futuros homens, são idealizados como pessoas que terão carreiras brilhantes sempre apoiados por suas esposas que tomarão conta da organização da vida e do lar. Para Rago (1997, p. 80), neste contexto,

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar [...]. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação. (RAGO, 1997, p. 80).

Desta forma, nota-se uma concepção de infância, nesta categoria, definida por meio dos papéis sociais que as crianças irão exercer no futuro: às meninas, é definido a concepção de que dever ser educadas para serem as mães do futuro, às que zelarão pela educação da sociedade, num futuro moderno, civilizado e ideal. Aos meninos, é definida uma concepção de infância do homem do futuro, aquele que terá grandes conquistas e apoiado pelas suas esposas.

Já a concepção de educação para a infância gira em torno desse ideal de sociedade moderna na definição de papéis em todas as esferas sociais nas quais se encontram as crianças. Os discursos ideológicos desses papéis sociais são propagados desde o seio familiar até o meio escolar e social como um todo. A criança, desde seu nascimento, escuta esses discursos de papéis sociais diferenciados entre meninos e meninas, o que provoca a reprodução de valores sociais passados de geração para geração.

O contexto sócio-histórico e cultural republicano reforça esses papéis sociais que devem exercer meninas e meninos em sua fase adulta por meio de discursos permeados de valores patriarcais, fato este comprovado nos 3 (três) textos aqui analisados. No contexto do Pará República, a *Belle Époque*, por meio da elite paraense e da ilustre figura do intendente

Antônio Lemos³¹, ditava valores morais que deveriam ser repassados às crianças e tais valores podem ser ratificados e visualizados nos discursos em questão.

4.2. Discursos para a *Infância, patriotismo e formação cidadã* materializados nos textos “A Pátria” (1904), “Idea”(1902)

O período republicano tem como característica o sentimento de amor à pátria exacerbado no contexto social que se estende a todas as esferas – educacional, social e familiar. É nesse campo sócio histórico que se encontram textos da revista *A Escola* os quais marcam este sentimento como temática nos discursos voltados à infância e à educação para a criança.

Poema A Pátria³², de Virgílio Cardoso

O poema “A Pátria”, de autoria de Virgílio Cardoso, aponta como este sentimento de amor à nação é marcado desde a mais tenra idade. Configurando-se como uma poesia infantil destinada aos alunos da escola municipal, este poema faz uma breve narrativa, cujo interlocutor é um menino, de uma volta da escola entre um filho e um pai. Nesta, o pai anuncia ao menino a visão de um batalhão de soldados marchando e sendo liderados por um comandante.

Já nos primeiros versos, nota-se a representatividade deste sentimento de amor à pátria ligada ao desfile dos soldados e à bandeira nacional. Ou seja, estes versos promovem um *discurso ideológico* que aponta esta pátria sendo representada pelo militarismo a partir da visão que ambos têm do desfile e como este é descrito pelo pai:

Falou-me o papae: – “Meu filho,
Pára um momento...inda bem:
Tu não vês aquelle brilho
Dos sabres que vêm além?
Não vês aquella bandeira
Auri-verde, tremulante,
Soldados em marcha inteira,
Tendo á frente o commandante?”³³

³¹ Antônio José de Lemos foi intendente de Belém entre os anos de 1897 a 1911. É conhecido como o “maior administrador municipal dos últimos tempos”, tendo iniciado um processo de modernização e higienização da cidade de Belém no início do século XX, em pleno ciclo da borracha.

³² Revista A Escola, edição 52, julho de 1904

Esta fala do pai marca um *discurso dialógico*, indicado por marcas linguísticas tais como “Pára um momento...”, “aquelle brilho” além do discurso direto indicado pelo travessão que remetem ao diálogo entre pai e filho. Nestas, identifica-se o sentimento de amor à pátria de ambos relacionado àquela visão de soldados marchando. Ao responder para o pai que via a marcha, o filho diz: “ – Sim –, respondi com emoção”, o que retrata que a visão da marcha causava-lhe amor, emoção, sentimentos de nacionalidade passados de geração em geração.

Com a intensificação das atividades escolares de cunho militar, os meninos recebiam treinamentos militares e faziam celebrações cívicas representadas por marchas tais como a descrita no texto. Souza (2000) afirma que, no período da primeira república, era comum a formação de batalhões infantis que se assemelhavam a soldados e marchavam nessas celebrações, provocando “o encantamento [...] na sociedade da época ao oferecerem a representação de um corpo unido e harmônico, como deveria ser a pátria e a ordem. Ao desfilarem pelas ruas da cidade, manifestavam todo o sentido simbólico da escola no meio social.” (p.108)

Neste contexto, a ideologia presente na descrição do batalhão feita pelo menino aponta justamente para isso: um discurso carregado de emoção e sentimentalismo presentes na fala do menino com seu pai. Ao narrar o trajeto da marcha, o menino-narrador é marcado como sujeito que se configura em um meio patriótico e de ideologia militar tal como ratifica a fala de Souza (2000).

Nos versos seguintes, a exaltação deste sentimento continua em expressões como “A Pátria amada...” , “Viva a Pátria Brasileira!” as quais são proferidas durante o diálogo entre pai e filho visualizando o desfile. A relação dialógica de ambos aponta para os aspectos ideológicos pregados na sociedade da época. Considerando seu contexto histórico de início de século XX, o Brasil republicano lançou as expressões “Ordem e Progresso” em sua bandeira que foi considerada símbolo e lema do patriotismo nacional. Esta expressão provém do positivismo de Augusto Comte que pregava a ideologia de que uma sociedade só poderia avançar por meio da ciência, a qual, posteriormente, será representada pela valorização da escola.

Diante disso, a marcha dos soldados presenciada entre pai e filho serve como pano de fundo para as reflexões sobre esse patriotismo que o pai tenta apresentar ao filho como

³³ Cf. A Escola, n 52, julho de 1904

“herança” nacional, dado este que aponta a influência do Positivismo de Augusto Comte³⁴. Tais reflexões também remetem ao discurso patriótico, moral e sentimental do pai a seu filho a partir do momento em que ambos compartilham do sentimentalismo trazido por meio da exibição dos soldados: “Meus olhos também choravam/Senti o sangue esquentar-se/E meus lábios murmuravam/Querendo a custo expressar-se”.³⁵

Quanto à intencionalidade do texto, é de suma importância considerar, de acordo com as categorias bakhtinianas, seu interlocutor: apesar de ser um diálogo de pai e filho, o texto fora escrito para servir de material didático às crianças da escola municipal. Diante disso, nota-se aqui que a escola tinha o papel de fomentar o patriotismo e o amor à bandeira nas crianças, visto que a narrativa sendo feita por meio de uma criança no texto remete à ideia de que este sentimento também provém da infância e é repassado de pai para filho.

Portanto, a intencionalidade do texto é ratificada por meio de sua finalidade pedagógica a partir de seu uso como material didático, fato este ratificado pelo autor Virgílio Cardoso ao afirmar que este é um poema dedicado à “mocidade escolar, especialmente escripta para ser recitada na escola municipal Onze de Julho”.³⁶

Texto *Idea*³⁷, de P.N

O texto de opinião *Idea*, cuja autoria não se pode reconhecer, apresenta como tese a importância das festas escolares para inculcar nas crianças o amor à pátria. Para tanto, o autor argumenta que a escola moderna, em comparação à escola antiga que se configurava como violenta e bárbara, tinha o dever de entusiasmar as crianças, valorizando o amor à pátria e que as festas escolares apresentam-se como um evento de grande importância para se atingir a essa finalidade.

Ao lembrar da escola antiga, o texto afirma que esta possuía métodos considerados retrógrados e que o mestre era visto como o “carrasco inflexível” cuja função era punir as crianças que não respondiam corretamente à sabatina de perguntas. Sendo assim, ao fazer

³⁴ O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Augusto Comte e John Stuart Mill. Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX, período em que chegou ao Brasil. No Brasil, os positivistas participaram do movimento pela Proclamação da República no ano de 1889 e na Constituição de 1891, por isso, a bandeira brasileira acabou expressando o lema “Ordem e Progresso” extraído da fórmula máxima do Positivismo: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”. Disponível em <https://www.estudopratico.com.br/positivismo-conceito-e-resumo-de-suas-caracteristicas/>

³⁵ Cf. A Escola, n 52, 1904, p. 130

³⁶ Trecho extraído do subtítulo do poema “A Pátria” Cf. A Escola, n 52, 1904, p. 128

³⁷ Revista A Escola, edição 25, de abril de 1902

referencia à atual e moderna escola, o texto exalta a mudança primeiramente na figura do mestre que passa a ser o amigo que repreende e aconselha as crianças. Neste ponto, inicia uma argumentação com uso de adjetivos que inflamam a importância da educação cívica nas escolas para

despertar na criança o amor a pátria, inflamar-lhe o espírito juvenil com as múltiplas manifestações que o formam, procurando para este fim a leitura amena, simples, entusiasta, capaz de ser compreendida por todos, e outros elementos pedagógicos de não menor valor, tal é a tarefa a que os pedagógicos prestam uma grande atenção. (P.N, 1902, p. 10)

Sendo assim, a escola e conseqüentemente os professores tinham como árdua tarefa de levar ao coração dos alunos, por meio da educação cívica, o amor à pátria. O uso desses adjetivos indicam a categoria bakhtiniana conhecida como *discurso com sentido e significado*, uma vez que o uso de “amena”, “simples” e “entusiasta” além de outros estão carregados de significados que levam o leitor a ver a educação cívica como festiva e necessária para as crianças. Estas e outras palavras estão empregadas do decorrer do texto com a intenção discursiva que vai além de seu sentido denotativo, ou seja, para fundamentar a argumentação da necessidade da educação cívica para as crianças, o autor emprega adjetivos no sentido de enaltecer esta educação a ponto de fazer o leitor adotar o argumento de “pátria amada”. Estas palavras fomentam como o sentimento de amor à pátria era compreendido e repassado às crianças. Diante disso, Bakhtin (2006, p. 100) salienta que

Todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um texto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções.

Ou seja, a palavra, partindo desta perspectiva bakhtiniana, assume uma dimensão que caracteriza o contexto social vivido no período republicano: o afloramento do patriotismo que deveria ser ensinado nas escolas.

Para fundamentar ainda mais sua tese, o autor se utiliza de sua memória, retornando ao passado nos tempos em que era criança e afirma que, “na sua época”, a escola não apresentava festividades que trouxessem alegria às crianças. É exemplificado que, após um período, com a mudança de escola, foram iniciadas algumas comemorações patrióticas e que estas ficaram na memória do autor e de todas as crianças que ali se encontravam presentes.

Este recurso argumentativo aponta para um *discurso ideológico* acerca da modernidade na escola que se configura pela inserção da educação cívica nos currículos escolares. Ou seja, no passado, retrógrado, violento em que as crianças detestavam ir à escola, a escola era a instituição cujas características representavam uma sociedade atrasada, primitiva e ultrapassada. Com a “nova sociedade”, a escola ganhou ares mais modernos a partir do momento em que se inculuiu em seus alunos o amor à pátria por meio de festividades cívicas que levam “felicidades” às crianças.

Assim como na temática “Infância e papéis sociais”, nesta temática “Infância, patriotismo e formação cidadã”, a concepção de infância começa com o pensar da criança como futuro da nação. Desta forma, a infância precisava ser investida e um dos investimentos que a república – neste caso específico o Pará república – aponta é o desenvolvimento da educação cívica para o inculuir nos alunos o amor à pátria.

Tanto o poema quanto o texto de opinião aqui apresentados apontam para esse despertar do sentimento de amor à Pátria na criança; porém por meio de perspectivas diferentes. No poema, visualiza-se o demonstrar do sentimento a partir de uma relação familiar – pai e filho – em que ambos compartilham a emoção de sentir, demonstrando, por meio do *discurso dialógico*, o amor que emana a partir daquela cena.

Já o texto de opinião aponta uma autoria diferente a qual reforça a importância da educação cívica nas escolas, argumentando o quão é importante este tipo de disciplina no contexto escolar. Diante disso, nota-se aqui a concepção de educação para a infância idealizada no contexto republicano de início do século XX, visto que o autor do texto *Idea* apresenta argumentos que também remetem ao ideal de educação para a infância por meio da inserção de atividades cívicas tais como festividades e marchas, por exemplo.

Desta forma, nota-se, por meio dos discursos ideológicos voltados à educação cívica, estas concepções bastante demarcadas e presentes nos textos analisados com a temática *Infância, patriotismo e formação cidadã* a qual está presente, em outros textos da revista *A Escola* também associada à outros pilares da sociedade à época que são a família e a educação.

4.3. Discursos para a Infância e Família materializados nos textos “Conselhos às mães” (1904) e “Educação e Instrução” (1900) e “Educação”(1904)

Nos textos *Conselho às mães*, *Educação e Instrução* e *Educação*, presentes na Revista “A Escola”, percebem-se características discursivas que marcam alguns aspectos

ideológicos e culturais presentes no início do século XX, no que diz respeito aos discursos sobre a infância, à criança e aos cuidados e à educação desta pelas mães, revelando importantes questões sobre a forma de se conceber tais categorias no referido contexto histórico.

Texto *Conselho às mães*³⁸, de Claudia de Campos

O texto *Conselho às mães*, de Claudia de Campos, apresenta como subtítulo a expressão “Educação das Crianças”; antecipando, de certa forma, a leitura que está por vir. Ao iniciar a leitura do texto, nota-se que este é destinado exclusivamente às mães das crianças e à importância que o discurso materno tem na formação infantil. O título também sugere esse destinatário mesmo que, depois da leitura, não se reconheça um “conselho” direto: o que se nota durante todo o texto são acusações de responsabilidade da mãe na formação negativa das crianças.

A autora descreve como a repreensão materna pode interferir na formação dos “inocentinhos”, trazendo-lhes prejuízos para sua mente ainda ingênua com relação a alguns aspectos sociais. Segundo o texto, a mãe impõe a maldade às crianças ao repreendê-las, uma vez que suas palavras podem surtir negatividade:

– A menina mentiu: fez isso por maldade; é uma teimosa, não tem vergonha nenhuma etc.

Quantos defeitos tem já a pobre criança! Impostura, ruindade, obstinação, desvergonhamento! O que ahi vae! Por este caminhar, dentro de poucos annos deve ser um monstro.” (CAMPOS, 1904, p. 34)

O trecho acima inicia com uma suposta fala da mãe, afirmando que a filha “...mentiu: fez isso por maldade...”. Ao escutar tal fala, a “pobre criança” pode se tornar um “monstro” ao ouvir repetidamente esse discurso da mãe, que a trata como “mentirosa”. O argumento utilizado durante todo o texto é o de que, ao ouvir tal discurso materno, a criança vai se transformar naquilo que a mãe a chama. Ou seja, ao denominar a menina como mentirosa, segundo a autora, a criança no futuro transformar-se-á em mentirosa de tanto ouvir esse discurso proferido pela mãe.

Partindo-se desse pressuposto, nota-se um discurso voltado à culpabilidade da mãe na educação das crianças. Isto é, a repreensão, o discurso da mãe vai formar a personalidade da criança, vista, a partir da modernidade, como um ser inocente e sem maldade. Observa-se em todo o texto essa relação de causa e consequência: por proferir um discurso acusativo na

criança, esta perderá sua inocência e pureza, transformando-se num ser humano maldoso, preguiçoso, dependendo do que a mãe o acusará em sua repreensão.

Diante disso, alguns aspectos ideológicos podem ser identificados no discurso do texto. Dentre eles, a omissão dos homens na educação das crianças, caracterizando um *ethos* social de intensa exigência nas mães quanto à formação – consequentemente educação – da criança no aspecto do lar. O texto aqui analisado não faz menção à figura paterna, não se vê um olhar de responsabilidade para a figura masculina. O discurso proferido no texto “Conselho às mães”, desde título e subtítulo, já aponta a quem se destina tal responsabilidade.

O Brasil república, por meio de discursos de manutenção e valorização da família, apontava a mãe como o pilar de base para uma família feliz e civilizada apesar de manter o pai como a principal autoridade do lar. Isto é, a criança, dentro de uma estrutura familiar idealizada no período republicano, deparava-se com a figura materna gerindo o lar, auxiliando o pai em sua ascensão social, considerando-se uma família burguesa ou proletariada. D’Incao (2004) ratifica tal afirmação ao dizer que

Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família “burguesa e higienizada”. Os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser muito valorizados nessa época, ganha força a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob influência de amas, negras ou “estranhos”, “moleques” da rua.

Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu eleva do nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o *status* do grupo familiar mais e mais para cima. (2004, p. 229)

Em outras palavras, a família republicana, de acordo com a ideologia marcada da época, necessitava da mãe como provedora da educação familiar, tendo em vista a manutenção da moral e dos bons costumes. Ao aconselhar as mães, o texto 4 aponta para este ideário da mãe como a principal responsável pela educação dos filhos – em especial as filhas – dentro do lar.

Além disso, ressalta-se também a figura da menina, a qual deve ser criada como a futura dona do lar, a futura mãe que também terá a responsabilidade na formação de seus futuros filhos, o que reforça aqui a importância no tratamento das mães com as crianças, já que se compreende que estes discursos “negativos” passarão de geração em geração.

Diante desse contexto, são colocados dois exemplos de meninas e a forma como elas tratam suas “bonecas”:

Quem attentar bem nas brincadeiras de qualquer criança reconhece logo o systema de educação que a dirige. Tenho visto meninas que a brincar maltratam as bonecas, aplicando-lhes frequentes castigos, ralhando constantemente com ellas, batendo lhes sem dó. Outras então cobrem poeticamente de affagos a insensível figurinha com que se entretêm, dando-lhe brandamente conselhos, ensinado-lhe a resar, admoestando-a sem nunca, empregar palavras grosseiras nem aggressivas.³⁹

Nos exemplos apontados acima, notam-se dois tipos de postura: a primeira é a de uma criança agressiva, raivosa que “maltrata a boneca” com a qual brinca; já a segunda criança é cheia de carinhos à sua boneca. O discurso por trás destes exemplos refere-se à ideia de que a educação que estas meninas têm em casa pode ser visualizada no trato que elas têm com suas bonecas. Neste ponto, observa-se a polifonia defendida por Bakhtin, uma vez que o trato com as bonecas reconhece um provável discurso proferido pela mãe em casa. Ao apresentar a multiplicidade de vozes no discurso, Bakhtin reconhece que nenhum discurso é inédito, mas representações de outros discursos, o que é feito pelas meninas quando brincam com suas bonecas.

Este pressuposto da teoria de Bakhtin se apresenta no próprio discurso ao final do texto, uma vez que a autora defende a ideia de que o tratamento diferente das meninas com suas bonecas provém de uma “Mera inclinação Natural” (idem). Em outras palavras, os discursos reproduzidos em casa, pela mãe, são absorvidos pela menina, o que acarretará em outros discursos que esta menina proferirá na vida adulta.

Por fim, tais discursos reconhecem o contexto histórico da época, tal como postulava Bakhtin, ao afirmar que os discursos, apesar serem únicos, sofriam influências de seu contexto histórico. Apontar a criança como ingênua, inocente, frágil era característica do discurso para a criança na modernidade do início do século XX. Como o texto aqui analisado provém de uma revista destinada à Educação das crianças, sua finalidade é tentar apresentar como a educação do lar – representada na figura da mãe – também contribui para que essa educação seja de excelência, o que provavelmente justifica o título, que tende a aconselhar às mães em influenciar os filhos de forma sempre positiva, rechaçando discursos e posturas negativas que poderiam trazer à criança – em especial à menina – uma educação permeada de acusações e modelos ruins para a formação do futuro adulto.

Texto “Educação e Instrução”⁴⁰, de Octavio Pires

³⁹ ibidem

⁴⁰ Revista A Escola, edição 07, outubro de 1900.

O texto intitulado “Educação e Instrução” foi publicado em Outubro do ano de 1900. Este texto, em seu momento inicial, apresenta a finalidade de diferenciar, na teoria, os conceitos de “Educação” e “Instrução”. Segundo seu autor, muitos pais adotam o termo como se fossem sinônimos, o que é refutado logo na sua introdução:

Não é raro dizerem chefes de família: - desejo dar boa educação a meu filho, e por isso vou manda-lo ao colégio. Exprimem-se assim, não sabemos se por ignorância ou por não quererem cumprir os seus deveres: o certo é que a juventude é quem sofre as funestas consequencias dessa desidia ignorancia.⁴¹

Assim, o texto segue, em sua linha de raciocínio, a diferenciar estes dois conceitos no sentido de afirmar que a Escola não pode ser responsabilizada pela Educação, uma vez que esta deve vir do seio familiar, do convívio e das regras familiares impostas pelos pais. No entanto, o texto ressalta que a maior responsabilidade pela criação e, conseqüentemente, formação da criança enquanto cidadã pertence principalmente ao papel materno:

E de toda essa pequena sociedade que se chama família, é a mãe a quem cumpre mais directamente a educação dos filhos. E’ a ella, essa creatura transitória entre o homem e o anjo, cujo coração é um abysmo de amor, de solicitude, de graça, de ventura, e de encanto, a quem lhe está confiada a regeneração da sociedade.⁴²

Em outras palavras, assim como no texto “Conselho às mães”, o texto “Educação e Instrução” traz a parcela maior da responsabilidade na Educação das crianças para a mãe, que tem por função formar o futuro e respeitoso cidadão. Para o texto, é o zelo materno o principal fator que corrobora para a formação da criança. Sendo assim, é de fundamental importância que a educação desta mulher, ainda menina, seja para o cuidado do lar, já que ela promove o papel de formação dos pequenos cidadãos:

para que ella [a mulher] possa cumprir a sublime missão que lhe está confiada, é mister que tenha o necessario preparo mental e intelectual. Eduque-se a mulher e não deixem que a fatuidade a tome no berço nem a doutrinem na arte de agradar pelo physico, dando-lh’a escassa instrução, inspirando-lh’a a perigosa paixão pelo luxo (idem)

No excerto acima, nota-se uma preocupação em manter as mulheres em formação distantes do “luxo”. É necessário que estas meninas, futuras mulheres, mantenham-se na linha da educação para se portarem como futuras donas do lar, responsáveis pela educação que as

⁴¹ Cf. A Escola, n 07, 1900, p. 27

⁴² Cf. idem

crianças devem receber em casa. Diante disso, nota-se uma necessidade em manter, por meio das gerações, o papel social da mulher como principais detentoras da Educação do lar para as crianças que têm nas mães a principal referência educacional, moral, ética e de todos os valores sociais os quais ela possa ensinar aos filhos. Considerando a palavra como fenômeno ideológico por excelência, Bakhtin (2006) manifesta seu posicionamento a respeito da manifestação ideológica:

Isso pode ser representado por meio das palavras aferidas no trecho acima em que aponta a mulher como representante na criação dos filhos. Estes aspectos ideológicos identificados no texto reafirmam a cultura dos papéis sociais à época e como tais papéis são bem marcados dentro do seio familiar. Assim, a criança crescia em um lar cujas referências materna e paterna eram definidas socialmente e cotidianamente.

Texto *Educação*⁴³, de Bertoldo Nunes⁴⁴

Neste texto de opinião, o autor disserta sobre a falta de educação doméstica que está ocorrendo com crianças, do início do século XX, em idade escolar. Ao tratar sobre educação doméstica, o autor faz alusão aos preceitos morais e educacionais que, segundo ele, devem ser ensinados de pais para filhos no contexto familiar.

O texto defende a opinião de que a falta de educação dentro de casa leva o aluno indisciplinado para a sala de aula, o que causa transtorno para com o professor e as demais crianças dentro da escola. Neste ponto, é discutida a falta de postura que os pais – em especial a mãe – têm com seus filhos, uma vez que muitos desses pais se deixam levar pelo mau comportamento dos filhos, não impondo limites a eles e “jogando” essa responsabilidade para a escola e principalmente para o professor que, segundo a argumentação, não pode ter uma autoridade maior do que aquela repassada em casa.

O texto alerta ainda para consequências desastrosas que o futuro reserva às crianças criadas em lares cuja autoridade do chefe de família – o pai – não é integral. A argumentação se fundamenta na alegação de exemplos de crianças que, na mais tenra idade, comportam-se como adultos, intrometendo-se nos assuntos que não lhes dizem respeito além de adotar

⁴³ Revista A Escola, edição 50, abril de 1904

⁴⁴ Bertoldo Nunes foi educador paraense, natural da cidade de Vigia e lutou pela implementação do ensino primário público e gratuito em sua cidade natal, fato este que culminou na implantação de uma escolar primária e um externato no início do século XX. Além disso, contribuía, por meio da publicação de artigos críticos e literários, com vários jornais de grande circulação da época.

posturas como fumar, dar opiniões etc.; tudo em decorrência da falta de limites que os pais adotam para com seus filhos em casa.

Diante destas informações textuais, é necessário reconhecer alguns elementos que apontam o direcionamento discursivo defendido pelo autor. Para Bakhtin/Volochinov (2006), o enunciado é a unidade da comunicação discursiva, determinado “antes de tudo pela situação social mais imediata”(BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 116). Desta forma, para a compreensão do *discurso ideológico* do texto de Bertoldo Nunes, é importante detectar a situação sócio-histórica e cultural presente, além dos participantes da comunicação no momento da escrita deste texto. Primeiramente, Bertoldo Nunes era educador e era bastante atuante pelas causas da educação. Dado este fato, nota-se um *discurso ideológico* que parece apontar para uma defesa ao professor e ao fato de este não ter autoridade suficiente para a criação de uma criança, no sentido moral:

A criança não deve ir, pois, receber na escola os primeiros germens da educação; a criança deve levar de casa os princípios educativos, já inoculados em seu espírito infantil pela auctoridade soberana do chefe da família e, muito mais ainda, da mãe de família. Tudo o que não for isto, é um baralhamento dos poderes outorgados entre paes e mestres.⁴⁵

A autoridade do pai, como apontado no trecho acima, é sempre questionada afim de apoiar o ponto de vista defendido pelo autor. Cabe salientar que, para Bakhtin, o dialogismo consiste no fundamento da linguagem, ou seja, na relação com o outro. Portanto, o uso de sinais de exclamação e interrogação parte da prerrogativa de manter um diálogo com o outro: “Paes mal-avisados! Que fim déstes da vossa autoridade?”(idem).

Neste sentido, as possíveis opiniões contrárias à tese defendida no texto tenderiam a ser derrubadas pelo uso destes sinais de pontuação, visto que o tom utilizado nas exclamativas denota descrédito “Triste Ilusão!” ou ironia “Paes mal-avisados!”. Já as interrogativas podem representar uma reiteração da argumentação sustentada ao prever as possíveis respostas dos leitores.

A revista tinha como público-leitor o professorado primário. Diante disso, o discurso em defesa do papel educacional de pais, no seio familiar, e de mestres, no seio escolar, é bastante delimitado, visto que Bertoldo Nunes utiliza termos enfáticos que comprovam o discurso na defesa desses papéis: “Não; a auctoridade do professor não pode substituir de modo algum a auctoridade dos paes”(idem). A marca linguístico-textual “de modo algum”,

⁴⁵ Cf. A Escola, edição 50, p. 38

por exemplo, serve para demarcar que tanto família quanto escola participam do processo educacional da criança; no entanto, cada um dos setores da sociedade apresenta sua parcela de responsabilidade na educação destas crianças, não podendo o professor assumir tal papel que deveria ser dos pais.

Mantendo uma linha argumentativa em prol da escola e dos professores, ao se referir à criança, o autor ressalta que, se não forem demarcadas as funções da família e da escola, ela será a mais penalizada neste baralhamento de funções educacionais. Isso poderá desnorteá-la: “E quem com isto sofre é unicamente a pobre criança, cujo espírito fluctua ao acaso, sem norte e sem bussola”(idem). Este ponto reforça um *discurso ideológico*, empregado em todo o texto, acerca da figura da criança que é vista como o ser frágil que sofre com a falta de pulso dos pais que não a guiam.

Desse modo, são percebidas estratégias de argumentação que levam em consideração o *outro* em sua relação com o autor que fundamenta seu ponto de vista tentando colocar a criança como o ser que precisa de limites para que cresça um adulto saudável. A defesa deste ponto de vista perpassa os sujeitos participantes desta interação além do reconhecimento da situação histórico-social do início do século XX em que a educação está posta em evidência. No entanto, neste, e em outros textos publicados nas edições da revista *A Escola*, nota-se uma necessidade de convencer a sociedade do importante papel que a família tem para a educação da criança e que este papel deve ser exercido por meio do trabalho coletivo entre as instituições que abraçam a criança neste período republicano de grandes transformações: a família e a escola.

A infância retratada nos enunciados dos textos *Conselho às mães*, *Educação e Instrução* e *Educação* vai ao encontro da concepção de infância dos finais do século XIX e início do XX, como uma fase na qual o caráter deveria ser formado; pois, como bem afirma Rizzini (2011, p. 264), a infância era percebida como valioso patrimônio da nação, um ser em formação que “tanto pode ser transformado em ‘homem de bem’ (elemento útil para o progresso da nação) ou num ‘degenerado’ (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos)”. Nessa direção, cuidar, instruir e educar de modo eficiente seria uma tarefa indispensável para se formar um cidadão de bem aos moldes do socialmente aceito para os homens e para as mulheres.

Nos textos, fica evidente que as orientações educacionais e de cuidados são direcionadas, sobretudo, para as mães, evidenciando o *discurso ideológico* que perpassava pela imagem da mulher/mãe como a única responsável pelo cuidar e educar as crianças. Isto

aponta para uma concepção de educação para a infância no seio familiar em que a mãe deveria aceitar este papel como uma verdadeira e digna missão, pois “tudo que ela [a mulher] tem que fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” (RAGO, 1997, p. 75). Por outro lado, cabia aos homens exercer atividades/profissões fora do ambiente doméstico, o que explicita o papel a ser ocupado pela mulher na sociedade: boa mãe, esposa e dona de casa.

Convém ressaltar que a responsabilização das mães pelo cuidar está veiculado aos discursos cientificistas das primeiras décadas do século XX, pois muitos médicos e filantropos, os “homens de ciências”, produziram conhecimentos de como se deveria cuidar e educar as crianças, que deveriam ser seguidos corretamente pelas mulheres, que por serem as “donas do lar” foram responsabilizadas a zelarem pelos filhos (MARTINS, 2004), que não eram somente pertencentes às famílias, mas sim ao Estado, tendo em vista que a infância era vista como a “semente do futuro”, logo precisava ser bem tratada para se tornar um “produto” bom para a sociedade.

4.4. Discursos para a Infância e Escola materializados nos textos “A Escola Primária” (1900) e “A Escola” (1904)

Texto “A escola primária”⁴⁶, de Vilhena Alves⁴⁷

O texto “A escola primária” encaixa-se no gênero “texto de opinião” e direciona seu discurso a uma reflexão acerca do método de ensino como fator fundamental para o aprendizado de crianças. Sua reflexão é voltada ao ensino na escola primária o qual, segundo o autor, deve primar pelo limite de matérias do ensino para que a criança não fique sobrecarregada pelo excesso de conteúdos promovido por um currículo com uma grade extensa de disciplinas.

Sua fundamentação na defesa deste ponto de vista pauta-se na argumentação de que o acúmulo de matérias da educação escolar provoca um desgaste mental na criança que pode

⁴⁶ Revista A Escola, edição 08, novembro de 1900.

⁴⁷ Vilhena Alves foi professor de turmas de sexo masculino durante a primeira república do Pará. Escrevia textos sobre educação e instrução neste período, sendo um dos principais redatores da revista *A Escola* em todos seus anos de publicação. Escreveu poemas, notícias e, principalmente, textos de opinião.

produzir pouca compreensão daquilo que estuda. Além disso, o texto apresenta a tese de que, ao ser apresentado a um currículo de muitas matérias, o aluno se confunde com os conteúdos, o que o mantém no mundo da “escuridão”, das “trevas” da ignorância.

Esta associação metafórica remete a um *discurso polifônico* que perpassa boa parte da argumentação textual. Ao fazer referência às “trevas” como sinônimo de “falta de conhecimento”, o autor retoma metáfora iluministas do século XVIII em que “as luzes” representavam o conhecimento, a educação, a iluminação da vida; já “as trevas” retomam a ideia paradoxal com relação ao primeiro termo em que e significam “ausência de conhecimento”, “ignorância”, aquele que não encontrou a razão.

A escrita do texto de Vilhena Alves remete a discursos voltados a uma educação de qualidade pensada para as crianças do período republicano. É importante aqui ressaltar que o autor, além de ser o principal redator dos textos da revista *A Escola*, era também professor normalista; portanto, muitos de seus textos traziam discursos em prol de uma educação de qualidade. Cabe salientar que a escola foi vista, na primeira república, como uma instituição que iria servir de porta de entrada para o progresso, para uma nação que está se desenvolvendo. Os discursos manifestados para a infância no texto apontam para esse ideário pensado para a criança.

Para valer-se de sua argumentação, Vilhena Alves dialoga com um sermão do padre Antonio Vieira, utilizando-se do discurso direto deste, comprovando o *caráter dialógico* de seu texto:

O mesmo padre Antonio Vieira já afirmou, em um dos seus sermões, que aquelle que vê as cousas indistinctamente é peor cego do que fosse completamente cego.

E cita, para comprovar o seguinte passo da Escripura: “Trouxeram um cego a Christo para que o curasse: poz-lhe o Senhor as mãos nos olhos, e perguntou-lhe se via? Respondeu: que via andar os homens como árvores”⁴⁸

Sendo assim, mais uma vez o texto recorre a polifonia no diálogo com outras vozes para fundamentar sua argumentação de que o melhor método de ensino é aquele em que o aluno consegue aprender determinados conteúdos específicos do que ser lotado de vários conteúdos que não o fazem aprender, mas confundir-se. Faraco (2009) entende a polifonia como a ânsia do mundo “no qual a multiplicidade de vozes plenevalentes e de consciências independentes e

⁴⁸ Cf. *A Escola*, n 58, 1905, p. 118

não fundíveis tem direito de cidadania – vozes e consciências que circulam e interagem num diálogo infinito” (p. 77).

Desta forma, o discurso de Vilhena Alves, ao fazer referência aos textos de padre Antônio Vieira dialoga com ele para fundamentar sua argumentação, apontando características ideológicas que visam a uma escola que tem educação de qualidade ao elaborar currículos pensados nas crianças de modo a não a sobrecarregá-las com excesso de conteúdos.

Texto 7 “A Escola”⁴⁹ de Augusto Pinheiro

O texto “A escola”, Augusto Pinheiro⁵⁰ apresenta conceitos acerca dos componentes da escola e conseqüentemente da educação. Para ele, o ensino se dá a partir do mestre, do discípulo e da disciplina. Sendo assim, são conceituados esses componentes escolares de forma a refletir sobre o papel desses sujeitos e da disciplina que deve existir no ambiente escolar. Além disso, faz considerações acerca da educação que provém do seio familiar e da instrução que é papel da escola.

Apresentando-se em duas partes, o texto inicia seu discurso argumentando o papel social que a escola tem ao ir de encontro ao regresso da sociedade, “livrando” a criança da ignorância que ela poderia vir a ter caso não tenha um aprendizado escolar. Neste ponto, o texto faz um paradoxo ao afirmar que aqueles que frequentam a escola, tornam-se artistas, médicos, advogados etc.; já aqueles que não frequentam estão fadados ao fracasso em sua futura vida social, pois tornar-se-ão “vagabundos”, “devassos”, “desordeiros” etc., prejudicando a sociedade, tornando-se um fardo social, o que aponta para um discurso de que a escola é o meio para se ter um futuro cidadão “de bem”.

Ao referir-se aos mestres, o texto prega um discurso de valorização da categoria no qual os mestres são tidos como

os verdadeiros sacerdotes do ensino que têm a enorme responsabilidade de preparar o futuro de uma classe numerosa chamada infância[...] São eles os distribuidores d’esse pão espiritual, chamado instrução, que todos os dias se prepara nesse grandioso centro de civilização chamado escola.⁵¹

⁴⁹ Revista A Escola, edição 56, novembro de 1904

⁵⁰ Diretor da Instrução Pública no Pará no final do século XIX. Foi redator de muitos textos sobre instrução pública na revista A Escola.

⁵¹ Cf. A Escola, n 56, 1904, p. 176.

Isto é, aos mestres é acentuada a responsabilidade na preparação das crianças para o futuro de sua vida em sociedade. Neste discurso, nota-se que a escola é vista como uma instituição preparatória para essa vida social e é nas mãos dos mestres que esta futura e brilhante formação ocorrerá. O discurso ressalta ainda que essa preparação das crianças ocorre devido à dedicação e à perseverança dos mestres que carregam “a enorme cruz do ensino”, trabalhando com vigor apesar das adversidades.

Entretanto, o texto responsabiliza também os pais na formação social dos filhos, uma vez que apresenta conceitos diferenciados entre educação e instrução; aquela é de responsabilidade da família enquanto esta é de responsabilidade da escola. Sendo assim, a função dos mestres, segundo o texto, não é a de educar, mas de aperfeiçoar a educação que provém do seio familiar.

Ao se referir às crianças, nota-se um discurso que faz referência à teoria dialógica de Bakhtin, uma vez que é ressaltado o papel que o aluno exerce na escola para que a instrução dada a ele funcione de forma positiva. Bakhtin (2006) compreende que a formação discursiva de um determinado locutor se dá por meio da compreensão do *outro* que participa ativamente da comunicação por meio da interação verbal. Dito isto, o fato de o discurso do texto defender a relevância da postura do aluno – sendo ela positiva ou negativa – na interação escolar, ratifica uma visão dialógica da relação do mestre e do aluno na escola, uma vez que este participa de forma ativa de sua formação escolar por meio da relação dialógica.

Diante disso, nota-se um discurso também de valorização da criança no ambiente escolar, sendo vista como atuante dentro do processo de ensino aprendizagem a partir de apontamentos ideológicos que direcionam para um movimento de trocas no processo educacional. Segundo o texto, a escola e o mestre precisam de alunos comprometidos com o ensino e com suas obrigações dentro do ambiente escolar, tais como: respeito aos demais colegas, à ordem, aos bons costumes etc.

Seguindo esta linha discursiva, o texto apresenta o argumento de que a *disciplina* corresponde à “sentinela avançada da ordem” e é o pilar de uma educação, pois representa a origem da ordem escolar e deve fazer parte da escola para que haja uma aprendizagem de forma efetiva. Sendo assim:

É ella a base do edificio social e deve ser encarada com o cuidado e o interesse preciso, sem o que, tudo será inútil e improficuo. Se o indivíduo precisa illustrar-se, sendo para isso mister seguir um programma qualquer traçado, não deve prescindir da disciplina a que forçosamente deve sujeitar-

se, porque ella é o composto de preceitos que fundam-se na razão, estabelecendo a norma de conducta para todos os passos.⁵²

Apesar de mestre e aluno serem sujeitos da instrução escolar, o discurso defendido no texto afirma que, sem o rigor da disciplina na escola, o sistema educacional tende a falhar. Portanto, a educação escolar necessita desse tripé para que ela funcione conforme sua proposta e para que ela forme cidadãos conscientes e ativos socialmente.

Sendo assim, concebem-se aspectos sócio-históricos e ideológicos que apontam para uma linha discursiva a qual compreende que a escola é uma instituição que prepara cidadãos efetivos socialmente para um futuro promissor. É concebido no texto, também o discurso que leva a uma formação ideológica de construção educacional coletiva por meio da divisão de papéis de sujeitos – professores, gestores, família – para uma legitimação da educação de crianças que também participam deste processo, configurando uma postura dialógica a partir da participação ativa deste aluno no ensino aprendizagem.

Desta forma, para a temática *Infância e Escola* é reconhecida a concepção de infância ao compreender a infância como fase a ser investida dentro do ambiente escolar. Tanto o texto “A Escola Primária”, de Vilhena Alves quanto o texto “A Escola”, Augusto Pinheiro discorrem sobre formas de abordagem pedagógicas para um melhor aprendizado da criança, o que aponta para esta como o principal ator do sistema educacional para quem são pensadas estratégias de ensino que permitam a ela compreender além de prepará-la para um brilhante futuro que a espera.

Portanto, neste ponto, reconhece-se também a concepção de educação para a infância em que os currículos escolares são planejados e pensados para a criança que está imersa em uma sociedade que planeja para ela um grande futuro pela frente. No entanto, esta concepção aqui reconhecida aponta que a instituição escolar é responsável por preparar esta criança para este futuro, ensinando-lhe o rigor da disciplina e da ordem dentro da escola, consolidando seu papel perante a formação desta criança.

⁵² Cf. A Escola, n 56, 1904, p. 77

SEÇÃO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou a analisar os discursos para a criança do século XX, em especial nos anos de 1900 a 1905, materializados na revista *A Escola – Revista Oficial de Ensino* com o objetivo de reconhecer nestes discursos a concepção de infância e de educação para a infância presentes. Para tanto, foram identificadas algumas temáticas que visavam a organizar e selecionar o corpus para análise dos dados.

Ao analisar os dados, verificou-se ser recorrente o uso do gênero discursivo *Texto de opinião* que se fundamentava em emitir opiniões, na defesa de um ponto de vista, acerca da criança e de sua educação. Além disso, foram reconhecidos, também, alguns poemas que tratavam destas questões sobre a criança. Desta forma, foi selecionado o *corpus* visando a quatro temáticas sobre Infância que se encontravam recorrentes nos gêneros escolhidos para a análise: Infância e Papéis Sociais; Infância, patriotismo e formação cidadã; Infância e Família; Infância e Escola.

Com base nestas temáticas e na seleção do *corpus*, a análise discursiva dos textos concluiu os seguintes resultados: a concepção de infância, identificada nas quatro temáticas, aponta para uma criança como o centro dos investimentos sociais no sentido de dar a ela a educação digna de uma sociedade em progresso. Ou seja, ao retratar a criança, os redatores da revista geralmente a tratavam como um ser que caracterizaria o futuro da nação em meio a um sentimento patriótico que é característico da Primeira República no Brasil e especificamente no Pará.

Além disso, os textos apontam para as funções sociais que as crianças deverão exercer no futuro. Este dado remete a uma sociedade que tentava moldar a infância por meio das concepções de meninos e meninas, isoladamente. Aos meninos, era reservada uma carreira geralmente no ensino superior e estes meninos seriam os futuros provedores de suas famílias; já às meninas era reservado o papel de futura mãe e dona de casa que deveria zelar por sua família na criação de seus futuros filhos, caso se casassem; caso contrário, seu papel na sociedade seria o de instruir as crianças na escola na função e professora primária.

Notou-se, na análise desses discursos, que às crianças era reservado um futuro previsível, dado este que aponta para o fato de que elas não tinham escolha, visto que tanto a escola, quanto a família e a sociedade já moldavam seus futuros. Desta forma, a sociedade da primeira república no Pará, apesar de apresentar um discurso de sociedade moderna, avançada

e civilizada, apresentava um caráter, de certa forma, paradoxal, visto que não dava vozes às crianças para que pudessem fazer suas próprias escolhas no futuro.

Não foram detectados, nos discursos, a diferença entre crianças de classes sociais diferentes. Excetuando-se o texto “O ensino da costura e trabalhos domésticos nas escolas”, os demais textos não fazem referência ao ensino de crianças filhas da burguesia ou do proletariado.

Foi identificada uma concepção de educação para infância no sentido de alvo de investimentos. O futuro era muito presente nos discursos da revista. Para se alcançar este futuro, é muito comum encontrarem-se discursos que remetem a estratégias de ensino que melhor desenvolva as habilidades cognitivas e físicas das crianças. Tudo isso era pensado no sentido de dar a elas uma moderna e avançada educação. Neste contexto, o sentimento de nação moderna da Belle Époque amazônica repassou para expectativa nas crianças, tidas como o futuro da nação.

Partindo-se dessa perspectiva, nota-se um esforço social, nos discursos, em definir este período republicano paraense como o marco civilizador da sociedade em ascensão, a qual tem nas crianças a chance de se tornar uma sociedade ideal. Este reflexo social repercutiu diretamente na forma de abordagem para a criança, tanto no caráter escolar quanto no caráter social e familiar.

Outro ponto de reflexão que pôde ser identificado nos textos é a delimitação dos papéis educacionais de família e escola dentro da sociedade moderna. É comum encontrarem-se discursos que definam qual o papel da família e da escola na educação das crianças. Desta forma, três são os elementos que andam juntos nos discursos sobre a educação das crianças: o papel da família na educação do lar, o papel da escola na instrução e o patriotismo. Este último é reflexo do sentimento de nacionalidade que estava aflorado no período republicano.

Ao se referirem ao patriotismo, os discursos emanam valores nacionais que provêm de um sentimento de amor à pátria e à bandeira; sentimento este que deve passar, de acordo com os aspectos ideológicos identificados nos discursos da Revista, de pai para filho. Ao analisar um periódico do início do século XX, esta pesquisa pôde reconhecer algumas ideologias presentes nos discursos da sociedade, em especial escolar, por meio da análise do discurso baseada na teoria de Mikhail Bakhtin – o dialogismo.

É importante aqui concluir que esta é apenas uma de outras possíveis pesquisas com o periódico *A Escola* que traz consigo textos de diferentes gêneros capazes de permitir ao

pesquisador buscar outros problemas e outros objetivos que não foram contemplados nesta pesquisa.

Portanto, aos pesquisadores, esta análise deixa uma contribuição para que outras possam ocorrer no sentido de contribuir com mais pesquisas na área de História da Infância e História da Educação no Pará República.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA. **Revista Oficial de Ensino**. Revista de publicação mensal, fundada pelo Director Geral da Instrução Pública: Virgílio Cardoso de Oliveira. n. 1, n 7 . Belém/Pará: Imprensa Oficial, 1900.

A ESCOLA. **Revista Oficial de Ensino**. Revista de publicação mensal, fundada pelo Director Geral da Instrução Pública: Virgílio Cardoso de Oliveira., n. 52, n. 56. Belém/Pará: Imprensa Oficial, 1904.

A ESCOLA. **Revista Oficial de Ensino**. Revista de publicação mensal, fundada pelo Director Geral da Instrução Pública: Virgílio Cardoso de Oliveira. n. 58, Belém/Pará: Imprensa Oficial, 1905.

A ESCOLA. **Revista Oficial de Ensino**. Revista de publicação mensal, fundada pelo Director Geral da Instrução Pública: Virgílio Cardoso de Oliveira., n. 22, Belém/Pará: Imprensa Oficial, 1902.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. **Infância em construção**: as fontes de investigação. In: ARAUJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araujo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. Pesquisa e Educação na Amazônia: reflexões epistemológicas e políticas. Belém: EDUEPA, 2014.

ALVES, Laura M.S.A; ARAUJO, Sônia M.S. **Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do IPAI (1910-1912)**. Porto: Universidade do Porto, 2016.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário metodológico científico**: uma guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

ARANTES, E. M. M. *Rostos de crianças no Brasil*. In: RIZZINI, I; PILOTTI, (orgs.). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011, p. 153-202.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Questões de Literatura e de Estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____/VOLOSHINOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso**. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1889 a 1930**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1968.

BASTOS, Maria Helena Camara. *A Imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944*. In: CATANI, Denise; BASTOS, Maria Helena Camara. **Educação em Revista: A imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, Denise; VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário S.G. *O movimento dos professores e a organização da categoria profissional: estudo a partir da Imprensa Periódica Educacional*. In: CATANI, Denise; BASTOS, Maria Helena Camara. **Educação em Revista: A imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CASPARD, Pierre. (org.), **La presse d'éducation et d'enseignement, XVIII siècle-1940**, tome I, Paris, INRP, Éditions du CNRS, 1981.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p.55-83.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

D'ICARIO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. In: DEL PRIORE, Mary; BESSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUARTE, A. V. M.; ALVES A. L. M. S. ; **História da Infância Amazônica na Belle Époque**. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes (Org.). *Pesquisas e Educação na Amazônia: reflexões epistemológicas e políticas*. Belém: EDUEPA, 2014, v. , p. 31-51.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica. In: MAGALDI, Ana Maria B.M; XAVIER, Libânia N. *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Antonio Gomes. **Higiene e Controlo Médico da infância e da escola**. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 9-24, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **José Veríssimo (1857-1916) e a educação brasileira republicana: raízes da renovação escolar conservadora**. Tese (Doutorado em Educação) Campinas, SP. 2004.

_____. **História da Escola Normal da Província do Grão-Pará no Império**. Revista Cocar (UEPA) , v. 6, p. 29-40, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDRA, J.G. Medicina, Higiene e Educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira;

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Os jardins de infância e as escolas maternas de São Paulo no início da república**. Caderno Pesquisa, São Paulo, v. 64, p. 57-60, fevereiro 1988.

KUHLMANN JR, Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR, Moysés. **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. O Jardim de Infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da Infância Brasileira: 1875 – 1983**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar o Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEITE, Miriam Moreira. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2016.

LAJOLO, Marisa. **Infância de papel e tinta**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2016.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p.137-176.

MONARCHA, C. Lourenço Filho. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos C de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. **A mulher na História da Educação Brasileira**: entraves e avanços de uma época. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012, João Pessoa-PB, 31/07 a 03/08/2012. p. 3070 a 3094

MÜLLER, Verônica Regina. **História de Crianças e Infâncias**: registros, narrativas e vida privada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789 – 1832). São Paulo: Annablume, 2008.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. **Um desafio do tamanho da nação**: a campanha da liga brasileira contra o analfabetismo (1915-1922). Rio de Janeiro: PUC, 2009.

NÓVOA, António. *A Imprensa de Educação e Ensino*. In: CATANI, Denise; BASTOS, Maria Helena Camara. **Educação em Revista**: A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

PINTO, Castro. **Doutrina**. A ESCOLA. *Revista Oficial de Ensino*. Revista de publicação mensal, fundada pelo Director Geral da Instrução Pública: Virgílio Cardoso de Oliveira. n. 1, n 7 . Belém/Pará: Imprensa Official, 1900.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com>> ISSN: 2175-3423. Acesso em: 12 maio 2017.

SAVIANI, Demeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

SCHUELER, Alessandra F. M; MAGALDI, Ana Maria B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo* [online]. 2009, vol.13, n.26, pp.32-55. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>.

SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irene. “**Tradições Inventadas**” de uma Belle Époque no Estado do Pará: *expansão da escola primária para a infância paraense*. Belém: EDUEPA, 2015

SOUZA, Rosa Fátima de. **A militarização da infância**: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. Cadernos Cedes, ano XX, n. 52, novembro 2000.

VEIGA, Cynthia G.; GOUVEA, Maria C.S. **Comemorar a infância, celebrar qual criança?** Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2000.

VIANNA, Arthur. Esboço Retrospectivo da Instrução Pública no Pará. Belém: Revista a Escola, 1900, p. 19-33

TOZONI-REIS. Marília F. de Campos. **Infância, Escola e Pobreza**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

Apêndice

Inventário da Revista “A Escola – Revista Oficial de Ensino” (Belém- Pará 1900 a 1905)

O periódico *A Escola* foi publicado entre os anos de 1900 a 1905, na cidade de Belém do Pará, totalizando 60 edições cujas publicações se davam, em geral, no último dia do mês. Deste total, foram encontradas 59 edições cujo número de páginas variava de acordo com as contribuições dos autores das mais variadas áreas de conhecimento, conforme tabela abaixo:

Edição	N de páginas	Data de Publicação
01	115	03 de Maio de 1900
02	104	31 de Maio de 1900
03	100	30 de Junho de 1900
04	122	31 de Julho de 1900
05	129	30 de Agosto de 1900
06	112	30 de Setembro de 1900
07	99	31 de Outubro de 1900
08	60	30 de Novembro de 1900
09	54	31 de Dezembro de 1900
10	Não Encontrada	Janeiro de 1901
11	92	28 de Fevereiro de 1901
12	144	31 de Março de 1901
13	20	30 de Abril de 1901
14	143	31 de Maio de 1901
15	74	30 de Junho de 1901
16	73	31 de Julho de 1901
17	56	30 de Agosto de 1901
18	71	30 de Setembro de 1901
19	50	06 de Novembro de 1901
20	153	30 de Novembro de 1901
21	60	31 de Dezembro de 1901
22	115	31 de Janeiro de 1902
23	63	28 de Fevereiro de 1902
24	78	31 de Março de 1902
25	27	30 de Abril de 1902

		1902
26	40	31 de Maio de 1902
27	67	30 de Junho de 1902
28	53	31 de Julho de 1902
29	49	30 de Agosto de 1902
30	48	30 de Setembro de 1902
31	64	31 de Outubro de 1902
32	70	30 de Novembro de 1902
33	30	31 de Dezembro de 1902
34	40	31 de Janeiro de 1903
35	30	28 de Fevereiro de 1903
36	58	31 de Março de 1903
37	32	30 de Abril de 1903
38	28	31 de Maio de 1903
39	20	30 de Junho de 1903
40	54	31 de Julho de 1903

41	39	31 de Agosto de 1903
42	55	30 de Setembro de 1903
43	34	31 de Outubro de 1903
44	42	30 de Novembro de 1903
45	30	31 de Dezembro de 1903
46	57	31 de Janeiro de 1904
47	28	29 de Fevereiro de 1904
48	60	31 de Março de 1904
49	31	Abril de 1904
50	60	31 de Maio de 1904
51	28	30 de Junho de 1904
52	89	31 de Julho de 1904
53	47	31 de Agosto de 1904
54	107	30 de Setembro de 1904
55	23	31 de Outubro de 1904
56	138	30 de Novembro de 1904

57	32	31 de Dezembro de 1904
58	92	31 de Janeiro de 1905
59	41	28 de Fevereiro de 1905
60	66	31 de Março de 1905

Gêneros Discursivos Encontrados

As edições da revista apresentam uma variedade de textos de diferentes gêneros discursivos. É possível encontrar, nos 5 anos de publicação, gêneros no âmbito do narrar, do relatar, do expor, do descrever ações e do argumentar, tendo por base os agrupamentos dos gêneros discursivos de acordo com as finalidades comunicativas e as características tipológicas presentes em cada texto⁵³. Diante disso, estes gêneros podem ser visualizados no seguinte quadro:

Gêneros Discursivos				
Narrar	Relatar	Argumentar	Expor	Descrever ações
Contos	Notícias	Resenha	Exercício Escolar	Decretos
Poemas	Ata de sessões	Relatório	Texto Didático	Leis
	Narrativa Histórica	Texto de Opinião	Narrativa Histórica	Atos
	Biografia	Discurso	Conferência	Manual
	Crônica	Deliberação	Estatística Escolar	Regulamento
		Carta do leitor	Resumo	Instruções
				Circular

O âmbito do *Narrar* se caracteriza por gêneros cujos domínios sociais de comunicação se encontram na esfera cultural ficcional; é o caso dos contos e poemas presentes nas edições. Já o *Relatar* caracteriza-se pelo domínio social de documentação e memorização das ações humanas, o que pode ser encontrado nas inúmeras notícias, atas de sessões dos Congressos pedagógicos, narrativas históricas, biografias e crônicas.

⁵³ A divisão dos gêneros discursivos aqui apresentada seguiu a linha de Dolz e Scheuwly (2004). Ver em: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. 278 p. (Tradução e organização: Roxane Rojo; Gláís Sales Cordeiro).

O âmbito do *Argumentar* pode ser identificado a partir da discussão de problemas sociais controversos por meio da sustentação, refutação e negociação de tomadas de decisão a partir de um ponto de vista. Esta capacidade de linguagem é presente em um percentual bastante considerável da revista, fato este que justifica a seleção do *corpus* no gênero *Texto de Opinião*.

Os gêneros na capacidade de linguagem do *Expor* se distinguem por seu caráter informativo e de transmissão e construção dos diferentes saberes cuja finalidade é a apresentação desses saberes. Estes gêneros, pela finalidade pedagógica da revista, também estão muito presentes e compõem boa parte dos textos, tais como os exercícios escolares, resumos e estatísticas escolares.

Por fim, o âmbito do *Descrever ações* tem a finalidade de estabelecer regulamentação mútua de comportamentos por meio de instruções e/ou prescrições de deliberações ou ações humanas. A parte Oficial da Revista A Escola representa esta competência de linguagem, uma vez que apresenta decretos, manuais e instruções entre outros.